

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA
ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE**

ANA PAULA DOS SANTOS SIQUEIRA

**CONFLITOS FUNDIÁRIOS E AS REPERCUSSÕES NA SAÚDE DAS
LIDERANÇAS QUILOMBOLAS**

BRASÍLIA

2021

ANA PAULA DOS SANTOS SIQUEIRA

**CONFLITOS FUNDIÁRIOS E AS REPERCUSSÕES NA SAÚDE DAS
LIDERANÇAS QUILOMBOLAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde da Escola de Governo Fiocruz Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas em Saúde.

Linha de Pesquisa: Saúde e Justiça Social.

Orientadora: Dra. Tatiana Oliveira Novais

BRASÍLIA

2021

Catálogo na Fonte
Escola Fiocruz do Governo
Biblioteca

S-618p Siqueira, Ana Paula dos Santos.
Conflitos fundiários e as repercussões na saúde das lideranças
Quilombolas / Ana Paula dos Santos Siqueira, Brasília, 2021.
173 f.

Orientador Prof. Dra. Tatiana Oliveira Novais.
Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde) -
Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF.

1. Saúde. 2. População negra. 3. Vulnerabilidade em Saúde. 4.
Violência. 5. Saúde da população negra. 6. Quilombolas. I. Siqueira, Ana Paula dos
Santos. II. FIOCRUZ Brasília. III. Título.

CDD 614.0981

ANA PAULA DOS SANTOS SIQUEIRA

**CONFLITOS FUNDIÁRIOS E AS REPERCUSSÕES NA SAÚDE DAS
LIDERANÇAS QUILOMBOLAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde da Escola de Governo Fiocruz Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas em Saúde.

Aprovada em 18 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

p/ 

Dra. Tatiana Oliveira Novais – Fiocruz Brasília (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília) Presidente da Comissão Examinadora (Orientadora)

p/ 

Dra. Fernanda Maria Duarte Severo o (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília) 1^{o(a)} Examinador(a)

p/ 

Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira a (Universidade de Brasília – UnB) 2^{o(a)} Examinador(a)

p/ 

Dr. José Geraldo de Sousa Júnior (Universidade de Brasília - UnB) Suplente

Dedicado a todas as Comunidades Quilombolas deste país e a todas e todos que vieram antes e me possibilitaram a liberdade para sonhar e conquistar.

AGRADECIMENTO

Este trabalho é resultado de uma trajetória que não é só minha, na verdade, ele só pode ser escrito porque houve um esforço coletivo que está muito além do que se pode ler aqui. Agradeço meus pais pelo esforço e sacrifício para que eu tivesse oportunidade de estudar e chegar onde cheguei.

Às amigas e amigos, Nahiane Hermano Guimarães, Emiko Matsuoka, Arlene Cruz, Aline Pereira da Costa, Chico Filippo, Elizeu da Silva (Xum Xum), Miriam Feliciano de Barros do Quilombo Vila Guaxinim e a querida e imortal Fátima Barros da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente que dispuseram de seu tempo para me ajudar na revisão, indicação e empréstimo de livros, emprestando telefone para fazer as entrevistas, oferecendo milhas para as viagens, oferecendo atenção e cuidados, me fortalecendo. Ao Professor Édson Cardoso e Gana Ndiaye, por todos os ensinamentos e conselhos e a todas as amigas e amigos do mestrado por toda atenção e por me tranquilizarem nesse percurso.

Às Comunidades Quilombolas Marobá dos Teixeira, Santa Tereza do Matupiri e Quilombo Carrasco, minha eterna gratidão, não sou e nem serei a mesma pessoa, nem profissional, depois dessa oportunidade de conhecer as histórias e lutas de vocês. Que esse trabalho sirva de alguma forma como instrumento que possa auxiliar na árdua luta por seus Direitos.

Propomos nós mesmos e aos negros brasileiros que num esforço comum tentemos compreender e expor as características do preconceito racial no nosso comportamento, na nossa maneira de ser, de como ele se reflete em nós. Procuremos caracterizar não somente com repetições de situações, mas com uma interpretação fidedigna dos reflexos do racismo em nós, a fim de que nos integremos na “consciência nacional” não como objetos de estudo, mumificados por força de uma omissão e de uma dependência de pensamentos, que não fez mais que perpetuar o “status quo” ao qual estamos submetidos historicamente. É tempo de falarmos de mesmos não como “contribuintes” nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes desta formação.

Beatriz Nascimento

RESUMO

As Comunidade Quilombolas carregam um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência e um pertencimento histórico e ancestral e como a maioria das Comunidades tradicionais, dependem da terra para sua reprodução física, social, econômica e cultural. É importante apontarmos para o percurso da racialização das terras e do mundo, ou da hierarquia da cor da pele como aconteceu no Brasil, na América Latina e Caribe, para compreendermos os conflitos que acometem a vida da população negra. Trazendo para a realidade Quilombola é justamente por causa da posse de terras, negada pelo racismo, que justificou sempre a dominação e negação de direitos inclusive direito à terra que historicamente essas Comunidades vêm sofrendo com o processo de invisibilidade e afronta aos seus direitos mais básicos e fundamentais. Assim, este estudo foi estruturado por base em uma investigação qualitativa acerca dos processos que afetam a saúde da população Quilombola, com vistas à identificação dos fatores em torno dos conflitos fundiários que podem influenciar significativamente a saúde dessa população. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro Lideranças Quilombolas das Comunidades Marobá dos Teixeiras, no Município de Almenara – MG, Santa Tereza do Matupiri, no Município de Barreirinha – AM e Quilombo Carrasco, no Município de Arapiraca – AL. O estudo propiciou entendimento a cerca da relevância de se considerar os impactos e consequências dos conflitos fundiários, em territórios Quilombolas, na saúde desta população, principalmente na saúde das Lideranças, as quais encontram-se na linha de frente pela defesa da vida e do direito de existir.

Palavras-Chave: Saúde. População Negra. Vulnerabilidade em Saúde. Violência. Saúde da População Negra.

ABSTRACT

Quilombola communities carry a legacy, a cultural and material heritage that gives them a historical and ancestral reference and belonging and like most traditional communities, depend on the land for their physical, social, economic and cultural reproduction. It is important to point to the saga of racialization of lands and the world, or the hierarchy of skin color as it happened in Brazil, in Latin America and the Caribbean, to understand the conflicts that affect the lives of the black population. Bringing to the Quilombola reality is precisely because of the ownership of land, denied by racism, which has always justified the domination and denial of rights including the right to land that these Communities have historically suffered from the process of invisibility and affront their most basic rights and fundamental. Thus, this study was structured based on a qualitative investigation about the processes that affect the health of the Quilombola population, with a view to identifying the factors surrounding land conflicts that can significantly influence the health of this population. To this end, semi-structured interviews were carried out with four Quilombola Leaders from the Marobá dos Teixeiras Communities, in the Municipality of Almenara - MG, Santa Tereza do Matupiri, in the Municipality of Barreirinha - AM and Quilombo Carrasco, in the Municipality of Arapiraca - AL. The study provided an understanding of the relevance of considering the impacts and consequences of land conflicts, in Quilombola territories, on the health of this population, mainly on the health of the Leaders, who are on the front line for the defense of life and the right to exist.

Keywords: Health. African Continental Ancestry Group. Health Vulnerabilities. Violence. Health of the Black Population.

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade
CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CDRU - Concessão de Direito Real de Uso
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
CPT - Comissão Pastoral da Terra
FCP - Fundação Cultural Palmares
FENAQ - Federação Nacional Quilombola
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF - Ministério Público Federal
MST - Movimento dos Sem Terra
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PAF - Programa de Anemia Falciforme
PNAB - Política Nacional de Atenção Básica
PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PNSIPCF - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
STF - Supremo Tribunal Federal
SUS - Sistema Único de Saúde
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

O MEU LUGAR	12
INTRODUÇÃO.....	12
OBJETIVOS.....	16
Objetivo Geral	16
Objetivos Específicos	16
PARTE I – QUILOMBO: SUBVERSÃO À NECROPOLÍTICA	17
Quilombos: território e resistência	17
Quilombo e as Questões Normativas: o direito não é ele se faz	24
Raça, Racismo e as Questões Fundiárias.....	32
PARTE II - SAÚDE UMA QUESTÃO EXISTENCIAL	36
Vulnerabilidades em Saúde e Racismo Institucional.....	36
Racismo e Repercussões na Saúde Mental.....	40
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.....	47
METODOLOGIA	53
Escolha das Comunidades Quilombolas.....	56
Dos entrevistados	58
RESULTADOS E DISCUSSÃO - Ubuntu: o direito humano de ser.....	60
Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras	61
Quilombo Carrasco.....	63
Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri	65
Fatores Relacionados aos Conflitos Fundiários.....	67
Problemas de Saúde Declarados.....	84
Assistência e Acesso à Saúde	88
Práticas Tradicionais de Saúde.....	94
Outras Considerações Necessárias	95
Aquilombar-se.....	95
Educação Escolar Quilombola	97
Território e Territorialidade.....	99
CONSIDERAÇÕES CONTÍNUAS	105
REFERÊNCIAS	108
Apêndices	112
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	112
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	115
APÊNDICE C – ENTREVISTA COMUNIDADE MAROBÁ DOS TEIXEIRAS	117
APÊNDICE D – ENTREVISTA QUILOMBO CARRASCO	132
APÊNDICE E – ENTREVISTA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA TEREZA DO MATUPIRI	150
ANEXO	168
ANEXO 1	168

O MEU LUGAR

A motivação deste estudo surgiu bem antes da concretização de estar em um Mestrado, sendo eu, filha de um processo genocida de branqueamento racial, também conhecido como miscigenação, vivi por quase toda minha vida sem ter uma identidade, de um lado pertencente a uma família entendida como branca, embora fosse também miscigenada, e de outro tendo, apenas, como referência um pai negro.

A história do meu pai, Sr. Paulo Brasileiro de Siqueira, coloco aqui seu nome completo, pois, como bem disse Lélia Gonzales “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido... ao gosto deles”, não difere de outras histórias da população brasileira. Um retirante do interior de Pernambuco que teve que lidar com a dor e o sofrimento desde o ventre. Sua primeira infância foi marcada pelo trabalho análogo ao escravo, em canaviais, carvoarias e roças no interior do Estado de Pernambuco. A história mais forte que guardo em minha alma e a força que me motivou a chegar até aqui, foi da vez em que ele pediu a meu avô, Sr. Manoel Brasileiro de Siqueira, para estudar e a resposta, daquele que também sofreu o suficiente para não ter esperanças foi que “caneta não enchia o prato de arroz e feijão, nem daria roupa para vestir”.

É importante mencionar que a marca básica no Brasil são as desigualdades sociais e regionais, e não seria diferente com o analfabetismo. O Nordeste apresenta a maior taxa de analfabetismo no país e de acordo com o módulo Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgado em 2018, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a incidência chega a ser mais que o dobro entre pretos e pardos em relação aos brancos.

Das outras poucas histórias, que me lembro de meu pai contar, foram sobre seus antepassados falando da vida no cativo, destaco que são, apenas, 131 anos desde que o Brasil oficializou o “fim da escravidão” no país. Ainda muito jovem meu pai foi levado por uma família para outro Estado para ter uma oportunidade, realidade vivida, ainda, por muitas crianças negras, pobres e nordestinas. Porém, como sabemos, na maioria das vezes, essas crianças são vítimas condenadas a trabalhos degradantes e desumanos. Com meu pai não foi diferente e nunca mais ele pôde viver com sua família.

A vida de dor e solidão de um homem negro nem sempre é relatada, e aprendi a não tocar nessas cicatrizes. Com o passar dos anos tivemos notícias da morte dos meus avós e tios,

rostos que não pude conhecer e guardar na memória, nos silenciemos e aí pude perceber que o racismo é um monstro devorador de vidas e memórias.

Em 2012, comecei a trabalhar com acolhimento de denúncias de racismo, na Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, minha vida profissional tomou outro sentido e minha vida pessoal começou a ter razão. Cada denúncia, cada história de vida relatada me fez ter a certeza de que a luta pela defesa e garantia de direitos dessa população é fundamental para alcançarmos equidade.

Sem entender me aproximei dos trabalhos com as Comunidades Quilombolas e passei a cuidar, especificamente, das denúncias que chegavam dessas Comunidades, a cada crime que chegava me debruçava nas pesquisas para escrever o melhor ofício, tentando sensibilizar os órgãos competentes a darem prosseguimento às demandas e a adotarem as providências cabíveis para garantir, na maioria das vezes, a vida daquelas pessoas.

Minha história cruza com a história Quilombola, definitivamente, em 2017, quando, ao conseguir se aposentar, meu pai consegue voltar a seu território e pude ter o privilégio de fazer parte de uma história, de uma família, me reconhecendo nos meus, e foram tantas descobertas que foi preciso olhos para me ajudar a enxergar.

INTRODUÇÃO

Para suportar o terror da escravidão o africano, escravizado, teve que manter viva a África que fora arrancada de si, forjando uma visão de seu continente, livre de sofrimento, para existir, resistir e se manter vivo durante os quase 300 anos que perdurou a regime escravocrata no Brasil. Uma diáspora que vitimou mais de quatro milhões de africanos e tornou-se uma das maiores e mais rentáveis atividades dos negociantes europeus, no Brasil, e um dos maiores crimes contra a humanidade que já existiu.

Segundo Legoff (1), os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva, onde na luta das forças sociais pelo poder, os “dominadores” das sociedades acabaram tornando-se senhores da memória e do esquecimento.

É importante considerar que apesar do aniquilamento das tradições, pela cultura hegemônica imposta pelo colonizador, e da tentativa de aprisionamento do corpo e da alma, como acima mencionado da leitura de Legoff (1), os africanos e seus descendentes ressignificaram suas memórias através de um processo de criação, invenção e recriação para preservarem laços mínimos de identidade, pertencimento e solidariedade, que foram fundamentais para se organizarem nas variadas formas de resistência, sobretudo essencial para a organização das Comunidades Quilombolas.

É possível afirmar, que as Comunidades Quilombolas representam a maior frente de luta e resistência negra no Brasil, todavia nesses processos de resistência, os conflitos têm como elemento central os territórios, os quais são objetos de disputas e interesses ilegítimos e inconstitucionais de terceiros que, na disputa pela propriedade da terra, têm marcado os últimos anos com massacres e assassinatos cometidos com crueldade.

Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e a Terra por Direitos (2), no ano de 2017 houve um aumento de 350% de Quilombolas assassinados, se comparado ao ano de 2016.

Segundo o Relatório “Defender la Tierra – Asesinados globales de defensores/as de latierra y el medio ambiente en 2016” (3), produzido pela Global Witness, no ano de 2016, 60% das mortes no campo aconteceram na América Latina, sendo o Brasil o líder em assassinatos.

É importante mencionar que a luta histórica das Comunidades Quilombolas pela propriedade – acesso à terra – desde a colonização aos dias atuais, passa a ser um direito fundamental ao território, inscrito no texto constitucional de 1988, no art. 68 do ADCT¹.

A morosidade nos processos de titulação das terras Quilombolas pode ser entendida como uma afirmação do racismo institucional que ao não garantir o pertencimento territorial mantém a condição de escravização da população negra, negando-lhes a condição de sujeitos constitucionais e relegando-os à condição de submetidos à Constituição, sendo exatamente o oposto da democracia declarada na Constituição Federal de 1988. Gomes (4).

A atualidade das tensões sobre as disputas pelo território Quilombola é o cerne deste estudo para se compreender as consequências da violência na saúde das lideranças. As disputas são diversas e carregam a violência que se encontra impregnada ao racismo, que será abordado ao longo dos capítulos.

Gomes (4) aponta que institucionalmente, a disputa dos territórios expressa-se nas esferas Executiva, Legislativa e Judicial.

A propósito, o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 3239, foi de recente no cenário da atual disputa sobre o território quilombola, em que pese a ação ter questionado a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003. Entendo que a principal disputa que se deu no decorrer da ação foi sobre a ampliação ou limitação do alcance do dispositivo constitucional, o art. 68 do ADCT, pois a tese dos autores da ação tinha a intenção política de delimitar que a Constituição reconheceu apenas as posses das terras ocupadas por quilombolas e exercidas de forma mansa no período compreendido entre 1888 e 1988, tese denominada “marco temporal” (4), p. 6).

Nesse sentido, coloca-se que os conflitos fundiários em territórios Quilombolas se configuram a partir de uma expressão material do racismo em suas dimensões institucional, ambiental e epistêmica (4).

É interessante apontar que dos estudos que propõem um movimento da teoria constitucional, é marcante a temática sobre os silenciamentos produzidos pelas narrativas hegemônicas sobre memória, história e identidade nacional, e que contribuem para inviabilizar os conflitos fundiários, assim como a luta tensa e complexa por igualdade, liberdade e propriedade que as Comunidades Quilombolas travam.

¹Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Considerando que a violência física atrelada ao racismo, causa não apenas problemas físicos, mas também afeta a saúde em diferentes aspectos, a motivação deste estudo reside no interesse de compreender se, e como, a violência, afeta a saúde das Lideranças² Quilombolas e os demais membros das Comunidades.

A proposta deste estudo é trazer para o campo da política pública em saúde questões importantes a serem refletidas para uma política de saúde da população negra que perceba as singularidades dessa população em sua diversidade. Não se trata de pensar a questão da saúde Quilombola como recorte da saúde da população negra, mas sim pensar a saúde na sua integralidade.

Corpos humanos não são os mesmos em todos os lugares, são variantes de inúmeras dinâmicas históricas, sociais, ambientais e políticas que precisam ser consideradas em todas as tomadas de decisões que envolvem as políticas públicas de saúde.

O acesso de populações às ações de saúde, principalmente a população negra que vive em um processo histórico de desigualdades sociais e exclusões, põem em discussão alguns consensos fundados em pressuposto generalista e universalista de contextos, territórios e pessoas. Assim, o compromisso assumido no presente trabalho está, também, em levantar o questionamento desses pressupostos - da universalidade dos corpos, do entendimento único sobre estes, independentemente de onde estejam e de como vivem.

Isso posto, torna-se necessário contextualizar como tem sido tratada a saúde da população negra, fazendo um resgate histórico da formação dos primeiros Quilombos, até a realidade atual dessas Comunidades, para se compreender como tem sido o acesso à saúde dessa população, os avanços e desafios.

Assim, essa leitura é dividida em dois momentos: um sobre a compreensão histórica dos Quilombos nos documentos e registros oficiais, a realidade e atualidade das questões fundiárias, intitulada de Parte I – QUILOMBO: a subversão à necropolítica composto por três textos.

Ciente de que o termo Quilombo é uma categoria em disputa que não se dá apenas em razão da multiplicidade de sentidos que carrega ou das induções realizadas no tempo e no espaço, mas em torno de planos políticos e normativos, nos dois primeiros textos procuro tecer uma linha que percorre a definição acadêmica, normativa e política para que possamos entender os desafios postos para o reconhecimento desses grupos historicamente marginalizados: pensando esses grupos como sujeitos de direitos. Como suporte teórico, trago o entendimento

² Neste trabalho, são identificadas como Lideranças Quilombolas aquelas que assim são reconhecidas pelos membros das Comunidades independente de estarem como presidentes das Associações ou Federações.

da Historiadora Beatriz Nascimento, do Antropólogo Kabengele Munanga e do Mestre Quilombola Antônio Bispo.

Por já ter apresentado elementos nos primeiros textos que levam a necessidade de compreensão sobre raça e racismo, como um construto social, no terceiro texto trago reflexões importantes da teoria social, dos juristas Silvio Almeida e Adilson José Moreira, que apontam que o racismo é sempre estrutural, integrando a organização econômica e política da sociedade, afirmando e fornecendo sentido para a reprodução das formas de desigualdades e violência que moldam a vida social e refletem nos conflitos fundiários.

Por fim, e sem ter a audácia de achar que o assunto se esgota nesse processo inicial de pesquisa, haja vista que a pauta sobre a saúde da população negra é ampla e complexa, abordo, a segunda parte deste trabalho, intitulada de Parte II- Saúde uma questão existencial em três textos. O referencial teórico utilizado é da Médica e doutora em Comunicação e Cultura, Jurema Werneck, da doutora Jeane Tavares e do Filósofo e historiador Achille Mbembe, dentre outros intelectuais negros e negras.

Operacionalmente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas com quatro Lideranças Quilombolas das Comunidades: Quilombo do Carrasco, no município de Arapiraca-AL; Marobá dos Teixeiras, no município de Almenara – MG e Santa Tereza do Matupiri, Rio Andirá, município de Barreirinhas, Amazonas.

Por se tratar de um momento que envolve resgates de fios da memória e que podem nos remeter a momentos marcantes de dor e fragilidade, tive o apoio de uma das maiores lideranças políticas da atualidade, Xum Xum do Quilombo Urbano Capão do Negro – Várzea Grande /MT e a da companheira de luta e irmã de alma Nahiane Hermano da Comunidade Engenho II – Território Kalunga /GO, os quais me deram todo o suporte necessário para a realização das entrevistas me ajudando com as despesas das ligações e gravações e colaborando no processo coletivo de transcrição das entrevistas para análise dos dados, como falamos muito ao longo dessa luta é sempre “Nós por Nós”.

OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho estão descritos a seguir:

OBJETIVO GERAL

Compreender como os conflitos fundiários podem influenciar na saúde das lideranças Quilombolas e nos demais membros das Comunidades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar o histórico dos conflitos fundiários nos territórios Quilombolas;
- Conhecer a percepção da saúde pelas lideranças Quilombolas que estão vivenciando conflitos fundiários em seus territórios.

PARTE I – QUILOMBO: SUBVERSÃO À NECROPOLÍTICA

QUILOMBOS: TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA

O termo Quilombo é uma categoria em disputa que não se dá apenas em razão da multiplicidade de sentidos que carrega ou das induções realizadas no tempo e no espaço, mas em torno de planos políticos e normativos. Para melhor entender o sentido que o termo assume na atualidade, bem como sua influência na definição normativa e nas políticas públicas é necessário percorremos um caminho desde sua definição acadêmica, político ao seu uso na legislação, todavia me atendo ao Quilombo como território de modo a evidenciar como os desafios jurídicos postos pelo direito territorial Quilombola interpelam no reconhecimento, pelo Estado, de que o racismo estrutural, assume formas excessivas e complexas da burocracia que levam a uma morosidade sofisticada para o reconhecimento e titulação dos territórios, assim resultando em um quadro generalizado de violações e cerceamento de direitos das Comunidades Quilombolas.

Dos estudos sobre a população negra, especificamente sobre Quilombolas, são em sua maioria restritos a historiografia brasileira na escravidão. A esse respeito, Beatriz Nascimento (5) tece críticas ao que entende como historiografia fragmentária e cientificista, que dedica-se a compreender as questões da população negra apenas sob um viés econômico, ou cultural, ou histórico, ainda sobre os Quilombos, Beatriz Nascimento considera os estudos esparsos e que geralmente assumem a experiência de Palmares como a totalidade do conceito de Quilombo, (5).

Em seus estudos sobre o Quilombo do Jabaguara, Nascimento (5) caracteriza o Quilombo como instituição africana, de origem angolana, sendo de fundamental importância sua correlação para se compreender que o Quilombo não se trata de uma definição descontextualizada, mas que também faz parte da pré-diáspora, em que o Africano foi forçado a fazer, o que sustenta a hipótese da anterioridade histórica do Quilombo, como forma de organização política de resistência pré-diaspórica.

Kabenguele Munanga (6) afirma que:

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento

de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc. ((6), p.60).

Depreendendo da leitura de Nascimento (5) e Munanga (6), o continente africano, a época da rota do tráfico negreiro, era formado por sociedades diversificadas, no mesmo momento surgia no continente alguns pontos de organização do Estado, a exemplo o Reino do Congo, que se chocava com algumas formações tradicionais baseadas no modo de produção de linhagem, como eram os Mbundus.

Nascimento (5) aponta que a instituição da escravidão era conhecida desde a antiguidade africana, entretanto não tinha o caráter de “propriedade”, como vivenciada pelo regime escravocrata europeu. Diante disso, algumas etnias aderiram ao momento e outras resistiram à invasão europeia. Ainda, destaca que dentre as etnias que resistiram estão os Imbangalas ou conhecidos, também, como Jagas, que por volta de 1560, iniciaram um processo de invasão do Reino do Congo e em 1569 conseguiram expulsar o Rei e os Portugueses da Capital, entretanto entre 1571 e 1574, os europeus, com uso de armas de fogo, fazem os Imbangalas recuarem do território. Dez anos, mais tarde, os Imbangalas voltam a resistir à invasão europeia, lutando ao lado dos Mbundus.

Os Imbangalas apresentavam características nômades, e formação social específica, não convivendo com seus filhos e sim adotando os, já adolescentes, das tribos que derrotavam. Essas características poderiam ser reconhecidas na instituição Kilombo. Os Imbangalas, na maior parte da história angolana, estiveram na resistência aos portugueses, e outras vezes no domínio de vastas regiões de fornecimento de escravos. Assim, Nascimento menciona que o Kilombo, “cortava transversalmente as estruturas de linhagem e estabelecia uma nova centralidade de poder frente às outras instituições de Angola” ((5), p.43).

Outras características, presentes no texto de Nascimento (6), são percebidas para o Quilombo como instituição africana: o ritual de iniciação, através da circuncisão, sendo Kilombo os próprios indivíduos ao se incorporarem à sociedade Imbangala, assim como o local onde acontecia o ritual, que também, era considerado Kilombo ou Casa Sagrada.

Segundo Munanga (6), o ritual de iniciação além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recrutados das linhagens estrangeiras ao grupo de origem. Assim, o Kilombo

africano, tornou-se uma “instituição política e militar trans-étnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação”.

Nascimento (5) aponta, ainda, que o acampamento de escravos fugitivos, também eram Kilombo, e no século XIX, as caravanas de comércio em Angola receberam a mesma denominação.

No Brasil, Angola-Janga ou Palmares é o mais conhecido Quilombo, sua origem remonta de 1580 a 1704, fenômeno paralelo ao que vinha se desenrolando em Angola, sendo possível fazer uma correlação com o Kilombo e pelas características de organização como a nomeação do chefe africano de Palmares Ganga Zumba, título que também era dado ao rei Imbangala com uma pequena variação: Gaga, o estilo estratégico da guerra, centralidade ao regime colonial, dentre outras, apontam para a inter-relação Brasil e Angola (5).

Se inferirmos, através de coincidência de datas, vamos notar que o Quilombo dos Palmares não deixa de ser fenômeno paralelo ao que está se desenrolando em Angola no final do século XVI e início do século XVII. Talvez seja este quilombo o único a se poder fazer correlação entre o Kilombo instituição angolana e o quilombo no Brasil colonial. O auge da resistência Jaga se dá exatamente entre 1584 e meados do outro século, após o qual esta etnia se alia ao esforço negreiro português. Neste mesmo momento se estrutura Angola-Janga, conhecido como Quilombo dos Palmares no Brasil. ((5), p. 43).

Palmares foi o refúgio e lugar de resistência, durante mais de um século no período colonial, de seres humanos escravizados que como elemento básico e sujeito do próprio regime escravocrata, negou-o material e socialmente e passou de condição de escravizado para Quilombola.

Munanga (6) ao correlacionar o Kilombo africano com o processo vivido no Brasil, com a formação do Quilombo de Palmares destaca que:

Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, foi morto em 1695, quase no fim do século XVII. Coincidentemente, a formação da instituição quilombo no continente africano, especificamente na área cultural bantu, aconteceu também nos séculos XVI e XVII.

Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. Não há como negar a presença,

na liderança desses movimentos de fuga organizados, de indivíduos escravizados oriundos da região bantu, em especial de Angola, onde foi desenvolvido o quilombo. Apesar de o quilombo ser um modelo bantu, creio eu que, ao unir africanos de outras áreas culturais e outros descontentes não-africanos, ele teria recebido influências diversas, daí seu caráter transcultural. ((6), p. 63)

Nascimento (6) aponta, ainda, que no período colonial o Quilombo se caracterizou pela formação de grandes Estados, como o da Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, desmembrados em 1750.

Assim como Palmares, os Quilombos agiam de acordo com as condições estruturais, inclusive econômica, no contexto dos “ciclos” econômicos no Brasil. Antes o açúcar de Pernambuco, agora o ouro em Minas Gerais.

Os demais Quilombos foram se distanciando do modelo africano e desenhando seu caminho de acordo com suas necessidades, repressão oficial e a realidade do território brasileiro.

Isto posto, o que difere entre quilombos do século XVII dos demais era a possibilidade de grupos e etnias comuns ainda poderem ser encontrados num espaço territorial e voltados para um tipo de economia, o que dá a medida de risco que representavam para o sistema colonial. Podemos mesmo afirmar que estes quilombos são o primeiro momento da nossa história em que o Brasil assim se identifica enquanto Estado centralizado (5, p.45).

A definição de Quilombo, enquanto categoria histórica, usufrui de um certo consenso em termos jurídico-formais. No senso comum, seu significado compreende tanto as disposições legais vigentes no período colonial, quanto as leis provinciais postas em prática pelas políticas repressivas do período imperial (7).

Da leitura de Almeida (7), depreende que, no Brasil, a definição de Quilombo, remonta à resposta do Rei de Portugal à consulta do Conselho Ultramarino³, de 02 de dezembro de 1740,

³ O Conselho Ultramarino foi criado e regulamentado por Regimento de 14 de julho de 1642 com o propósito de se ocupar de todas as matérias e negócios, quaisquer que fossem, relativos à Índia, Brasil, Guiné, Ilhas de São Tomé e Cabo Verde e todas as demais colônias ultramarinas. Este Conselho foi extinto somente em 1833, por Decreto de 30 de agosto. Possíveis conflitos institucionais e governativas usualmente assinaladas entre os instrumentos de aplicação do poder real em nada afetaram os mecanismos repressores da força de trabalho imobilizada. Acentua isto o fato de que inúmeras formas de justiça privada destacavam-se nesta aplicação. Haja vista que muitas grandes plantações possuíam seus próprios Regimentos com procedimentos que diziam respeito, dentre outros, ao “castigo dos escravos” e à fiscalização das matas para evitar os agrupamentos considerados ilegais. Para fins de aprofundamento consulte-se: J.A. Gonsalves de Mello- “Um Regimento de Feitor-Mor de Engenho, de 1663” in Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife. Vol.2.1953. Este trabalho reproduz o original do mencionado Regimento, que consta do Inventário dos Manuscritos (Seção XIII), Coleção Pombalina, publicado em Lisboa em 1891, o qual se acha localizado e disponível à consulta na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa. (14, p.38)

que considerava-se juridicamente como quilombo ou mocambo: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

As implicações teóricas e as traduções práticas do conceito envolvem o que estaria “fora” do sistema escravocrata característico do modelo de plantation (imobilização da força de trabalho, controle de grandes extensões de terra e sistema de monocultura agrário-exportador) e o que estaria idealmente além de seus domínios territoriais. Considerando o período histórico, mais exatamente referem-se à periferia das plantações algodoeiras e açucareiras e a atividades econômicas consideradas “marginais”.

Segundo Almeida (7), é possível depreender cinco características, que sempre estiveram presentes na definição de Quilombo: “fuga; quantidade mínima de “fugidos” definida com exatidão; localização marcada por isolamento relativo, isto é, em “parte despovoada”; moradia consolidada ou não; capacidade de consumo traduzida pelos “pilões” ou pela reprodução simples que explicitaria uma condição de marginal aos circuitos de mercado.

“Entre nós foi freqüente desde tempos antigos, e ainda hoje se reproduz, o fato de abandonarem os escravos a casa dos senhores e internarem-se pelas matas ou sertões, eximindo-se assim de fato ao cativeiro, embora sujeitos à vida precária e cheia de privações, contrariedades e perigos que aí pudessem ou possam levar. Essas reuniões foram denominadas quilombos ou mocambos; e os escravos assim fugidos (fossem em grande ou pequeno número) quilombolas ou calhambolas. No Brasil tem sido fácil aos escravos em razão de sua extensão territorial e densas matas, conquanto procurem eles sempre a proximidade dos povoados para poderem prover às suas necessidades, ainda por via do latrocínio” (MALHEIRO, 1976:50) (g.n.) apud (7)).

Destaca na citação de Perdigão Malheiro a busca da proximidade dos Quilombolas com as praças de mercado com regularidade, contrariando a ideia de isolamento, o que se percebe da literatura é que havia um complexo circuito de trocas, envolvendo produtos agrícolas e extrativos, principalmente alimentícios, isso é presente na análise do Quilombo de Palmares e nos demais conforme a região em que se formavam.

No Maranhão, em 1847, após a repressão aos chamados “balaios”, as leis provinciais voltadas para a reorganização do sistema escravista nas grandes plantações de algodão e cana-de-açúcar intensificaram o aparato repressivo e falam em apenas “dois escravos fugidos” como constituindo Quilombo. Entretanto, admitem uma localização vizinha ao chamado estabelecimento, denotando, assim como destacado por Malheiros, a possibilidade de vínculos entre Quilombolas e as cidades.

Almeida (7) aponta que a repressão aos Quilombolas fez com que se desenhassem processos diferenciados de territorialização havendo diversas denominações como: terras de preto, terras de herança, terras de santo, terras de santa, terras de índio, bem como às doações, concessões e aquisições de terras, e, ainda, os “camponeses” (ascendência de escravizados seja africana ou indígena).

Quilombo se mescla com conflito direto, com confronto, com emergência de identidade para quem enquanto escravo é “coisa” e não tem identidade, “não é”. O quilombo como possibilidade de ser, constitui numa forma mais que simbólica de negar o sistema escravista. É um ritual de passagem para a cidadania, para que se possa usufruir das liberdades civis. Aqui começa o exercício de redefinir a sematologia, de repor o significado, mantido sob glaciação ou frigorificado no senso comum erudito. A análise crítica, conjugada com as mobilizações identitárias, se contrapõe a esta glaciação, que consiste num obstáculo ao caráter dinâmico dos significados, e chama a atenção para as novas possibilidades de definição de quilombo. ((7), p. 43)

Percebe-se que admitir a condição de Quilombola equivalia ao risco de ser posto à margem da lei e ao alcance dos instrumentos repressivos.

Existe, pois, uma atualidade dos Quilombos deslocada de seu campo de significação “original”, isto é, da matriz colonial. Entretanto as violações de direitos são igualmente semelhantes desde o período colonial. O Mestre Quilombola Antonio Bispo (8), enfatiza que tais violações não se constituem como exceção, mas sim como regra. Desapropriações, crimes ambientais, sociais e culturais evidenciam os resquícios coloniais que carregamos na base estruturante do país. Bispo (8) traz um importante questionamento que merece ser refletido:

Do que todas essas comunidades são acusadas? De serem povos atrasados, improdutivos e sem cultura, portanto, um empecilho ao avanço e ao desenvolvimento da integridade moral, social e econômica e cultural dos colonizadores.

O que podemos perceber é que essas comunidades continuam sendo atacadas pelos colonizadores que se utilizam de armas com poder de destruição ainda mais sofisticado, numa correlação de forças perversamente desigual. Só que hoje, os colonizadores, ao invés de se denominarem Império Ultramarino, denominam a sua organização de Estado Democrático de Direito e não apenas queimam, mas também inundam, implodem, trituram, soterram, reviram com suas máquinas de terraplanagem tudo aquilo que é fundamental para a existência das nossas comunidades, ou seja, os nossos territórios e todos os símbolos e significações dos nossos modos de vida.

[...]

Por outro lado, as comunidades contra colonizadoras, além das suas tradicionais armas de defesa, aos poucos, vêm se apropriando das armas de ataque dos colonizadores. Apesar disso, infelizmente, na maior parte das vezes as armas tecnológicas são apresentadas com um poder de destruição muitas vezes maior que o poder de defesa e de construção da vida das armas dos

direitos legais, as quais muitas vezes as comunidades se apegam e seguem resistindo. (8, p.76)

Por tudo apresentado, a importância de entender como esse processo histórico de violência, ataques/enfrentamentos podem trazer efeitos devastadores e irreversíveis para a saúde das lideranças que seguem na linha de frente pela defesa da vida e do legado ancestral nos territórios Quilombolas. Sobretudo, serve para refletir sobre até quando esse projeto político terá efeitos e legitimidade para continuar operando essa existência negadora da humanidade e dos direitos das Comunidades Quilombolas.

QUILOMBO E AS QUESTÕES NORMATIVAS: O DIREITO NÃO É, ELE SE FAZ

Pela importância da compreensão histórica da origem dos conflitos fundiários que enfrentam, atualmente, as Comunidades Quilombolas faz-se necessário destacar os aspectos históricos do reconhecimento desses sujeitos como organização: quilombamento.

Primeiramente, é fundamental explicitar que para a maioria da população brasileira, o Brasil foi demasiadamente ausente para incluir e super presente para excluir e inviabilizar direitos. O que se conhece sobre história do Brasil foi apreendida sob uma narrativa eurocêntrica do colonizador. Assim é necessário fazer uma releitura contra colonizadora para que compreendamos que o racismo desde o Brasil colônia até os atuais dias está presente na nossa estrutura social e nas instituições. Como repetidamente, Xum Xum, uma das grandes lideranças Quilombolas do Quilombo Urbano Capão do Negro sempre me diz: “é preciso descolonizar as nossas mentes”.

É preciso essencialmente pensarmos em questões raciais como uma necessidade premente de mudança das estruturas sociais que manteve a população negra sempre à margem social.

É preciso lembrar que a população negra, antes da colonização, eram povos com realidades, línguas, etnias e culturas diferentes, não da forma homogeneizada e racista do colonizador que nos impôs como sendo um único povo um “povo negro”.

A desigualdade racial sempre esteve presente como um projeto de Estado para pessoas negras no Brasil, ainda hoje não é visível perceber um esforço sobre a necessidade de respeito desse outro. A sociedade imperial preparou toda a nação para que houvesse uma perpetuação das desigualdades tendo como um dos pilares a racialização. O Brasil no período colonial tornou-se o país com maior contingente de africanos fora do continente, em 1872 a expectativa de vida de um escravizado era de apenas 18,3 anos de idade, no mesmo ano o Censo⁴ Geral do Império, apresentou que 58% da população brasileira era preta ou parda e mesmo assim representava um problema para a sociedade.

No pós-abolição, a população negra representava 700 mil escravizados, que foram “libertados” sem qualquer política de inclusão, ao contrário não tinham direito a moradia, terra, educação formal e acesso ao trabalho. Cabe destacar que mesmo antes da abolição o Brasil já

⁴ A lei de 9 de setembro de 1870 que convocou o 1º censo decenal do Império criou paralelamente a Diretoria Geral de Estatística, o primeiro sistema centralizado de levantamento estatístico do Brasil. Os 12 volumes e mais de 8.500 quadros estatísticos do Censo Geral do Império de 1872 estão disponíveis na Biblioteca virtual do IBGE.

vivia uma política de embranquecimento, também conhecida como eugenia, com a entrada dos primeiros imigrantes europeus como uma “solução” para o “problema” de ser uma população majoritariamente negra. O que não deu certo; basta olhar os Censos que apontam que a população brasileira, ainda, hoje, é majoritariamente negra. Ainda sobre as ausências de políticas de inclusão social e a construção e fortalecimento de políticas públicas estatais de exclusão, podemos apontar a criminalização de condutas como a capoeiragem, mendicância, vadiagem onde os sujeitos ativos dos crimes, em regra, eram sujeitos negros. Resta também mencionar a construção do mito da democracia racial que pautou a construção da identidade brasileira em especial a subjetividade das pessoas negras.

Se tratando das Comunidades Quilombolas, a realidade não foi diferente. Dos estudos levantados a primeira referência a terminologia Quilombo é datada de 1552 em documento oficial português, e posteriormente em 1740, quando já era realidade a existência de núcleos livres do domínio colonial, tendo as autoridades portuguesas definido, a seu modo, Quilombo como sendo “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (7).

O Antropólogo Almeida (7), aponta que no período imperial, em consulta às legislações dos governos provinciais, reduziram para dois ou três a quantidade de pessoas, em casa ou rancho, necessárias para se formar um quilombo.

Mantinhm, portanto, os mesmos elementos de definição formal de quilombo, mas reduzindo o número de pessoas e tentando inviabilizar qualquer tentativa de autonomia produtiva face aos grandes proprietários, seja individual ou coletiva. ((7), p. 64).

Almeida (7) acrescenta que na legislação republicana, não constava referência aos Quilombos. Segundo o Antropólogo, predominava o pensamento de que com a abolição da escravatura automaticamente desapareceriam ou não teriam mais razão de existirem. Destaca, ainda, que nos textos constitucionais não há relatos sobre a relação entre os ex-escravizados e a terra, principalmente no que se refere à terra como símbolo de autonomia produtiva representada pelos Quilombos.

Para Gomes (4), o apagamento dos Quilombos na narrativa da nação tem respaldado compreensões essenciais sobre os modos de fazer, viver e criar desses grupos e dificultando a efetividade do preceito constitucional.

Apenas na Constituição Federal de 1988, voltam a mencionar o Quilombo, porém como “remanescente”, ou seja, o que sobrou, o que é residual, o que já foi. O art. 68 da Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT, estabelece que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

É importante mencionar que a finalidade do ADCT é estabelecer regras de transição entre o antigo ordenamento jurídico e o novo, diante de sua eficácia temporária, após produzirem seus efeitos, esgotando-se, tornam-se normas de eficácia exaurida, adquirindo valor meramente histórico.

Fiabani (8), aponta que:

O art. 68 do ADCT foi parar nas Disposições Constitucionais Transitórias por vários motivos. Os constituintes interpretaram o termo quilombo como sinônimo de comunidades de escravos fugidos, como o quilombo de Palmares, o quilombo Malunguinho, o quilombo de Manuel Padeiro e outros. Os parlamentares imaginavam que restavam apenas algumas comunidades remanescentes de quilombos para serem atendidas. Equacionado o problema fundiário destas comunidades, não haveria razão para o dispositivo constitucional seguir no corpo permanente da Constituição. Resolvido o problema das comunidades, não haveria mais necessidade do dispositivo. ((8), p. 140)

No texto constitucional, na seção II, art. 216, § 5º, reforça-se a ideia de que com o fim da escravidão, acabariam os Quilombos, restando apenas fragmentos históricos de sua existência.

SEÇÃO II DA CULTURA

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Compartilhando do pensamento de Gomes (4), a narrativa estática sobre os Quilombos no texto constitucional, não é compatível com o projeto constitucional que garanta direitos fundamentais, considerando a proposta de política antirracista nele contida. É preciso compreender os Quilombos enquanto uma experiência de continuidade histórica e não datada no tempo.

Passados 30 anos, desde o marco constitucional, a questão fundiária das Comunidades Quilombolas no Brasil, é alarmante. Oficialmente, desde 1988, o Brasil reconheceu apenas 3,2 mil Comunidades Quilombolas.

A primeira Comunidade titulada do país foi a Comunidade Quilombola Boa Vista, do Município de Oriximiná, no interior do Pará, em 20 de novembro de 1995, sete anos após o art. 68 ADCT. Apenas em 2009 foi titulado o primeiro Quilombo urbano; Quilombo Família Silva, localizado no bairro Três Figueiras, área nobre de Porto Alegre.

Em 2003, através do Decreto nº. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que foi regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas Comunidades Quilombolas, de que tratam o art. 68 ADCT. Desde então, 80% das Comunidades reconhecidas, foram identificadas.

Cumprir mencionar que compete à Fundação Cultural Palmares, de acordo com o § 4º do art. 3º do Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003 a emissão de certidão às Comunidades Quilombolas e sua inscrição em cadastro geral, bem como, de acordo com o art. 5º do referido Decreto, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, assim como subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto no referido Decreto.

[...]

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

[...]

Art. 5º Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

O processo de certificação é estabelecido, respeitando o direito à autodefinição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que certifica aquelas Comunidades que assim se declaram.

As determinações da Convenção 169 foram incorporadas à legislação brasileira pelos Decretos Legislativos nº 143, de 2002 e Presidencial n. 5051, de 2004, respectivamente.

Destaca que a Convenção introduz o conceito de terra/território étnico, o critério de autodefinição, o direito de serem consultados, o direito de escolha de suas propriedades, dentre outros direitos e garantias.

[...]

PARTE II - TERRAS

Artigo 13

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

2. A utilização do termo "terras" nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.

Para a certificação é necessário, de acordo com a Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007: ata de reunião específica para tratar do tema de Autodeclaração, se a Comunidade não possuir associação constituída, ou Ata de Assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve relato histórico da Comunidade; e um requerimento de certificação endereçado à presidência da Fundação Cultural Palmares.

É importante destacar que além do lapso temporal, as Comunidades Quilombolas precisam enfrentar ainda todos os obstáculos legais contidos nos procedimentos previstos para certificação.

Nos arquivos disponíveis, na página oficial, da Fundação Cultural Palmares, há 38 Comunidades aguardando visita técnica e 197 com processo em análise técnica, aguardando complementação de documentação.

Segundo o que consta na página institucional da FCP, as visitas técnicas só ocorrem em casos excepcionais, “quando a equipe técnica se depara com dúvidas insanáveis por meio de trabalhos de gabinete ou com denúncias realizadas pelo próprio movimento social, órgãos de governo, ministério ou defensoria pública”.

A respeito da titulação, o INCRA, por força do Decreto n. 4.887 de 2003, é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios Quilombolas.

Em sua estrutura regimental a temática Quilombola é tratada pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e, nas Superintendências Regionais, pelos Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas.

Para iniciar um processo de titulação, a Comunidade deve apresentar ao INCRA, a Certidão de Autorreconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares. Posteriormente, é iniciada a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), o qual visa identificar os limites das terras das Comunidades, onde é feito levantamento em campo e junto a instituições públicas e privadas, de informações cartográficas, fundiárias, geográficas, agrônomicas, ecológicas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas.

O RTID é publicado e os interessados têm o prazo de 90 dias para o contestarem junto às Superintendências Regionais do INCRA, cabendo recurso único ao Conselho Diretor do INCRA Sede, após julgamento das contestações, em 30 dias a contar da notificação.

A fase de identificação do território é encerrada com a publicação de Portaria, pelo Presidente do INCRA, no Diário Oficial da União. Caso haja imóveis privados (títulos ou posses) incidentes no território, será publicado Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social.

A titulação é realizada mediante outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à Comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída.

Na página oficial do INCRA, constam 1.747 (um mil, setecentos e quarenta e sete) processos abertos por região, sendo: 1.005 (um mil e cinco) na região nordeste, 142 (cento e quarenta e dois) na região norte, 118 (cento e dezoito) na região centro-oeste, 331 (trezentos e trinta e um) na região sudeste e 151 (cento e cinquenta e um) na região sul.

Destaca que para além do INCRA, conforme consta em sua página oficial, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU também é responsável por expedir título ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) às Comunidades Quilombolas localizada em áreas de sua gestão. Devendo os Estados e Municípios expedirem os títulos às Comunidades que se localizam em terras de domínio estaduais e municipais. Os Estados do Pará, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuem leis específicas para regularizar os territórios Quilombolas.

É nítida a morosidade e os inúmeros obstáculos para a regularização fundiária e o reconhecimento de que os Quilombolas são sujeitos de direitos, o fato é tão verídico que no ano de 2004, foi ajuizado pelo então Partido da Frente Liberal, atual Democratas, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 3239, em face do Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das Comunidades dos Quilombos objeto do

art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, decreto este constituído de 25 artigos, o último deles a revogar o Decreto nº 3912, de 10/9/2001, que regravava de forma diversa a matéria.

O que propunha a ADI era impugnar o Decreto, entretanto é sabido que a ausência formal de direitos até o ano de 1988, várias Comunidades foram expulsas de seus territórios e foi necessário desenvolverem diversas estratégias de ocupação territorial para garantia e sobrevivência dos Quilombos, provavelmente o autor da ação viu oportunidade e conveniência neste apagamento e silenciamento da existência dos quilombos como formadores da nação brasileira. Voltando um pouco na história, no período de 1755-1778, houve um declínio de poder de grandes proprietários em diversas partes do país, devido o confisco e desmantelamento das fazendas das ordens religiosas e com a abolição da escravatura indígena. A esse respeito Almeida (7) traz uma importante contribuição:

As situações derivadas desta forma de desagregação e desmembramento não foram reconhecidas plenamente pela Lei de Terras de 1850 e persistiram como “foco de tensão social”. E este é um outro grande problema. Como o instituto da sesmaria termina em 1824, o Brasil permaneceu de março de 1824 a setembro de 1850 sem um dispositivo legal para dirimir as questões agrárias.

[...]

Muitos juristas interpretam esta multiplicidade de situações e esta variedade de formas de relação com os recursos naturais como fundamental para explicar a pluralidade das posses no Brasil, mas o grande problema é que, com a Lei de Terras de 1850, houve constrangimentos ao reconhecimento formal das posses enquanto, de outra parte, inúmeros imóveis rurais foram recadastrados com registros no cartório, ou seja, foram “devolvidos” e novamente reconhecidos e titulados, comportando em seus domínios inúmeras situações de posse. Foram menosprezadas deste modo as situações de ocupação efetiva e de posse consolidada internamente a estes domínios. Um quadro de tensões se instalou de maneira permanente. Este problema não foi resolvido pela abolição da escravatura, 38 anos depois, nem pela primeira Constituição Republicana de 1891 e se mantém e persiste, sendo um móvel de antagonismos sociais e de conflitos agudizados. ((7), p. 66).

Retornando a ADI, o julgamento do caso teve início em abril de 2012 no Supremo Tribunal Federal – STF - quando o relator, o então ministro aposentado Cezar Peluso, votou pela inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003, das observações do Ministro, constam que o decreto somente poderia regulamentar uma lei, jamais um dispositivo constitucional e a inconstitucionalidade da desapropriação das terras, haja vista que a desapropriação de terras públicas é vedada pelos artigos 183, parágrafo 3º, e 191, parágrafo único, da Constituição. A Ministra Rosa Weber, fez pedido de vista ao processo, que somente retornou ao plenário em março de 2015.

Em 2015, a Ministra Rosa Weber, votou pela improcedência da ação, concluindo pela constitucionalidade do Decreto Presidencial.

Novamente o julgamento foi suspenso, dessa vez por pedido de vista do Ministro Dias Toffoli e retornou a julgamento em novembro do mesmo ano. O Ministro votou pela constitucionalidade do decreto e observou que o Decreto impugnado, na verdade, regulamenta as Leis 9.649/1988 e 7.668/1988, e não a Constituição Federal diretamente.

Somente em fevereiro de 2018, por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal declarou a validade do Decreto 4.887/2003, garantindo, com isso, a titulação das terras ocupadas por remanescentes das Comunidades Quilombolas.

Embora a improcedência da ação, o que vimos em 2019 é que a discussão judicial das titulações de terras, Quilombolas e indígenas, já reconhecidas ou em processo de titulação, é uma realidade que se estenderá por anos, dada a conjuntura, e que resultará na ampliação das tensões dos conflitos em curso e no acirramento de novos conflitos.

RAÇA, RACISMO E AS QUESTÕES FUNDIÁRIAS

Os conflitos fundiários em territórios Quilombolas são um dos maiores problemas a se enfrentar para garantia dos direitos destas Comunidades, para tanto é preciso compreender que a centralidade dos conflitos e violações de direitos passa pela discriminação em função da raça e pelo racismo que ocupa a função social de dominação e manutenção de poder.

Talvez seja difícil imaginar sendo o Brasil uma nação “tão cordial, que vive uma democracia e humanismo racial”, ter como marca principal agressões baseadas no critério raça. Uma inquietação nos toma sobre esse esforço de compreensão e que deve nos incomodar para que o nosso silêncio não se torne linguagem: a justiça brasileira entende que o racismo empreende agressões das mais diversas possíveis?

A sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo, ora não foi por estes pilares que se ergueram esta nação?

Silvio Almeida (9), filósofo e advogado, aponta que o racismo é sempre estrutural, “ou seja, de que ele é o elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Assim, o racismo é uma manifestação normal e não patológica, como alguns argumentam para o justificar. O racismo é o mecanismo e a lógica para reprodução das desigualdades e da violência que moldam a vida social e se manifesta na dinâmica das instituições e na vida política e econômica da sociedade.

A noção de raça como categoria para seres humanos é um fenômeno que remonta os meados do século XVI. Almeida (9), destaca que raça não é um termo fixo, estático, sendo seu sentido atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado, como a legislação nacional sugere. Para Almeida (9), o conceito é relacional e histórico, haja vista que por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão. Assim, cabe dizer que a racialização dos seres humanos ocorre em função da criação e circulação de sentidos sociais capazes de afirmar que certos grupos não possui o mesmo valor social que outros.

A partir do século XVIII, com o iluminismo, que foi possível, de maneira mais explícita a construção de ferramentas possíveis de realizar comparações e, posteriormente, classificações, entre grupos humanos com base em características físicas e culturais, surgindo distinções entre “civilizado” e “selvagem” ou “civilizado” e “primitivo”. Almeida (9) aponta que o iluminismo tornou-se a base para as grandes revoluções liberais, que tiveram como bandeira a instituição da liberdade, o livramento do mundo das trevas e preconceitos da religião, travando uma

verdadeira guerra contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza, dando destaque como marcos históricos, a partir dessa concepção iluminista, as revoluções inglesas, americana e francesa, as quais marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo, que posteriormente, no século seguinte, abriu caminhos para a exploração de outros lugares do mundo, ou como acreditavam oportunizaram aos outros continentes ainda “primitivos” os benefícios da liberdade, da igualdade do Estado de direito e de mercado.

Esse processo de levar “civilização” resume-se em um processo de genocídio e espoliação que conhecemos como o colonialismo.

Um dos grandes exemplos de resistência e enfrentamento que levou à falência do projeto liberal-iluminista é a Revolução Haitiana, onde os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa condenaram-na impondo lhes todos os possíveis obstáculos pela liberdade que ousaram reivindicar. Aqui, cabe a reflexão que a raça se apresenta como um conceito central de que nem todos os homens são iguais e se quer poderiam ser reconhecidos como seres humanos. Assim, podemos inferir que a classificação de seres humanos serviu como tecnologia para o colonialismo europeu (9).

É oportuno neste momento trazer um pensamento constante na obra *Pensando como um Negro: ensaio de hermenêutica jurídica* de Adilson José Moreira (10), na qual o jurista, também, rejeita completamente a ideia de que a raça é uma mera característica biológica sem implicações na vida dos cidadãos, assim destaca que pessoas negras e brancas tem existência concreta, porém, ambas são produtos de ideias que surgiram em um momento no qual os europeus precisavam justificar diferentes aspectos do cruel projeto colonial que se apresentava na conjuntura. Foi preciso criar teorias que embasassem e confirmassem a inferioridade essencial de todos os outros grupos raciais.

Almeida (9) complementa o pensamento acima descrito, quando traz em sua análise, a partir da literatura dos séculos XVIII e XIX, a forma animalística, presente em algumas obras, de indígenas americanos e africanos, vejamos:

Sobre os indígenas americanos, a obra do etnólogo holandês, Cornelius de Pauw, é emblemática. Para o escritor holandês do século XVIII, os indígenas americanos, “não têm história”, são “infelizes”, “degenerados”, “animais irracionais” cujo temperamento é “tão úmido quanto o ar e a terra onde vegetavam”. Já no século XIX, um juízo parecido com o de Pauw seria feito pelo filósofo Hegel acerca dos africanos, que seriam “sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição” (9, p. 28).

Na citação, acima, o que mais se destaca dos dois discursos é o caráter desumanizador que antecede práticas discriminatórias e genocidas desses povos tendo em comum a tônica do racismo. Essas práticas são marcantes e devastadoras no século XIX.

No século XIX destacamos o espírito positivista, onde as indagações sobre as diferenças humanas saem do campo filosófico e passam a ser indagações científicas. Neste momento nasce a ideia de que características biológicas, condições climáticas e/ou ambientais seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças, o que marca profundamente a saúde mental da população negra.

O que é fundamental apresentar como marca do referido século é a primeira grande crise do capitalismo que levou as grandes potências mundiais ao imperialismo e, conseqüentemente, ao neocolonialismo, que resultou no maior massacre da humanidade, a escravização de seres humanos do continente africano sob o discurso da inferioridade racial dos povos colonizados.

No século XX, há esforço da antropologia em demonstrar a inexistência de determinações biológicas ou culturais que hierarquizam os seres humanos, a exemplo do sequenciamento do genoma. Contudo, e contrariando esse esforço, o mundo presenciou, durante a Segunda Guerra Mundial, mais uma vez, o genocídio de seres humanos, na Alemanha Nazista, reforçando que a raça é um elemento essencialmente político e ainda hoje, no Brasil e no mundo, é um fator para naturalizar desigualdades e legitimar segregação e genocídio, principalmente da população negra. Até os dias atuais, esses traços de “inferioridade” imputados aos povos africanos são a base das representações culturais que muitas pessoas brancas têm sobre as pessoas negras no mundo, basta ver a naturalização do genocídio da população negra, seja nas periferias, nos territórios Quilombolas, no sistema carcerário, nos números de mortes durante as pandemias como a provocada pela COVID-19.

Aprofundando o conhecimento é necessário compreender que à raça estão atrelados os conceitos de preconceito e discriminação, essenciais para se discutir racismo. Almeida (9) aponta que embora os conceitos se relacionem, o preconceito racial “é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. Aponta, ainda, que “a discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”. Almeida (9) conclui que a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou a possibilidade efetiva do uso da força para adquirir vantagem por conta da raça.

Na atual conjuntura, raça tem sido colocada como uma categoria sem relevância, sob o slogan de que “a raça é uma só: a humana”, o racismo tem mostrado sua forma mutável para impedir que, a raça, se torne um critério de mobilização política, garantindo, assim o poder nas mãos do grupo racial dominante”.

Não seria por demais afirmamos, que há em voga um Projeto Racial, que atribui sentidos específicos à raça a partir da estratégia de dominação que se pretende construir. Para o Doutor em Direito Constitucional, Adilson José Moreira (11), “o conceito de raça é produto de um processo de atribuição de significados que expressa o poder de grupos majoritários de construir sentidos que corroboram relações raciais hierárquicas”. Moreira (11) destaca que por ser, a raça, uma construção cultural, seu poder simbólico permite a construção de sentidos para um propósito de dominação.

PARTE II - SAÚDE UMA QUESTÃO EXISTENCIAL

VULNERABILIDADES EM SAÚDE E RACISMO INSTITUCIONAL

Corpos humanos não são os mesmos em todos os lugares, são variantes de inúmeras dinâmicas históricas, sociais, ambientais e políticas. Em lado oposto, as tecnologias biomédicas e as políticas públicas não são neutras, são artefatos cujo desenvolvimento é influenciado por interesses diversos e com grandes repercussões nas vidas das pessoas.

O acesso de populações às ações de saúde, principalmente a população negra que vive em um processo histórico de desigualdades sociais, põem em discussão alguns consensos biomédicos fundados em pressuposto generalista e universalista de contextos, territórios e pessoas. Assim, o compromisso assumido no presente trabalho está no questionamento desses pressupostos - da universalidade dos corpos, do entendimento único sobre estes, independentemente de onde estejam e de como vivem.

Isso posto, torna-se necessário contextualizar como tem sido tratada a saúde e a saúde mental da população negra, bem como as políticas públicas de acesso à saúde dessa população, quando de contextos de extrema desigualdade social, dada a violência estrutural historicamente construída, cuja opressão inscreve-se em corpos e em códigos de sociabilidades e o racismo institucional que tem a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1947, adotou o conceito que define saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade". O relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde (12), realizada entre 17 e 21 de março de 1986, apontou a importante conclusão de que as mudanças necessárias para a melhoria do sistema de saúde brasileiro não seriam alcançadas apenas com uma reforma administrativa e financeira. Era preciso que se ampliasse o conceito de saúde e se fizesse uma revisão da legislação, assim trouxe um conceito mais abrangente de saúde, como sendo uma resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso à posse de terra e a serviços de saúde, cabendo ao Estado o dever de garantir condições dignas de vida e de acesso universal à saúde, bem como de integrar a política de saúde às demais políticas econômicas e sociais.

Não seria por demais lembrar que no que se refere à saúde da população negra, há a prevalência de algumas doenças geneticamente determinadas como a diabetes, a hipertensão, a

presença de miomas, anemia falciforme, entre outras. Porém, uma parte dos indicadores desiguais em saúde se justificam pelo racismo institucional, que inviabiliza principalmente a efetivação do direito humano à saúde, em seus aspectos de promoção, prevenção, atenção e tratamento às doenças e aos agravos transmissíveis e não-transmissíveis, incluindo aqueles de maior prevalência nesse segmento populacional.

Na literatura é possível encontrarmos categorias para se compreender e analisar os determinantes da saúde, tais como, posição o estrato social, o emprego, a pobreza, a exclusão social; os ambientais, tais como a qualidade do ar e da água, ambiente social; os de estilos de vida, sendo a alimentação, atividade física, tabagismo, álcool e comportamento sexual, assim como o acesso aos serviços, como educação, saúde, serviços sociais, transportes e lazer.

Senna e Lima (13), destacam que:

Muito ainda é necessário percorrer um longo caminho para a apreensão do caráter sócio-histórico presente na vulnerabilidade de grupos e populações aos agravos e distúrbios das condições de saúde, situação que se manifesta nas desigualdades dos índices de morbimortalidade entre diferentes populações na sociedade. (13, p.162).

As pesquisadoras (13) apontam, que nas relações racializadas, o tratamento discriminatório obstaculizam o desenvolvimento emancipatório para a população negra e são um dos maiores determinantes das diferenças sócio históricas em suas repercussões nas condições de vida e saúde dos cidadãos brasileiros.

A Comissão de Determinantes Sociais em Saúde (CDS) da Organização Mundial de Saúde, em 2005, apresentou o conceito de determinantes sociais de saúde como um processo complexo no qual participam fatores estruturais e intermediários da produção de iniquidade em saúde. O racismo e o sexismo foram incluídos ao conceito como fatores estruturais produtores de hierarquização social associada à vulnerabilidade em saúde.

Trago a centralidade do problema para ao racismo e o problema da desigualdade racial no Brasil, que é permeado por uma abordagem que coloca o mesmo como um problema do negro, quando na realidade o problema está, como apontado por Clóvis Moura (14), “justamente no modo como se narra a história das relações raciais em nosso país” e avanço dizendo: no modo como se negligenciam a questão racial e o impacto do racismo que traz consigo uma carga de violência, nas condições de vida e saúde da população negra.

Arelado aos determinantes sociais em saúde está o racismo institucional. O conceito foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles

Hamilton em 1967 (15), como sendo “a falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (16).

Jurema Werneck (16) definiu o racismo institucional como:

um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último ((16), p. 18).

A partir da definição apresentada, é possível percebermos o racismo institucional e a relação direta com os serviços e as instituições que deveriam garantir direitos fundamentais a população negra. Parte daí, que a dimensão estrutural do racismo corresponde a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais, de forma a garantir a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nesses grupos (16).

Werneck (17) aponta, ainda, que o conceito de racismo institucional guarda relação com o conceito de vulnerabilidade, definido por Ayres et al (18), que abrange:

O movimento de considerar a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como a resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos. ((18), p.127).

Para Ayres (18), a proposta da vulnerabilidade pode ser aplicada, rigorosamente, a qualquer dano ou condição de interesse para a saúde pública, com graus de interesses diversos.

Jurema Werneck (16) conclui que o “racismo institucional equivaleria a ações e políticas institucionais capazes de produzir a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo”.

No que se refere ao acesso à saúde e utilização dos serviços, linguagens, procedimentos, documentos necessários, distâncias, custos, entre outros, poderão ser interpostos sem qualquer controle ou constrangimento, dificultando ou impedindo a plena realização do direito e o atendimento às necessidades da população negra, impregnando a cultura institucional e sendo capaz de dificultar ou impedir o alcance pleno das possibilidades e resultados das ações, programas e políticas institucionais, perpetuando a exclusão racial.

Werneck (16) salienta que é importante também não perdermos de vista que, antes e além da ação institucional, “o racismo se coloca como marco ideológico legitimador e definidor

de prioridades, reivindicando e legitimando culturas e condutas cotidianas ou profissionais dentro e fora das instituições”.

Por isso, a criação de medidas e mecanismos capazes de quebrar a invisibilidade do racismo institucional, de romper a cultura institucional, é fundamental para se estabelecer novas proposições e condutas que impeçam a perpetuação das iniquidades em saúde para a população negra, especificamente a população Quilombola.

É necessário, lembrar o estado de vulnerabilidades em que vivem as Comunidades Quilombolas, em processo de reconhecimento e demarcação dos territórios, com cerceamento de direitos humanos e acesso à serviços que impactam diretamente em sua saúde e qualidade de vida.

RACISMO E REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL

No Brasil, entre o século XIX e início do século XX, o campo científico foi profundamente contaminado pelo racismo, especificamente o campo da saúde mental e da criminologia. Neste período o mundo via nascer um movimento, considerado como “ciência” chamada de eugenia. Em 1883, Francis Galton, acreditou que o conceito de seleção natural de Charles Darwin, poderia ser aplicado aos seres humanos, tratava-se de um projeto, de homens brancos cujo objetivo era promover a “melhoria da espécie humana” através da comprovação de que a capacidade intelectual era hereditária, logo era inviável a miscigenação entre as raças tidas como “puras” com raças “inferiores”, justificando a exclusão de negos, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos. Assim foi pensada duas técnicas para essa melhoria da espécie: a eugenia positiva que era a estimulação da reprodução e perpetuação das espécies consideradas melhores e, a eugenia negativa que era impedir a reprodução das consideradas piores espécies. De ciência a eugenia passou a ser um movimento social em todo o ocidente, liderado por organizações estadunidenses que desenvolveram estratégias para que se caso não fosse possível aumentar a reprodução da espécie ideal que se impedisse a reprodução das outras.

Um dos notórios eugenistas brasileiro que influenciou a área da saúde mental e da criminologia foi o médico legista e psiquiatra Nina Rodrigues que defendia a “natural tendência à degenerescência” da população negra, o que explicaria numa suposta inclinação a cometer crimes e à alienação (loucura). Em seu artigo “Métissage, dégénérescence et crime”, Nina Rodrigues (19) afirma que:

O cruzamento de raças tão diferentes antropologicamente, como são as raças branca, negra e vermelha, resultou num produto desequilibrado e de frágil resistência física e moral, não podendo se adaptar ao clima do Brasil nem às condições da luta social das raças superiores. A degenerescência das populações mestiças se constitui, sem dúvida, num fenômeno muito complexo que não podemos reduzir a manifestações mórbidas fatais ou irremissíveis. Proteiforme, ela pode bem tomar formas que vão desde brilhantes manifestações de inteligência – como entre os degenerados superiores, passando por uma média de capacidade social de tipo inferior, mal tocada por tendências degenerativas, que tomarão corpo mais e mais nas gerações futuras –, até as manifestações estridentes da degenerescência enfermidade, nas quais os estigmas se impõem pelo franco desequilíbrio mental ou sob a forma impressionante de monstruosidades físicas repugnantes. Temos de convir, no entanto, que a degenerescência-enfermidade é aqui a consequência de uma fragilidade congênita, do germe de um desequilíbrio dietético que trabalha para a extinção da raça [...] ((19), p. 1161).

O pensamento, acima, reforça a existência do racismo estrutural da sociedade e sua repercussão na área da saúde que ainda hoje tem efeitos nefastos para a população negra. Como diz Achille Mbembe (20) a “expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”.

Na atualidade, ainda é possível verificarmos resquícios do pensamento de Nina Rodrigues que persistem e servem de justificativa para o número assustador de mortes da população negra, assim como diversas violações de direitos a essa população. Um exemplo que comprova essa influência eugênica é o caso que ficou conhecido publicamente como Caso Gracinha. Trata-se de um processo tramitado na 1ª Câmara de Direito Cível do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), que resultou pelo deferimento da destituição do poder familiar da mãe Maria das Graças de Jesus (Gracinha), mãe Quilombola da Comunidade Remanescente do Quilombo Santa Cruz/Toca, localizada no município de Paulo Lopes, litoral sul de Santa Catarina.

Maria das Graças de Jesus é uma mulher negra, Quilombola, analfabeta, mãe de cinco filhos, sendo que o mais velho foi retirado de seu convívio imediatamente após o parto, sob a alegação de que ela não teria condições de criá-lo, como é a realidade de muitas outras mulheres negras, nunca conseguiu emprego formal e vivia de doações e ajuda da Comunidade. Em 2014, Gracinha, teve suas duas filhas, de cinco anos e outra com um ano e oito meses, retiradas de seu convívio e de sua Comunidade. As menores foram encaminhadas para um abrigo onde ficaram até o ano de 2017, durante todo esse período a Comunidade teve apoio jurídico do Movimento Negro Unificado (MNU), o qual usou de todos os recursos para apelação das decisões carregadas de racismo e de violações graves de direitos humanos e das Comunidades Quilombolas. A primeira advogada do caso, em audiência pública na Câmara dos Deputados, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, ocorrida em 23 de novembro de 2016 (21) relatou que:

Foram feitos três estudos sociais. No primeiro estudo social, a assistente social diz que a mãe luta e briga por suas filhas e que a família deve ser amparada pelo Estado, pelo Município. No segundo estudo social, a assistente diz que a mãe seria promíscua, que em frente à casa do genitor tem esgoto a céu aberto. Disse, ainda, a assistente, que ele é alcólatra, porque, quando a assistente social chegou ao local, sentiu o cheiro de álcool e, por essa razão, as crianças não poderiam ficar com a mãe, porque correriam risco de vida.

[...]

O segundo estudo social fala tudo isso. O primeiro pedido do Ministério Público disse: A casa da mãe é muito desorganizada, é suja. Não dá para as crianças ficarem lá. Mesmo assim, a juíza não determinou a retirada de pronto,

porque foi dito que havia indícios de que ela teria problemas mentais. Da mesma forma, não há muito tempo, os índios eram tratados assim.

Então, o que foi feito? Resolveu-se fazer um estudo, um laudo, uma consulta, para verificar se realmente há algum problema mental. Mesmo que houvesse o problema, teria que haver onexo. Se há algum problema ou não, isso não significa que ela não poderia ficar com as crianças - se houvesse. No entanto, nenhum médico do Município fez esse estudo. O estudo foi feito em outra cidade, e nele foi dito que ela teria retardo mental leve e déficit intelectual leve. Há um detalhe: ela é analfabeta. Foi dito que, por causa desse retardo mental leve, ela não poderia ficar com as crianças.

Como ela tem esse retardo mental leve, resolveu-se o seguinte: Vamos, então, encaminhá-la ao INSS, para passar por um perito e ter direito ao Benefício de Prestação Continuada. O perito do INSS, que não foi pago pelo Município porque não houve pedido do juízo, disse: Ela tem transtorno cognitivo leve. Isso não dá direito ao benefício, porque esse transtorno não dura mais do que 2 anos. Enfim, na lei, está tranquilo. Então, esse seria o problema dela.

[...]

Com o segundo estudo social e um laudo dizendo que ela tinha problemas psicológicos, a juíza, então, abriga as crianças. Chamou a minha atenção um trecho da decisão da juíza, o qual li tantas vezes e com o qual me indignei tantas vezes que acabei decorando: Denota-se o caso atípico da presente demanda, já que a genitora é descendente de escravos e sua cultura não primava pela qualidade de vida, era inerte em relação aos cuidados com higiene, saúde e alimentação.

[...]

Da fala da Advogada é importante destacarmos alguns dos argumentos presentes e decisivos para a destituição do poder familiar que vão de encontro a teoria de Nina Rodrigues sobre a “natural tendência à degenerescência” da população negra. No Processo em questão, o Ministério Público de Santa Catarina considerou que a Sra. Maria das Graças tinha “retardo mental”, déficit intelectual, era alcóolatra e a desumaniza classificando-a como descendente de escravos e enfatizando que por isso, “sua cultura não primava pela qualidade de vida, era inerte em relação aos cuidados com higiene, saúde e alimentação”.

É pertinente mencionar que dos estudos realizados, no Brasil, sobre saúde mental da população negra, é persistente a associação limitada ao abuso de álcool e outras drogas, desconsiderando a relação entre raça/cor e determinação social em saúde que está relacionada às conotações de injustiça social e desrespeito aos direitos humanos expressos nas desigualdades que impactam essa população.

De acordo com a Psicóloga e Doutora em Saúde Pública Jeane Tavares (22) a exposição contínua às situações de violência, humilhações e constrangimentos desde a primeira infância se associam ao adoecimento físico e psíquico entre negros.

Tavares (22) aponta que há diferenças e similaridades na forma de sofrimento psíquico que atingem as diversas populações negras e que para entendermos como o racismo adocece

deve-se considerar as características da população, tais como: é a população negra urbana? Caso sim, a que mora na periferia ou em bairros centrais? Está em situação de rua? Carcerária? Quilombola? Ribeirinha? De que gênero estamos falando? Qual a orientação sexual?

Para Tavares (22), “cada uma dessas variáveis e muitas outras se cruzam e definem se um indivíduo ou grupo terá maior ou menor proteção contra o racismo e, portanto, maior ou menor vulnerabilidade, mas toda pessoa negra será atingida”.

Embora seja um fenômeno global é preciso reconhecermos que as injustiças são características marcantes em sociedades pautadas na racialização das relações sociais, nas quais a cor da pele geralmente surge associada à segregação e na desigualdade de acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento humano.

A escravidão marcou bem a distinção entre os escravizados e os homens livres. Os africanos, no Brasil, foram animalizados e coisificados, resultando na construção de uma imagem desumanizada do negro, e na desconstrução de sua identidade como seres humanos.

Cabe mencionar que após a abolição, a população negra foi excluída do processo produtivo e econômico, o que foi propício para o reforço de estigmas e estereótipos como: “incompetentes, preguiçosos e indolentes, malandros, sujos, marginais...”.

Todos os elementos apontados de exclusão e desumanização, que acometem a população negra até os dias de hoje, são responsáveis pelo acometimento à saúde psíquica.

Em que pese a reforma psiquiátrica já vinha denunciando que ser negro era uma condição para adoecimento, ainda hoje falta muito a avançar, pois ao reconhecer que o racismo provoca sofrimento psíquico é preciso combatê-lo e promover a igualdade racial no país.

O Brasil é o maior país com contingente de negros fora da África. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (23), são 56,10% o percentual de pessoas que se declaram negras no Brasil, mais de 108 milhões de negros e negras.

O estudo sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil aponta que em 2018, os negros eram 54,9% da força de trabalho no Brasil. Entre as pessoas desocupadas e subocupadas 64,2% dos que não tinham emprego eram negros e das que trabalhavam menos horas do que gostariam ou poderiam, correspondiam a 66,1%; 47,3% estavam em trabalhos informais, pretos e pardos são maioria no mercado de trabalho somente entre aprendizes e trainees, sendo 57% e 58% dos trabalhadores, respectivamente.

A pesquisa revela ainda, que o rendimento médio domiciliar per capita de pretos e pardos, em 2018, era de R\$ 934,00, enquanto os brancos ganhavam, em média, R\$ 1.846. Entre os 10% da população brasileira que têm os maiores rendimentos do país, só 27,7% são negros.

Considerando a referência dada pelo Banco Mundial de US\$ 5,50 diários, para definição de pobreza monetária, a proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas de pobreza, propostas pelo Banco Mundial, foi maior que o dobro da proporção verificada entre as brancas⁵.

Considerando a linha de US\$ 1,90 diários, que diz sobre a situação de pobreza extrema, a diferença também foi expressiva: enquanto 3,6% das pessoas brancas tinham rendimentos inferiores a esse valor, 8,8% das pessoas pretas ou pardas situavam-se abaixo desse patamar.

Quanto à cobertura de serviços de saneamento básico, a pesquisa também aponta uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca). Cabe mencionar que a falta ou condições inadequadas de saneamento básico estão entre as causas subjacentes e evitáveis de mortalidade infantil.

Segundo o Atlas da Violência de 2019 (24), em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros, segundo a classificação do IBGE e utilizada também pelo SIM, sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.

Se pensarmos que os piores indicadores socioeconômicos são da população negra, se analisarmos que o contexto da nossa história de escravização atuou e atua como determinante do lugar social dessa população e do lugar simbólico desse grupo no imaginário da sociedade, compreendemos que são fatores que contribuem para a perpetuação do racismo e manutenção da discriminação e exclusão de grande parcela da sociedade. No Brasil logo ao nascer somos classificados racialmente, por ser negro, e socialmente como brancos. Aos brancos recaem

⁵ O Banco Mundial utiliza, tradicionalmente, o valor de US\$ 1,90 diários para o acompanhamento da pobreza global. Como esse valor, porém, é baixo para definir pobreza em países mais desenvolvidos, atualmente se utiliza a linha de US\$ 5,50 diários, construída para países com rendimento médio alto, como o Brasil. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o portal do Banco Mundial no endereço: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>.

atributos positivos, e aos negros os atributos são sempre negativos e toda sorte de estereótipos que no limite, permite relações desiguais.

O racismo ronda a vida da população negra como um fantasma, que sistematicamente é negada causando efeitos deletérios, e o não reconhecimento do racismo no âmbito institucional impede avanços na área de saúde mental e ao acesso a saúde para essa população.

Para compreender o racismo como promotor de sofrimento psíquico é necessário compreender a raiz ideológica do racismo mantém privilégios e exclusões. O silêncio da sociedade como um todo contribui para dificultar a criação de ações e mecanismos que possam contribuir para o desenvolvimento de subjetividades compatíveis com o pertencimento racial e a realidade brasileira, ora com conivência ora com ignorância por profissionais de saúde e por gestores.

Tavares (22) contribui dizendo que:

[...]

a própria formação dos profissionais de saúde mental reproduz o racismo científico quando negligência a análise da relação entre raça/cor da pele e adoecimento psíquico em seus estudos e cursos, ou quando reduz sua análise sobre a saúde mental da população negra à discussão sobre abuso de álcool e outras drogas. O racismo institucional em saúde mental é evidente quando pardos tem a metade do número de atendimentos de brancos e pretos aparecem com taxas de mortalidade duas vezes maiores que brancos (BRASIL, 2016), pois não têm acesso a atendimento contínuo e de boa qualidade. É evidente, ainda, quando há expressiva subnotificação de raça/cor da pele dos usuários ou quando se utilizam critérios de diagnóstico e procedimentos terapêuticos que desconsideram os sintomas como um fenômeno histórico e político, sem assumir a necessidade de um esforço conjunto para mudar a cultura e instituições estruturais e narrativas que marginalizam esta população (22).

Diante do despreparo e negligência na formação dos profissionais de saúde mental sobre as questões raciais e racismo e seus impactos na saúde da população negra, o grande desafio da Rede de Atenção Psicossocial é reconhecer aonde ela guarda seu racismo, aos profissionais cabe reconhecer aonde seu racismo se revela, se é na impaciência, na negligência e indisposição e na rapidez em que corpos negros são analisados em seu mal-estar. Cabe lembrar que os serviços de saúde recebem as pessoas em sua maior fragilidade, medir a qualidade desses serviços geralmente são fragilizados, pode ser bom por ter sido atendido, por ter conseguido medicamento, mas não revela a qualidade do atendimento importa mencionar que o racismo muitas vezes acontece na porta de entrada do sistema.

A responsabilidade pela perpetuação do racismo institucional vai desde a faxineira que presencia o ato e acha que pela hierarquia aquilo pode acontecer, pelo anestesista, pelo técnico, pela enfermeira, pelo conselho de medicina até a secretaria de saúde.

Por isso foi proposto em 2006 foi aprovada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN (25), através da Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009 e a partir daí o SUS se tornou obrigado a fazer com que ela acontecesse.

A Política nasce com dois objetivos: enfrentar o impacto do racismo na vida e na saúde das pessoas.

A PNSIPN foi aprovada em 2006, assinada pelos entes federativos em 2009 e virou Lei em 2010. Mesmo após mais de uma década ela ainda é negligenciada por ser justamente para enfrentar o racismo. Cabe dizer que a PNSIPN é a única política de saúde que está no corpo de uma Lei, entretanto, ainda, há um longo caminho a ser percorrido para que ela de fato venha a ser cumprida em sua integralidade no SUS, não é por demais dizer que cada silêncio é uma morte.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) (25), advém de um processo histórico cujo protagonismo maior é do movimento negro, que reivindicou ações voltadas a valorização da população negra, além da inclusão e abordagem das questões raciais na saúde. Os documentos lançados nesse processo contribuíram para o estabelecimento de padrões de equidade étnico-racial na política de saúde brasileira e para o reconhecimento oficial, pelo Estado brasileiro, do racismo institucional nas instâncias do SUS, entretanto esse processo teve um longo percurso.

Em 1995, a vinculação entre o racismo e vulnerabilidades em saúde chegou a agenda de gestão pública, após a Marcha Nacional de Zumbi dos Palmares, que provocou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Valorização da População Negra, reunindo ativistas, pesquisadores e representantes do governo para a formulação de propostas de ação governamental (17).

Werneck (17) aponta, ainda, que no âmbito da saúde, o GTI em 1996, realizou uma Mesa Redonda sobre Saúde da População Negra que resultou na proposição de um conjunto de medidas, entre elas: a inserção do quesito raça/cor na Declaração de Nascidos Vivos e de Óbitos; a criação do Programa de Anemia Falciforme (PAF) e a detecção precoce da doença via triagem neonatal a partir do Programa Nacional a ser criado; a reestruturação da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus; o fortalecimento e extensão do então Programa de Saúde da Família até as Comunidades Quilombolas.

Em 1998, o Ministério da Saúde publicou o documento “A Saúde da População Negra, realizações e perspectivas”.

Em 2001, foi publicado o “Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente” (24), voltado para doenças de origem genética comprovada, como doença falciforme, deficiência de glicose-6-fosfato-desidrogenase (G6PD), hipertensão arterial, diabetes mellitus e as síndromes hipertensivas na gravidez, deixando de fora aquelas cuja origem genética não foi estabelecida, como no caso dos miomas uterinos e da síndrome leucopênica, e aquelas sob determinação social evidente, como desnutrição, verminoses, gastroenterites, tuberculose e outras infecções, alcoolismo e outras que, segundo os autores, são mais incidentes na população negra, e não por razões étnicas.

Em 2001, as informações do GTI, foram levadas pelo governo brasileiro para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul, convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Werneck (17) aponta que:

A realização dessa Conferência (na qual a saúde da população negra recebeu formulações interessantes, especialmente durante seu componente regional, ou seja, na Conferência das Américas realizada em Santiago, Chile) e sua Declaração e Plano de Ação criaram as condições para que se desse mais um passo em direção à construção de propostas para a atenção à saúde da população negra no Brasil. O principal exemplo foi a elaboração do documento “Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade”, resultado do trabalho conjunto de especialistas reunidos pelas Nações Unidas no Brasil em dezembro de 2001. Esse documento propôs uma definição do campo abarcado pela saúde da população negra, que incluiria “as doenças, agravos e condições mais frequentes na população negra” ((17), p. 537).

A partir da elaboração do documento “Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)” (26), baseada nos seguintes componentes:

- **Produção do conhecimento científico** – organização do saber disponível e produção de conhecimentos novos, de modo a responder a dúvidas persistentes e dar consequência à tomada de decisões no campo da saúde da população negra.
- **Capacitação dos profissionais de saúde** – promoção de mudanças de comportamento de todos os profissionais da área de saúde, através da formação e treinamento adequados para lidar com a diversidade da sociedade brasileira e com as peculiaridades do processo saúde/doença da população negra.
- **Informação da população** – disseminação de informação e conhecimento sobre potencialidades e suscetibilidades em termos de saúde, de modo a capacitar os afrodescendentes a conhecer seus riscos de adoecer e morrer, e facilitar a adoção de hábitos de vida saudável e a prevenção de doenças.
- **Atenção à saúde** – inclusão de práticas de promoção e educação em saúde da população negra nas rotinas assistenciais e facilitação do acesso em todos os níveis do sistema de saúde.

Em 2003, foi criado o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, formalizado em 2004 através da Portaria nº 2.632/2004, cujas competências em seu Art. 2º são:

- I - apresentar subsídios técnicos e políticos voltados para a atenção à saúde da população negra no processo de elaboração, implementação e acompanhamento do Plano Nacional de Saúde;
- II - elaborar propostas de intervenção e contribuir para a sua pactuação nas diversas instâncias e órgãos do Sistema Único de Saúde - SUS;
- III - sistematizar propostas que visem à promoção da equidade racial na atenção à saúde;
- IV - participar de iniciativas intersetoriais relacionadas com a saúde da população negra; e
- V - participar da elaboração, do acompanhamento e avaliação das ações programáticas e das políticas emanadas pelo Ministério da Saúde no que se refere à promoção da igualdade, segundo as estratégias propostas pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, criado pela Lei nº 10.678, de 22 de maio de 2003.

Em novembro de 2006, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde – CNS – a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que tem como objetivos:

I – Garantir e ampliar o acesso da população negra residente em áreas urbanas, em particular nas regiões periféricas dos grandes centros, às ações e aos serviços de saúde;

II – Garantir e ampliar o acesso da população negra do campo e da floresta, em particular as populações Quilombolas, às ações e aos serviços de saúde;

III – Incluir o tema Combate às Discriminações de Gênero e Orientação Sexual, com destaque para as interseções com a saúde da população negra, nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social;

IV – Identificar, combater e prevenir situações de abuso, exploração e violência, incluindo assédio moral, no ambiente de trabalho;

V – Aprimorar a qualidade dos sistemas de informação em saúde, por meio da inclusão do quesito cor em todos os instrumentos de coleta de dados adotados pelos serviços públicos, os conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde - SUS;

VI – Melhorar a qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, processamento e análise dos dados desagregados por raça, cor e etnia;

VII – Identificar as necessidades de saúde da população negra do campo e da floresta e das áreas urbanas e utilizá-las como critério de planejamento e definição de prioridades;

VIII – Definir e pactuar, com as três esferas de governo, indicadores e metas para a promoção da equidade étnico-racial na saúde;

IX – Monitorar e avaliar os indicadores e as metas pactuados para a promoção da saúde da população negra visando reduzir as iniquidades macrorregionais, regionais, estaduais e municipais;

X – Incluir as demandas específicas da população negra nos processos de regulação do sistema de saúde suplementar;

XI – Monitorar e avaliar as mudanças na cultura institucional, visando à garantia dos princípios antirracistas e não discriminatórios;

XII – Fomentar a realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra.

Werneck (17), afirma que apesar de ter cumprido todo o processo de formalização requerido pelo SUS que consiste na aprovação pelo CNS, conforme ocorrido em 2006; publicação no diário oficial em 2008; elaboração de Plano Operativo; pactuação na Comissão Intergestores Tripartite com atribuição de responsabilidades para cada um dos entes federativos em 2009, mesmo assim, a PNSIPN não angariou adesão suficiente à gestão do SUS, tendo seus objetivos no corpo da Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial (27), a saber:

TÍTULO II
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
CAPÍTULO I
DO DIREITO À SAÚDE

Art. 6º O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.

§ 1º O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra será de responsabilidade dos órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, da administração direta e indireta.

§ 2º O poder público garantirá que o segmento da população negra vinculado aos seguros privados de saúde seja tratado sem discriminação.

Art. 7º O conjunto de ações de saúde voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes abaixo especificadas:

I - ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS;

II - produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;

III - desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.

Art. 8º Constituem objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:

I - a promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnicas e o combate à discriminação nas instituições e serviços do SUS;

II - a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero;

III - o fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra;

IV - a inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde;

V - a inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS.

Parágrafo único. Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

Apesar de mais de uma década da PNSIPN, os impactos do racismo na vida e na saúde ainda é desconhecido pela população e profissionais de saúde. De acordo com o projeto de pesquisa Avaliação do Processo de Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Indicadores de Monitoramento e Avaliação, realizado pelo pesquisador Luis Eduardo Batista (28), os resultados iniciais revelaram que dentre as 27 Unidades da Federação, 7 secretarias estaduais de saúde responderam ao questionário. Dentre os 5.561 municípios, somente 32 responderam/relataram ter essa política implantada.



Figura 1: Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), Brasil, 2016. Fonte: Batista, Enfrentando o racismo nos serviços de saúde (29)

A pesquisa ainda aponta que para os entrevistados, a “PNSIPN dá certo quando há compromisso de gestores e técnicos, quando há uma efetiva coordenação do programa e quando o movimento social apoia a gestão”. Apenas 5 Estados e 12 Municípios revelam ter uma área técnica responsável pela condução da PNSIPN.

No que se refere a saúde da população Quilombola, está contida nos objetivos específicos e na estratégia da Política, mas não em suas diretrizes o que dificulta seu monitoramento e avaliação da implementação.

A saúde Quilombola aparece novamente na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) (30), instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), pela Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, e pactuada pela Comissão de Intergestores Tripartite (CIT), conforme Resolução nº 3, do dia 6 de dezembro de 2011. Trata-se de uma Política transversal que prevê ações compartilhadas entre as três esferas governamentais, composta por objetivos, diretrizes e estratégias que exigem responsabilidades da gestão voltadas para a melhoria das condições de saúde desse grupo populacional.

A contribuição dessa Política é o reconhecimento de que a pobreza se manifesta, também, na ausência de resolução de conflitos, o que agrava mais ainda a violência no campo, assim como na precariedade de relações ambientais sustentáveis. Ainda, reconhece que os aspectos de ordem econômica, social, cultural, política e ambiental compõem os determinantes sociais da saúde e estão intrinsecamente associados às diferentes maneiras de adoecer e morrer. Entretanto, assim como a PNSIPN sua implementação é muito baixa e os dados de monitoramento são escassos ou inexistentes.

Importa destacar que a implementação dessas políticas, assim como os reconhecimentos desses determinantes sociais em saúde, responsáveis pela diferença no perfil de morbimortalidade da população negra, são essenciais para a gestão e para a tomada de decisão.

O grande desafio é evitar a descontinuidade ou interrupção dessas Políticas, o que diante do atual cenário de retirada de direitos, demandará um esforço e vontade de gestores, profissionais de saúde e de toda sociedade civil.

METODOLOGIA

O presente estudo foi estruturado por base em uma investigação qualitativa acerca dos processos que afetam a saúde da população Quilombola, com vistas a identificação dos fatores em torno dos conflitos fundiários que podem influenciar significativamente a saúde dessa população.

Neste trabalho, buscou-se fazer um resgate histórico da formação dos Quilombos no Brasil e como a luta pela terra se desenvolve ao longo dos anos desde o fim, oficial, da escravidão de seres humanos até chegarmos ao reconhecimento desses territórios na Constituição Federal, buscando, com base em revisão da literatura principalmente de pesquisadores e intelectuais negras e negros.

A revisão da literatura possibilitou uma análise crítica a respeito dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro e suas omissões, facilitando uma comunicação entre os discursos dos entrevistados a respeito da realidade vivida, toda violência e enfrentamento e como influenciam em sua saúde.

A bibliografia foi separada de acordo com os eixos que se pretendeu analisar, foram separados livros, artigos que versam sobre quilombos, questões raciais, saúde da população negra dentre outros que foram aparecendo durante a revisão e se fizeram essenciais. Foram estudadas além de artigos científicos e livros, leis, decretos, portarias e publicações de órgãos oficiais como Ministério da Saúde, INCRA e Fundação Cultural Palmares, relatórios finais, cadernos de resoluções, bem como assistido documentários e vídeos históricos. Os documentos se reportaram a um período demarcado entre os anos de 2001 a 2020.

A segunda técnica utilizada nesse estudo foram entrevistas semiestruturadas com quatro Lideranças Quilombolas das Comunidades Marobá dos Teixeiras, no Município de Almenara – MG, Santa Tereza do Matupiri, no Município de Barreirinha – AM e Quilombo Carrasco, no Município de Arapiraca – AL.

As primeiras conversas para explicar sobre a proposta de estudo foram realizadas pelo aplicativo WhatsApp, onde foi possível estabelecer uma proximidade e confiança. Expliquei sobre a minha trajetória de vida e profissional, o fato de ser filha de negro, vindo de Comunidade Tradicional, ajudou muito e em vários momentos senti que era um misto de orgulho e esperança dos entrevistados em poderem participar desse momento.

As entrevistas foram agendadas no começo do ano de 2020, a primeira seria na Comunidade Marobá dos Teixeiras, de forma presencial, a proposta era viajar até Belo Horizonte e de lá seguir para Almenara. Em Belo Horizonte eu teria hospedagem, alimentação e transporte para locomoção até a Comunidade, entretanto seria um deslocamento de 11 horas e os custos ficariam altos, além de não ter tempo hábil haja vista não ter condições de me ausentar do trabalho para realizar a pesquisa de campo. Em conversa com as lideranças a serem entrevistadas, foi pensada a possibilidade de viajar de Brasília para Ilhéus/BA, e de lá seguir até Almenara, onde o trajeto levaria em torno de 6 horas.

O início do ano de 2020 nos trouxe uma demanda de saúde pública chamada COVID-19, que é uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2. A taxa de transmissão é alta e fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificasse-a em pandemia, nos seus primeiros casos (OMS, 2020).

No dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde do Brasil, a partir do gabinete do ministro, emitiu a Portaria nº 188 de 2020, que declarou emergência em saúde pública de importância nacional. A Portaria tinha como principal finalidade o favorecimento de medidas para que estados e municípios se preparassem para o enfrentamento da pandemia que se instalava no país.

Diante do cenário que se desenhava e que poderia colocar toda a Comunidade em risco, decidimos pela entrevista via telefone, a qual foi gravada usando aplicativo de gravador de voz no telefone.

A partir dessa primeira entrevista, em 7 de fevereiro de 2020, foi marcada a próxima com a liderança do Quilombo Carrasco em Arapiraca/AL, a qual aconteceu em 17 de fevereiro de 2020, também por chamada telefônica. O mês de março seria para a realização de mais uma entrevista, contudo o Senado Federal aprovou o pedido de reconhecimento de calamidade pública enviado pelo Governo Federal diante da pandemia, o qual entrou em vigor em 20 de março através do Decreto nº 6/2020.

Nesse momento, todos os nossos esforços foram para socorrer e salvar vidas, as entrevistas foram interrompidas e passei a monitorar os casos de COVID-19 nas Comunidades, fazer campanhas para arrecadação de alimentos e kits de higiene, oficial os órgãos competentes para adotarem medidas para garantir a segurança alimentar nutricional Quilombola. Foram inúmeros casos de violações de direitos nesse período, houve despejos, queimadas, invasões, violência por agentes do Estado, negligência, ameaças. Perdemos para o racismo estrutural que

levou grande parte do patrimônio e memórias negras através das mortes dos nossos idosos, mas não desistimos e seguimos resistindo.

Em 17 de junho, foi realizada a entrevista com a liderança da Comunidade Santa Tereza do Matupiri, Amazonas/AM.

As entrevistas permitiram localizar outros aspectos que escaparam a fase de análise da literatura e documental, e que cabem um aprofundamento pela densidade e necessidade de aprofundamento da temática, entretanto facilitaram uma análise aprofundada das concepções teórico-conceituais subjacentes às questões étnico-raciais e territoriais.

Foi utilizado um roteiro de entrevistas semiestruturada (Apêndice A), com questões previamente organizadas em torno de três eixos: (1) identificação dos entrevistados – dados pessoais e aspectos sócio demográficos; (2) conflitos fundiários; e (3) concepção de saúde.

Devido à quantidade de dados obtidos, foi utilizado, para auxílio à análise de conteúdo, o *software* Atlas.ti – versão 9.0, apropriado para análise qualitativa de informações obtidas por meio de entrevistas. As entrevistas foram feitas através de ligação telefônica e gravadas pelo aplicativo “gravador de voz” baixado no celular da entrevistadora, as entrevistas foram transcritas e inseridas no Atlas.ti.

Este *software* auxiliou na organização dos trechos relevantes das entrevistas, a fim de permitir a identificação de padrões e repetições de interesse à pesquisa, bem como o agrupamento de ideias para formação de famílias e códigos que permitiram chegar nas seguintes categorias de análise:

- Fatores relacionados aos conflitos fundiários
- Diagnóstico de problemas de saúde autodeclarados.
- Assistência e acesso à saúde
- Práticas Tradicionais de Saúde
- Considerações Essenciais

Para Gaskell (38), a vantagem em utilizar um “programa computadorizado para análise qualitativa de informações” é por fornecer uma “síntese de todos os elementos relevantes do texto que pertençam a um código específico de interesse”. Acrescenta, ainda, que é uma “maneira eficiente de representar os elementos textuais, de tal modo que o pesquisador pode ilustrar sua interpretação com citações selecionadas”.

Cabe mencionar que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz Brasília cujo número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) é 22066619.0.0000.8027, a aprovação está no Anexo A. Atendendo aos fundamentos éticos e

científicos do Comitê, foram consideradas as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos presentes na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Por se tratar de pesquisa do campo das Ciências Humanas e Sociais foi considerada, também, a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, a qual dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida na referida Resolução.

Todos os entrevistados receberam informações sobre a pesquisa e concordaram com o disposto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice B), o qual informou sobre a justificativa, os objetivos e os procedimentos que seriam utilizados na pesquisa, com o detalhamento dos métodos a serem utilizados, bem como os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar danos, considerando as características e contexto dos participantes da pesquisa. Devido às dificuldades financeiras e estruturais para se imprimir o Termo e posteriormente digitalizá-lo e reencaminhar a entrevistadora, o consentimento foi enviado pelos participantes via áudio e encontram-se arquivados e ficarão por um período de cinco anos e, posteriormente, serão excluídos.

As gravações de áudio e imagem, terão a garantia de sigilo das informações e do direito de não serem utilizadas para outras finalidades. Todo material foi arquivado em mídia eletrônica por um período de cinco anos e, posteriormente, serão excluídas.

Será realizada devolutiva às Comunidades com a entrega da Dissertação encadernada para que possa constar nos arquivos das Associações ou Bibliotecas das Comunidades e utilizada quando e se houver conveniência e oportunidade.

ESCOLHA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A escolha das Comunidades Quilombolas se deu pela evidente disputa por direitos que as mesmas enfrentam no presente, assim como as graves violações de direitos associados à morosidade do processo de regularização fundiária dos territórios, apresentando formas cruéis

de violência física e psicológica, além de cerceamento de direitos essenciais, como acesso à saúde, educação, saneamento e segurança. Para além disso, a escolha se fez devido Minas Gerais ser um dos Estados com maior presença de Comunidades Quilombolas, sendo 388 Comunidades Quilombolas certificadas, Amazonas por ser uma região com a temática quilombola silenciada e muitas vezes desconhecida. O Estado de Alagoas foi selecionado por ser um Estado de muita representatividade na luta Quilombola, graças ao Quilombo dos Palmares, com uma historiografia negra importante de ser considerada para a compreensão da formação social do país. Amazonas foi de extrema importância por ser uma das regiões que a agência Quilombola é incessantemente anulada, seja pelo imaginário popular seja pelas políticas públicas que em sua maioria não chegam na região norte do país

Considerando os critérios mencionados, optou-se pela escolha das seguintes Comunidades Quilombolas: Marobá dos Teixeiras, em Almenara – MG; Carrasco, em Arapiraca – AL; e, Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri, localizada no Rio Andirá, Município de Barreirinhas - AM.

O contato com as lideranças das Comunidades foi feito com o apoio da Federação Nacional de Associações Quilombolas (FENAQ) e Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N' Golo. Também como ponto de apoio, as entrevistas foram acompanhadas pela facilitadora Quilombola, Nahiane Hermano Guimarães.

A participação neste estudo foi voluntária, realizado com lideranças, maiores de 18 anos, reconhecidas por suas respectivas Comunidades, e cujos entrevistaram assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

DOS ENTREVISTADOS

Na Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras a conversa se deu com o casal Maria Rosa Jané e Jurandir Dias de Souza, lideranças da Comunidades

Maria Rosa é uma mulher autodeclarada branca, mas ressalta que é indígena Boliviana, tem pós-graduação, é casada com o Sr. Jurandir e juntos assumiram os trabalhos da Associação, ambos são agricultores e vivem com o que vendem da agricultura e aposentadoria do Sr. Jurandir, que é de 1 salário-mínimo.

Sr. Jurandir é um homem negro, Quilombola, agricultor de fala firme. Suas palavras emanam força. Impossível não se emocionar com sua história de luta e resistência pela defesa de seu território.

Ambos sofreram um ataque desumano, mas simbólico para um país que ainda hoje padece dos resquícios da escravidão. Em 2017, Sr. Jurandir reviveu em seu corpo a tortura que muitos de seus antepassados viveram, foi espancado, torturado e amarrado em um poste. Sua esposa foi torturada e envenenada. Mesmo com toda dor não desistiram da luta e seguem firmes até o fim pela garantia e defesa do Território.

No Quilombo do Carrasco conversei com a Liderança Genilda Queiroz. Genilda é uma mulher negra, é presidente da Associação de Desenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo do Carrasco, Conselheira Estadual de Igualdade Racial, representante das mulheres dos quilombos de Alagoas e do Comitê Estadual de Saúde da População Negra. Sua fala é empoderada e marcante, tenho grande admiração pela sua luta e garra, quando ela se posiciona nos grupos de lideranças Quilombolas é como se toda ancestralidade falasse através dela, como disse Ângela Davis “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

Casada, cursou até o ensino médio, é agricultora, e uma Liderança de grande engajamento com as questões Quilombolas no Estado.

No Amazonas conversei com uma das lideranças locais. Maria Amélia dos Santos Castro, mulher negra Quilombola da Comunidade Santa Tereza do Matupiri, no município de Barreirinhas-Amazonas, como mesmo diz, segurando seu cafezinho na mão: “sou negra na pele e índia no cabelo”, tem 60 anos de idade, solteira e mãe de 8 filhos. Se casou aos 22 anos, mas não deu certo e aos 36 se separou e foi criar seus filhos.

Sou solteira. Sou mãe de oito filhos, mas sou solteira. Minha caçula está com 23 anos.

A minha avó também teve seis filhos, e ela foi mãe solteira. Aí quando junta a família toda, é muita gente. É muito bom família grande.

Barulho, faz. E aí a gente se acostuma com esse barulho. É. Quando a gente está só, a gente sente saudade.

No momento, eu só estou trabalhando em casa, trabalhando com meus filhos, fazendo pão para a gente viver no dia a dia. Nosso dia a dia é fazendo pão durante a semana até chegar o dinheiro da aposentadoria, que eu também sou aposentada. E a gente leva a vida desse jeito.

Tenho o meu salário, e a minha menina também recebe Bolsa Família, são cinco... São quatro - três mulheres que convivem aqui comigo, e um filho meu homem. Dois homens que moram aqui, o resto está fora. Aí eles têm a Bolsa Família deles. É porque aqui em casa, que é onde estou morando em Manaus, nós fizemos tipo uma vila, (Interrupção) três, quatro telas, eu tenho o meu, e a gente vive em família. Aí como eu vim para Manaus para fazer o meu curso, fazer minha faculdade, eles também me acompanharam. Mas só que uma mora em Manaus muito tempo, mas aí outra veio comigo, e outra com meu filho também, e outra também. Mas eu digo que é só no período até eu terminar minha Agroecologia. Terminou, eu vou embora para o interior. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Maria Amélia é um exemplo de resistência e superação, tem um livro escrito “Trilhas Percorridas por uma Militante Quilombola: Vida, Luta e Resistência”, e cursa a faculdade de agroecologia, para poder retornar para seu território e ajudar ainda mais os seus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO - UBUNTU: O DIREITO HUMANO DE SER

Neste capítulo, apresento as entrevistas realizadas com as Lideranças do Quilombo do Carrasco, no município de Arapiraca-AL; Marobá dos Teixeiras, no município de Almenara – MG e Santa Tereza do Matupiri, Rio Andirá, município de Barreirinhas, Amazonas.

Primeiramente, é importante destacar que este, pretende ser um lugar de fala de sujeitos que historicamente e academicamente são silenciados e invisibilizados. Algumas falas, transcritas, ficaram longas, mas pela importância das informações nelas contidas, que se tornam essenciais para entender o que a literatura diz e o que a realidade vivida aponta, optou-se por sua permanência.

Conhecer as origens, história e especificidades de cada Comunidade Quilombola é essencial para não cairmos na armadilha colonizadora da história única, como bem definido por Chimamanda Ngozi Adichie⁶.

As formações geográficas, estruturais e históricas de cada Quilombo pode revelar como incidem os processos discriminatórios e a carga de violência sobre seus sujeitos.

Ainda há que se pensar nas questões de poder que incidem sobre as narrativas das Comunidades: como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas. O jeito mais simples de dizimar um povo é contar sua história por eles, assim, por muito tempo e ainda hoje, acredita-se que a África é um país e que Quilombo é Palmares. Deste modo, segue um resumo da história das Comunidades para que se possa conhecer um pouco do contexto em que as entrevistadas se encontram.

⁶ Chimamanda Ngozi Adichie é uma feminista e escritora nigeriana. Ela é reconhecida como uma das mais importantes jovens autoras anglófonas de sucesso, atraindo uma nova geração de leitores de literatura africana. ‘Os perigos de uma história única’ foi apresentado na Conferência Anual – TED GLOBAL 2009 – de 21 a 24 de julho em Oxford, Reino Unido.

COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS

A Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira localiza-se na zona rural do município de Almenara, no Estado de Minas Gerais. É certificada pela Fundação Cultural Palmares, cuja Portaria de reconhecimento foi publicada em 2009.

O território abrange duas áreas: a de Marobá e a de Feijoal, sendo cortadas pelo rio Jequitinhonha. A Portaria n. 1.123, de 5 de julho de 2018, reconheceu e declarou, como sendo terras da Comunidade remanescente de quilombo Marobá dos Teixeira a área de 3.075,1061ha (três mil e setenta e cinco hectares, dez ares e sessenta e um centiares), composta por 2 glebas não contíguas, denominadas Marobá e Feijoal. Atualmente a Comunidade aguarda publicação de Decreto Presidencial de desapropriação e titulação coletiva.

Em 2010, os moradores foram despejados da Comunidade, após o Juiz da Comarca de Almenara considerar que os Quilombolas pertenciam ao Movimento dos Sem Terra (MST). Segundo informações, O MST invadiu a propriedade em 2004 alegando improdutividade, porém por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou o Decreto Presidencial de dezembro de 2006 que desapropriou, para fins de reforma agrária, a Fazenda Marobá, Singapura e Tabatinga, localizada no município de Almenara (MG).

Em 2013, a Comunidade viveu um conflito onde resultou na prisão de 11 pessoas que atentaram contra a vida dos Quilombolas da Comunidade, dos quais 9 já tinham passagens pela polícia. De acordo com o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, produzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (31):

Em novembro de 2013, tiros foram disparados contra os trabalhadores. Logo depois, mais de 20 funcionários do casal proprietário apreenderam o gado dos trabalhadores e quilombolas no curral da sede da fazenda e montaram um cerco para que não fosse solto. Os responsáveis vivem nas imediações da Fazenda. (Neeps/ENSP/Fiocruz (31)).

Em 2017, três homens armados e encapuzados torturaram as Lideranças da Comunidade. Sr. Jurandir chegou a ser amarrado em um poste e espancado até desmaiar, sua esposa foi espancada e obrigada a engolir uma substância, que a mesma identificou como chumbinho. O grupo levou pertences da casa e documentos da Associação Comunitária da Comunidade, além de papéis relativos aos processos administrativos e judiciais sobre o território Quilombola.

Diante da morosidade no processo de titulação, as 79 famílias enfrentam dificuldades e cerceamento de direitos. A Comunidade somente conseguiu acesso a eletricidade em 2015, em função da atuação do Ministério Público Federal em Teófilo Otoni que expediu a Recomendação nº 08/2015 direcionada a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG – objetivando a conclusão as obras de distribuição de energia elétrica no território do Quilombo Marobá dos Teixeiras. Porém, desde 2012 a Comunidade luta para obter água potável nas residências, entretanto ainda carecem de saneamento básico, e outros serviços essenciais como acesso à saúde.

O nome Carrasco surgiu através de uma árvore que existia na Comunidade, antigamente era chamada carrasco e hoje é conhecida como pau-viola. Segundo relatos da liderança, Genilda Queiroz, desde 1802 já havia relatos da existência do Quilombo:

A gente tem relatos de que a ‘Festa de Santa Luzia’ acontecia por lá desde esse ano. Quem mandava nas terras aqui era uma capitã chamada Antônia Rosa, que recebia ordens diretas de Portugal. As mucamas dela vieram de Angola, como a escrava Bilinda, que teve uma filha que se casou e teve 18 filhos. O Carrasco começou assim. (Genilda Queiroz)

A Comunidade é certificada pela Fundação Cultural Palmares desde 2008 e possui processo para regularização fundiária aberto no INCRA sob o nº 54360.000009/2012-01.

A Comunidade, que fica na zona rural de Arapiraca enfrenta problemas com a falta de abastecimento de água encanada e tratada, bem como violações de direitos por parte da Mineradora Vale Verde a qual tem invadido o território sem o consentimento da Comunidade e tem feito escavações no solo, desrespeitando a soberania e direitos Quilombolas e a própria Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que prevê dentre outras coisas, que qualquer atividade nos territórios tradicionais só podem ser executadas com a concordância da população local, que deve ser consultada antes do início das atividades e informada sobre todos os impactos que terão na Comunidade.

COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA TEREZA DO MATUPIRI

O Estado do Amazonas possui oito Comunidades Quilombolas das quais cinco foram reconhecidas pela Fundação Palmares, através da Portaria Nº 176 publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de outubro de 2013. São elas: Boa Fé, Itaquara, São Pedro, Santa Teresa do Matupiri e Trindade; onde vivem, aproximadamente, 558 famílias, um total de 2.790 pessoas. Outras três Comunidades são Tambor (no município de Novo Airão), Barranco (área urbana de Manaus) e Sagrado Coração de Jesus do Lago Serpa (município de Itacoatiara). A Comunidade Tambor foi a primeira ser reconhecida como Quilombola no Amazonas, em 2006 pela Fundação Palmares. Entretanto o território está sobreposto ao Parque Nacional do Jaú, o que acarretou em litígio com o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

Nos territórios das Comunidades do Rio Andirá foram identificados pelo menos onze locais de conflito, que iniciaram desde os anos de 1980 quando posseiros começaram a ocupar as margens e ilhas do Andirá, para começarem principalmente a criação de gado. Há ainda denúncia de retirada e pesca ilegal no território, bem como a extração ilegal de areia, seixo e argila. Quilombolas afirmam ainda que posseiros impedem o acesso área de manejo, onde são encontrados produtos como a castanha.

Segundo a liderança da Comunidade Santa Teresa do Matupiri:

“Antes disso, o povo vivia de plantar café, guaraná, roças, de criar galinha, mas a área foi invadida por fazendeiros, e o povo passou a viver com dificuldades. Hoje, as comunidades estão cercadas por fazenda, os bois destroem as roças”.

Segundo a memória dos mais velhos, o Quilombo do Andirá foi estabelecido graças ao Angolano escravizado, senhor Benedito Rodrigues da Costa, o qual juntamente com seus irmãos, Mari, João e Francisco, se atirou no rio quando eram levados como escravizados. Benedito e os irmãos conseguiram chegar até onde hoje é a Comunidade Vila Amazônia, no município de Parintins (também no baixo rio Amazonas) e que depois viria a ser ocupada por imigrantes japoneses. Na região, a queda da produção e comércio da borracha deu espaço para o crescimento da agricultura, com destaque para o algodão, fibras naturais e cultivo da juta, entretanto não era seguro para quem fugia da escravidão. Assim, contam que em uma pequena

embarcação os irmãos entraram em um furo (canal que une dois rios) e saíram no rio Andirá, afluente do rio Amazonas, em busca de um lugar para viver.

Ali, o senhor Benedito se casou com a indígena Gerônima, filha da Júlia Saterê e tiveram cinco filhos. Teve, ainda mais um filho em outro relacionamento. Os irmãos de Benedito não permaneceram na região, e pelo que se sabem podem ter ido para o Pará ou Maranhão.

Segundo os descendentes do senhor Benedito, ele tinha marcas de açoites nas costas e as iniciais de um provável senhor marcadas na pele.

Estabelecidos no rio Andirá, o senhor Benedito e a família faziam roças, colhiam castanhas, pescavam. Guardavam entre eles informações sobre as origens, sem que pessoas de fora soubessem da herança que carregavam. E assim, no silêncio estratégico pela sobrevivência as Comunidades Quilombolas permaneceram por muitos anos, sendo tratados genericamente por ribeirinhos.

Segundo a antropóloga Maria Magela, nascida e criada em Barreirinha, a população da região nunca tinha ouvido falar de quilombo, “o que nós percebíamos era a cor. Havia algo diferente do indígena, diferente da gente”. A antropóloga diz que eles chegavam à cidade sempre em comitiva, o que chamava a atenção. E eram tratados como “os pretos do Andirá, pirangas ou guaribas”, e eram bastante reservados não só quanto à origem, mas também aos costumes. O que se tem de legado até hoje desse grande herói são as tradições, cultura com elementos da religiosidade africana e seus rituais e a sabedoria sobre as ervas de cura, nas brincadeiras, como “a Onça te Pega” e do London, uma dança em grupo onde o ritmo é entoado pelo gambá, um tambor também tradicional coberto com couro de carne de caça.

Através da fundação, em 2009, da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB) e sua luta, o INCRA através de uma comissão mista iniciou o RTID. No levantamento realizado ficou identificado que boa parte do território reivindicado pelos Quilombolas era formado por ilhas, que legalmente pertencem ao governo federal, sendo excluídas da demarcação. A grande expectativa é que a área ainda possa ser utilizada pelas Comunidades e que os posseiros sejam retirados do território.

FATORES RELACIONADOS AOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS

O enfrentamento ao racismo são uma das lutas históricas que enfrentam a população negra há cinco séculos. A trajetória e experiência das Comunidades Quilombolas na luta por direitos é uma das principais expressões da diáspora africana⁷.

Da teoria apresentada, no referencial teórico, é possível afirmar que as Comunidades Quilombolas representam não apenas um símbolo de luta contra o racismo, mas assumem o papel de movimento para acessar direitos históricos negados à população negra (GOMES).

Quando se pensa na luta pela terra, não há muitos registros da legitimidade do movimento Quilombola. Entretanto, é uma das experiências mais antigas da população negra pelo direito à propriedade da terra no Brasil. Reconhecer essa luta é essencial para se compreender o processo de formação socioterritorial da nação brasileira, apontando elementos capazes de fomentar a discussão sobre o direito a propriedade da terra.

Não seria por demais sublinhar que as disputas pelo acesso ao território se apresentam de diversas formas sendo principalmente marcadas pela violência que o racismo historicamente carrega. Ainda é importante mencionar que essas disputas têm provocado deslocamentos forçados, assassinatos de lideranças, danos socioambientais que impactam e inviabilizam o modo de vida das Comunidades que dependem da terra para sua existência.

A respeito desses conflitos e sua imbricação com o processo de titulação das Comunidades vejamos o que falam as Lideranças da Comunidade Marobá dos Teixeiras, localizada em Almenara-MG.

Nós está em fase da portaria publicada editada em 5 de julho de 2018 e publicada em foi acho que outubro, 18 de outubro acho que foi ou 25, não sei o dia exato, final de 2018 a publicação. A titulação ainda não saiu em Minas somente Brejo dos Criolos que tem o Decreto e o pessoal que foi removido lá de... Como se chama... Perto de Teofilo Otoni do Carlos Chacre Marques 2⁸ que foi removido por causa de uma hidrelétrica, ai eles tem o título.

⁷ A diáspora africana, aqui tomada como deslocamento forçado desde África à América, configurando um processo violento de desterritorialização e ruptura dos vínculos sociais, culturais, políticos experienciados pela população africana em seu território, e que foram se reconfigurando no “grande transatlântico”.

⁸ Trata-se da Comunidade dos Marques, localizada no município de Carlos Chagas, no vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais.

Entrevistadora: Então já tem o RTID?

Não, é mais do que o RTID está com uma Portaria de reconhecimento do território publicada no Diário Oficial⁹, é um passo antes do Decreto, que agora com Bolsonaro a gente não consegue.

Entrevistadora: São quantas famílias Quilombolas no território?

No território atualmente tem 26 famílias.

Agora sempre tem um movimento. Tem alguém chegando. Porque tem um movimento de chegada aqui no território. Não é de ida não é mais de chegada.

Entrevistadora: Mas a Comunidade os reconhecem como Quilombolas?

Upa! Esses daqui. É porque o pessoal daqui quando foi mandado embora, daqueles anos que te falei ficou com o Marobá no coração né. Ai isso daqui nunca mais saiu de dentro das pessoas então tem a identidade preservada mesmo estando longe.

Ai em 2004, Seu Orlindo que é o patriarca, ele mandou uma carta pro Brasil inteiro, inclusive na televisão, chamando de volta pro território. Tipo uma Carta Circular.

Eu falei outro dia, como que foi seu Orlindo? – “Não, eu mandei escrever a carta e eu mesmo que botei no Correio”. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

É oportuno ver o que diz a Liderança do Quilombo do Carrasco, em Arapiraca-AL.

O processo daqui ainda está no INCRA, mas a gente já enfrentou alguns conflitos, como posso dizer, psicológico. Tipo assim: quer morrer, colocando a Comunidade contra onde deixa a gente preocupada, nervoso né e a gente vai ficando doente, eu adquiri alguns tipos de doenças que já é típica da nossa etnia como diabetes, depressão uma série coisa que a gente vive, a preocupação do território porque se não sendo titulado as pessoas permanecem como estão onde na pobreza não na vida miserável, né porque a pobreza ainda é uma coisa mas a gente a maioria dos

⁹ Trata-se da PORTARIA Nº 1.123, DE 5 DE JULHO DE 2018, na qual o INCRA declara que: Art. 1º. Reconhecer e declarar como terras da comunidade remanescente de quilombo MAROBÁ DOS TEIXEIRA a área de 3.075,1061ha (três mil e setenta e cinco hectares, dez ares e sessenta e um centiares), composta por 2 glebas não contíguas, denominadas Marobá e Feijoal, com áreas de 1.771,3089ha (hum mil setecentos e setenta e um hectares, trinta ares e oitenta e nove centiares) e 1.303,7972ha (hum mil trezentos e três hectares, setenta e nove ares e setenta e dois centiares), respectivamente, que abrangem terras localizadas no município de Almenara, no estado de Minas Gerais.

quilombos pelo menos aqui em Alagoas vive em uma situação de miserabilidade, e os conflitos sobre as terras é o pior deles.

Tudo do povo, aqui em Alagoas falou em terra a coisa é mais séria, então o problema da gente aqui com conflito de terra é realmente psicológico mesmo.

Entrevistadora: *Há ou houveram muitas invasões no território da Comunidade?*

Invasão do Quilombo não tem, mas têm pessoas que tem terreno no quilombo que não é do quilombo, essas pessoas é que fazem os conflitos, são as pessoas que articulam, que forma entidade que coloca alguns da Comunidade contra pessoas da própria Comunidade, os conflitos é esses.

Nesse Quilombo né, mas em outros Quilombos (...) porque eu represento as mulheres dos Quilombos de Alagoas, o conflito é bem diferente, até própria mulher do INCRA que é a Keila ela saiu de uma Comunidade escoltada pela Polícia Federal porque foi ameaçada com arma nela mesmo.

Aí a liderança de lá ela teve um problema muito sério ficou muito nervosa, o pai dela adoeceu foi parar no hospital, a Comunidade ficou muito temerosa. O conflito aqui é grande. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Vejamos o que informa a Liderança da Comunidade Santa Tereza do Matupiri, no Município de Barreirinha, baixo Amazonas.

Cabe registrar que a Comunidade faz parte do que se chamam de Comunidades Quilombolas do rio Andirá. Na região há dezenas de locais de conflito, entre posseiros e as Comunidades, desde a década de 1980, principalmente para a criação de gado. Há, ainda, informações de retirada de madeira e pesca ilegal, bem como extração ilegal de areia, seixo e argila e impedimento, por posseiros, para acesso dos Quilombolas a área de manejo, onde são encontrados produtos como a castanha.

Estou na luta da nossa certificação das nossas terras, que falta receber o título definitivo, que o INCRA fez todo o trabalho, cartografias da Amazônia. Só que, em 2017, nossa documentação foi entregue do Presidente da República, e até hoje, nós não temos resposta, o que vai acontecer, eu sei que vai (..) que o INCRA fez todo o procedimento. Foi entregue a notificação nas mãos das pessoas que vivem no nosso terreno, dos fazendeiros; mas só que a minha preocupação é assim: eu sempre fico conversando com os antropólogos que fizeram lá o trabalho por causa que, mesmo

que a notificação que o Incra entregou, os fazendeiros que dominam as nossas áreas continuam tirando madeira, terra, areia, pedra - abusando do que eles querem. Como eles disseram que (...) não recebem o que eles gastaram, eles não vão desistir. A gente fica aguardando até o momento que... Não sei como está agora, não sei até quando esse Presidente vai ficar no poder. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Perguntei as entrevistadas sobre quais seriam ou foram os momentos de maior tensão que a Comunidade enfrentou nos últimos anos.

De conflito teve um em 2010 e também destituição de posse de parte da fazendeira, ai despejo de família Quilombola, de patriarca aliás, ai isso daqui incentivou a luta maior ai com isso conseguiu situar melhor, ai conseguiu a organização maior interna da Comunidade com isso, ai depois em 2013, no final de 2013 da segunda semana de outubro de 2013 até a primeira semana de novembro de 2013 ai teve uma guerra aqui a guerra do gado que os fazendeiros colocaram o gado, prendiam o gado Quilombola, colocavam o gado deles dentro da roça nossa né, teve jagunço, tiroteio, 18 jagunços durante esses dias tudo né. Foi uma guerra, na época não tinha energia ainda, não tinha possibilidade de telefone nem nada de nada estavam tudo isolado. Ai depois conflito assim maior não teve. Com essa guerra que teve aí a gente conseguiu a publicação do RTID, foi assim cada conflito é um passo a mais na parte da regularização fundiária. Ai depois um conflito assim foi mais que uma pessoa, fazendeiro de fora queria comprar um terreno daqui né, tem mais conflitos menores, mas não quero dizer que seja... igualmente ruim pra regularização fundiária e pra vida do quilombo né eles destacam muitas invasão do pessoal de fora, incompreensão da administração pública e dos órgãos públicos a respeito da posse Quilombola, desrespeitando as vezes a posse da gente. Ai isso daqui é continuo, isso não termina isso é continuamente. Ai tem a parte que nois fez em 2016. Em 2016 a gente fez a retomada de uma parte do território, não sei se vocês estão sabendo... Durou um mês essa parte da retomada, isso também gerou muitos conflitos, perseguição, medo né essas coisas tudo. Mas ai passou e depois de um ano, exatamente depois de um ano, ai aconteceu aquele atentado conosco, ai depois esmoreceu a luta porque agora tem um monte de invasores dentro do território né

as pessoas... ai não tem aquele espírito de antes. Só não é dos grandalhão mas detrás desses pequenos tem alguém grande. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

*De tensão maior foi o do Gado, na época que eles veio com jagunço né.
E depois quando eles veio atacar a gente aqui. O do gado foi em 2013. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)*

Fala da Liderança do Quilombo Carrasco

São as políticas como um todo, estamos voltando à estaca zero, um retrocesso nos Quilombos muito grande, onde a violência doméstica, a violência psicológica, a violência sexual, o racismo, a discriminação é grande. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Fala da Liderança da Comunidade Santa Tereza do Matupiri

O momento maior foi que o INCRA foi para campo, aí eu também acompanhei eles, mas foi o período mais complicado para a gente. Depois de ter essa audiência pública, pronto, ficou mais ou menos com garantia. Mas até hoje, eles não se dão muito bem.

[..]

Não tenho medo de perder. Eu queria só (...) a minha dor maior é porque o município não nos ampara. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

É preciso afirmar que a posse da terra nesse país tem cor: e é branca. O direito a terra sempre foi negado para a população negra, isso foi posto com a Lei de Terras de 1850, que sujeitou o direito de posse à compra e ao registro cartorial, algo praticamente impossível a população negra, que através da formação dos Quilombos conseguiam o direito sobre o território por meio da posse. É preciso lembrar, ainda, que a concepção jurídica que se tinha sobre a pessoa escravizada, à época da Lei, eliminava qualquer possibilidade de adquirir terras no sentido formal, pois eram tidas não como seres humanos, mas como mercadoria no sentido jurídico e até mesmo como renda capitalizada (garantia de crédito nas transações bancárias). A

Lei de Terras abriu também margem para inúmeras fraudes cartoriais, que até hoje tem sido um dos grandes motivos para esbulhos, turbações e violações de direitos das Comunidades.

Perguntados se consideravam que o racismo agrava ou exerce influência nos conflitos existentes.

Eu acho que o racismo agrava muito né. Você me perguntou qual cor que eu tenho, como me considero, eu sou da raça branca, mas eu sou indígena de minha terra, sei muito bem o que é isso e também o fato de ser estrangeira também já é um tipo de discriminação. Por exemplo na feira o pessoal fala: - Ah você é daqueles urubu? Você é gente daqueles urubu? Você mora lá naqueles urubu? Agente sofre sente essa discriminação. Então os conflitos da terra sempre vêm com esses traços da discriminação dessa Comunidade em concreto, sempre vem esse viés. O viés do racismo vem sempre né. Inclusive nos conflitos, durante os conflitos em 2013, a fazendeiros passavam lá insultando né, claramente, falando: - macaco velho, nego fedorento... passavam de carro insultando as pessoas assim. Pesado. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS

Fala da Liderança da Comunidade Marobá dos Teixeira, sr. Jurandir

Ah sim, eles oia muito isso e fica sempre atacando por essa parte.

Aí é o seguinte: na hora que a gente tá nos canto aí vê eles comentando né – “Ah esses negro é tudo ladrão, está roubando a terra dos outros, então ninguém pode confiar neles”. Então se a gente leva qualquer coisa na feira pra vender se fala que é do Quilombo aí ninguém quer comprar, aí fica lá só empurrando com a barriga e...

Entrevistadora: *O senhor já foi agredido?*

Assim, pra me xingar direto não, mas a gente vê a gente está nos canto escuta eles falando. Aí aquilo machuca porque a gente somos pobre, mas não somos esse tipo de gente que eles falam né. Ainda mais que eu tive em Belo Horizonte um bom tempo eu tive outro tipo de vida pra poder saber, lutar com o pessoal mesmo sendo analfabeto, mais lutar com o pessoal, trabalhar em empresa então é uma coisa que a gente sente muito porque lá fora não tinha isso e aqui é o que a gente mais vê. Até com as mesma família algumas que tá do lado dos fazendeiros aí fica alando que : - eles tá roubando tá roubando... Mas porque tá do lado dos fazendeiros

dando apoiando os fazendeiros e estão aqui dentro, vivendo aqui dentro e a gente tem que aguentar né. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Fala da Liderança do Quilombo Carrasco

Esse é um dos piores fatores né, porque assim aqui em Alagoas negro e negra, né negra, só serve pra cama ou pra piniqueira que é que nem eles falam, a terra tem que ser para os fazendeiros e pessoas brancas para que o negro possa trabalhar pra eles. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Lélia Gonzales afirmava que, como mulheres negras, não compartilhamos somente histórias de opressão; é preciso conhecer as trilhas dos caminhos de luta percorridos nessas opressões. A fala de Genilda me traz um sentimento de que é essencial não perder essa perspectiva histórica de resistência de mulheres negras tão importantes para continuarmos reexistindo.

Muito. No meu município, existe uma discriminação muito forte, porque, para eles, negro não existe. Eles nunca deram um valor. As nossas Comunidades ficam ao redor de muitas Comunidades até menores do que a nossa, e lá, eles mandaram asfaltar, mandaram fazer colégio de qualidade; e o nosso quilombo está lá. Nós temos, desde 2014, com um UBS lá parado, nunca aprontou. Está lá jogado, entregue às baratas, porque é terra de negro. E quando eu estava lá, eu perseguia, eu discutia. Eu tive oportunidade até de pedir uma audiência pública para o Ministério Público Federal, aí foi que melhorou a nossa situação.

(MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ (2), a Terra de Direitos e organizações parceiras fizeram uma pesquisa com o objetivo principal de mapear o contexto de violência enfrentado pelos Quilombos no período compreendido entre 2008 e 2017. Os dados apresentados apontam para 18 assassinatos de Quilombolas em 2017. Comparado com o ano de 2016, em 2017 houve um aumento de 350% (trezentos e cinquenta por cento) de assassinatos de Quilombolas. Dados que chocam e que infelizmente ainda podem não representar o quantitativo real, devido as subnotificações e os silenciamento impostos. Cabe mencionar, ainda, que os Quilombolas veem sofrendo processos

múltiplos de violência como ameaças, torturas, prisões ilegais, despejos, cerceamento de acesso a bens e serviços, racismo religioso, racismo ambiental e institucional.

Com base nos dados mencionados se faz necessário saber quais os tipos de violações os entrevistados já sofreram por serem lideranças reconhecidas pelas Comunidades: violência física, violência verbal, violência psicológica, impedimento de entrar em órgãos públicos ou negação de acesso a serviços e direitos.

Além da violência física que a gente sofreu tem a violência verbal na rua, de órgãos né: - Ah pra vocês não vai ter nada, pra vocês não tem nada, tem mais a rejeição... a rejeição administrativa e dos órgãos das entidade, porque quando eu que me posiciono sempre naquilo que se pretende né, talvez por ser europeia também sou mais direta ai se falo si se falo não. Então é mais essa rejeição que você vê, a persistência ela gera muita rejeição. A persistência no objetivo, em abrir caminhos, em buscar outros caminhos gera muita rejeição. Também em um lugar como Almenara né o fato de ser liderança né, de poder, digamos assim de conduzir alguns processos né como a gente conseguiu até agora. Agora eu já estou me retirando de tudo isso né, porque tem tudo um limite né. Ai tudo isso que gera essa reação aqui em um lugar pequeno é mais intenso né. Sempre eu vejo... Digamos, a saúde psíquica e social, das relações que você tem é muito criminalizada, eu pessoalmente sou tremendamente criminalizada então isso é da saúde social né, não digo nem mental do que a gente sofre muito isolamento na parte mental né, mas na parte social é mais grave porque é mais a rejeição continua e ser apontada e condenada né, é muita coisa, mais nesse sentido. E fisicamente, desde o dia 24 de março de 2017 até hoje eu nunca mais passei um dia sem dor. Muita medicação tenho que ir no médico continuamente, é muita coisa.

Entrevistadora: Além de vocês outras lideranças, outros membros da Comunidade, já foram ameaçadas ou até assassinadas?

Ameaçadas outras pessoas? Enquanto liderança?

Enquanto Quilombola é, enquanto Quilombola que tem ameaças.

Entrevistadora: Mas nunca ninguém foi assassinado né?

Não graças a Deus! Atualmente agora não, porém nos anos de 1937 até 1953, na época do Sr. Orlindo, quando expulsaram, quando os fazendeiros entraram aqui no território teve mortes. Isso foi no ano 37 até o ano 53. De 37 a 53 quando eles

tomaram isso da Comunidade. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Fala da Liderança da Comunidade Marobá dos Teixeira, sr. Jurandir

Assim, impedido não. Todos que eu chegava não tive impedimento não. Assim, as vezes vem aqui em casa fazer alguma entrevista ou conversar sobre coisa de horta ou da roça, mas você vê que eles dá importância pra aqueles que tem mais dinheiro, que não é do Quilombo. Pra gente mesmo eles falam ali por falar mas nunca dá seguição no trabalho que eles promete. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Vejamos o que diz a Liderança do Quilombo Carrasco:

Violência Física não, mas psicológica sim e por ser mulher pior ainda.

Com palavras agressivas, com palavras desestruturantes que às vezes desanima a gente e muitas vezes eu...

Palavras que nos deixa às vezes sem vontade de continuar a luta.

Entrevistadora: *E você já foi impedida de entrar em algum órgão público ou teve algum acesso a serviço ou algum direito negado?*

Eu não, mas teve pessoas que sim porque eu acho que o povo não gosta muito não de bater de cara comigo.

É já teve sim, já teve caso de ser acusado de roubo segundo ela por causa da cor... É pesado. . (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Vejamos o que diz a Liderança a Comunidade Santa Tereza do Matupiri:

Eu sofri muita discriminação verbal. Em muitas reuniões, me humilhavam, me (Interrupção), mas eu sempre me defendi, nunca discuti com ninguém - só ouvindo. Eu digo: "eu quero dar minha resposta diferente", e eu dei a minha resposta para eles diferente.

Entrevistadora: *E além da senhora, quantas lideranças a senhora tem conhecimento que já foram ameaçadas no território, seja ameaças de morte, perseguição?*

Acho que quase todas as Comunidades, eles são ameaçados, eles amedrontam.

(MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Quando se fala em poder nos remetemos a questões relacionadas a ocupação de espaço, à fala e a construção política, questões essas, que estão ligadas a estrutura do capitalismo, do patriarcado e do racismo. Entretanto, quando falamos da liderança de mulheres Quilombolas percebemos que o termo empoderamento tem o cunho coletivo nos processos de luta e defesa dos territórios.

A estrutura patriarcal em que vivemos exclui as mulheres do protagonismo de vários processos econômicos e político-deliberativos, contudo, e a partir das falas das lideranças destacadas, acima, vemos que as mulheres, nos Quilombos, desempenham papéis essenciais na luta pela existência e resistências dos territórios, ocupando espaço que antes eram predominantemente ocupados por homens, tem exercido suas lideranças com total entrega e consciência da luta que desempenham. Cabe destacar, ainda, que essas mulheres tem sido vítimas de agressões físicas, verbais e psicológicas e sexuais. Entre 2008 e 2017 seis mulheres Quilombolas foram assassinadas ((2) p.9). Esses assassinatos encontram-se em um contexto de ameaças constantes e da interseccionalidade entre violência, gênero e raça que recai sobre os corpos das mulheres Quilombolas. Não é por demais mencionar que para as mulheres negras, desde a diáspora forçada, o corpo é um território em disputa.

A respeito das violações relatadas é necessário saber quais as providências tomadas como mecanismos para se protegerem das ameaças e da violência consumada. Vejamos o que dizem as Lideranças da Comunidade Marobá dos Teixeiras:

É a gente buscou o Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos¹⁰, que Jurandir estava incluído nele antes de acontecer né. Ai teve um apoio do programa no início e ai a gente conseguiu colocar umas câmeras aqui em casa também, que dão inibição né, mas também inibe outros né? Inibe não somente os que poderiam fazer mal, as vezes outras pessoas também não querem que exista câmera em casa. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

¹⁰ O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos foi instituído pelo Decreto nº 8.724, de 27 de abril de 2016, revogado pelo Decreto nº 9.937, de 24 de julho de 2019 que passou a dispor sobre o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas – PPDDH.

Não, foi só nos Direitos Humanos mesmo e as Câmeras que a Rosa falou que os Direitos Humanos forneceu pra gente. Mas isso aí, aí a gente encarou de verdade assim porque teve o pessoal da fronteira aí do Consulado que queria que a gente saísse do Brasil né, porque a gente teve aí em Belo Horizonte e eles pediram pra mim e a Rosa ir embora sumir que eles iam matar nós. Ai eu pensei mais a Rosa assim... Uai a gente sai corrido? Vai largando tudo pra trás? Oh Rosa Vamos enfrentar! Vamos! Aí por fim fomos embora não, fiquemos aqui mesmo. Se tiver que matar vai matar aqui mesmo. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Vejamos a fala da Liderança da Comunidade Santa Tereza do Matupiri:

Sim. No passado, já teve uma reunião com o pessoal da Defensoria Pública Federal de Brasília. Este ano, não me comuniquei mais com eles, mas também ela não me perseguiu mais. Mas é (Interrupção) cabreira. A universidade sabe que eu sou ameaçada. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Ainda sobre as providências adotadas para se proteger de ameaças e violações, vejamos o que diz a Liderança do Quilombo Carrasco:

Sim, não aqui no Quilombo como o processo tá só aberto ainda não veio fazer o IDR (RTID), sei lá.

Lá na minha Comunidade teve só as ameaças de falatório né: de morrer, se mexer morre, se não tem medo de morrer, “é mulher não pode tá fazendo isso é esses tipos de coisas”.

Só que eu dei o meu recado né!

Mas em outras Comunidades sim a companheira já teve que ter proteção da polícia federal. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Por ser uma liderança de grande importância no Estado minhas perguntas passam a ser mais abertas para que Genilda traga relatos de outros territórios. Logo, pergunto se já tiveram que solicitar proteção no programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos para alguma Liderança na região.

Sim, em alguns casos a gente foi pra justiça mesmo, no caso de racismo, por exemplo, no caso da companheira lá de batalha a gente teve que ir pra Justiça Federal pro MPF aqui, a gente teve que ela como um todo né porque lá o território dela não é como o meu aqui, o meu é praticamente famílias Quilombolas, tem poucas pessoas que não é mas não tem esse terreno todo, e lá o quilombo dela é completamente de fazendeiros.

O nosso território é entre famílias de quilombo.

A posse maior é das famílias são pequenos territoriazinhos de cada família, na Comunidade de Cajá é diferente, lá é dotado por fazendeiros, são divididos entre 36 famílias dentro. São pistoleiros!

Mas a gente enfrentou junto com a Keila lá do Incra o Elias e a gente entrou em um consenso, a gente não sabe se eles baixaram a guarda um pouquinho ou se ainda vão fazer algo com a liderança, mas ela tá sobre proteção.

É ela teve que mudar telefone, teve que mudar e-mail, teve que passar um tempo em outra cidade, ela está na casa dela, mas está com proteção da Polícia Federal, se ela tiver que sair ela tem que comunicar que tá saindo de dentro de casa pra outro local pra que seja protegida. É por que o processo do INCRA aqui ele demora demais. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Dentre as medidas do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), está a articulação de medidas protetivas para garantir que o defensor permaneça em seu local de atuação e exerça sua militância em segurança. Em casos excepcionais e emergenciais, quando é verificada a permanência de risco ou situação de ameaça é avaliada a retirada provisória do defensor do seu local de atuação. Sobre terem que abandonar suas residências ou seus territórios, destaco as falas que seguem:

É eu fiquei na casa de meu pai 6 meses, a gente tava muito machucado, muito quebrado mesmo de pau então, eu quis ficar na casa dele e aí depois peguei uma pessoa e coloquei aqui pra ir cuidando dos bichos pra mim. Depois eu voltei pra casa de novo.

Entrevistadora: *Além do senhor e da dona Rosa outras pessoas também já sofreram esses tipos de violência, ameaças?*

É tem pessoas que já sofreu esse tipo de ameaça verbal né, chamar de negro, macaco, negro enferrujado é então já sofreu isso. Verdadeiro, vindo da fazendeira falar. Isso foi em 2013 na época do Gado né. Mas a gente vai empurrando com a barriga e vai passando né. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Pergunto a Liderança do Quilombo Carrasco se ela ou alguma outra Liderança, que ela tenha conhecimento, já precisou abandonar a residência ou o território por sofrer algum tipo de ameaça. Ela informa que no Quilombo Carrasco não houve, mas sim em outras Comunidades Quilombolas.

Sim, a companheira lá do Quilombo Cajai Batalha ela passou um tempo fora de casa, com medo dos fazendeiros lá. É outra cidade.

Como eu represento de todo o Estado ai sempre sou convocada e também faço parte do Conselho de Igualdade Racial.

Aí sempre sou convocada em alguns conflitos de algumas coisas acho que por isso que o conflito não vem muito pra cá. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

A Liderança da Comunidade Santa Tereza do Matupiri, também relata que houve a necessidade desse deslocamento como garantia de proteção à vida.

Porque quando teve essas ameaças lá, o pessoal preferiu que eu viesse aqui para Manaus, para eu estudar, para sair de lá para ela ficar lá. Mas Manaus é na capital que a gente corre risco de morrer mesmo, porque a gente não conhece ninguém, e cada carro passa perto da gente, ninguém sabe. Mas eu só confio em Deus. A única coisa que faz me livrar é só Deus e mais ninguém. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Ainda sobre medidas protetivas, a fala de Dona Rosa, Liderança da Comunidade Marobá dos Teixeira, traz elementos importantíssimos sobre direito e acesso à saúde.

É a gente ficou uns quatro, cinco meses... Cinco, seis meses que nós ficou na casa do meu sogro né? Porque a gente não tinha condição física nem psíquica de estar em casa, aqui mesmo no território. Porque o Programa ofereceu ir pra Belo Horizonte, mas ai a gente acho que não devia. Que teria que ficar aqui, porque se

não, era o que queriam os que fizeram o fato. O que queriam era que a gente vai embora né? Como eles, incentivam outras pessoas para que isso aconteça ainda né? É uma perseguição. A gente ficou um ano né Jurandir? Mais ou menos um ano. Mas diretamente um ano, eles ofereceram também um... Que a gente ficou sem poder plantar aquele ano né? Era tempo de plante e tudo... Ai ficou. Eles ofereceram também algum recurso pra ir no médico né, porque a gente só fica de médico em médico, e ofereceram dessa parte a gente foi umas duas vezes ou três em Belo Horizonte, ofereceram também acompanhamento psicológico mas ai não deu certo aqui né? Porque talvez aqui é um lugar muito pequeno pra ter uma coisa dessa. Quero dizer que o pessoal, talvez, teria tido outra preparação né? Ai não continuou essa parte. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Certa vez ouvi dizer que “racismo é uma doença de branco, mas que só vitima pessoas negras”, ao ouvir Dona Rosa dizer que “ofereceram também acompanhamento psicológico, mas ai não deu certo aqui né? Porque talvez aqui é um lugar muito pequeno pra ter uma coisa dessa. Quero dizer que o pessoal talvez teria tido outra preparação né”, me fez refletir sobre como o racismo é tão cruel ao ponto de fazer com que suas vítimas acreditem que não são merecedoras de cuidados ou direitos. Muitas pessoas se “adaptam” a viver com eventos sistematicamente estressantes, porém essa falsa sensação de adaptabilidade, a longo prazo, é percebida nas alterações fisiológicas e psicológicas. Se tratando do acesso à saúde, a fala de Dona Rosa tem grande significação, pois a invisibilidade da opressão racial não é apenas uma ausência de conhecimento dos gestores de saúde, dos profissionais e da sociedade, sobre como a realidade funciona, é manutenção de privilégios.

É importante compreendermos como essa situação de constante exposição à violência e violações de direitos afetam as atividades diárias das lideranças Quilombolas, assim como é importante saber a percepção que tem sobre impactos na saúde.

Acaba, totalmente né porque eu fiquei surda do ouvido esquerdo, praticamente surda, não aguento mais ficar em espaço que tenha muita gente, eu tentei um encontro depois no outro aí eu não distingo os barulhos uns do outro ai fico incomodada não me sinto mais à vontade.

Isso aqui é daquele veneno né? que não sei o que me injetaram que descontrolou meu corpo tudo. Ai eu ... isso daqui nós foi em Vitória de Conquista que é mais perto que Belo Horizonte, mas aí ... eu... teve um aparelho né, mas como eu fico mais aqui na roça eu nem me adaptei direito.

Eu já tinha pressão alta isso aqui não alterou não. O que alterou é que o meu organismo ficou descontrolado, eu fiquei tomando remédio de doença terminal durante quase 1 ano, aí desenvolvi uma doença auto imune né? E eu estou com um reumatismo no sangue que me deixa só com dores. Eu estou com dores continuamente. Mesmo com remédios eu estou com dores. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Se referindo à tortura que sofreram em 2017, Dona Rosa relata:

A gente não é mais o mesmo né, nem fisicamente nem psiquicamente, a gente fica mais alterada, mais irada né? Tudo nos incomoda mais essas partes aí. É o que mais incomoda mim mesma.

O tratamento nós dois está com tratamento até hoje, mas nós teve de buscar um médico particular.

Porque aqui o médico da roça era o seguinte: A gente ia lá em Almenara dia de sexta-feira que atendia né. Ai a gente ia em Almenara, uma vez atendido por um médico, outra vez por outro, outra vez por outro... E não tinha tratamento só tinha tipo diagnostico, não tinha tratamento. Ai, nós decidiu buscou ajuda externa pra fazer o tratamento, porque se não como que faz né?

Porque se não, eu tenho certeza que não estaria viva. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Vejamos o que diz Sr. Jurandir, Liderança da Comunidade Marobá dos Teixeira, sobre os impactos na saúde e no seu dia a dia.

Aí é complicado né, porque a gente as vezes você não pode. Assim. que nem no meu caso eu tô na roça, aí fico assim: se um cachorro late eu já tô olhando quem é que vem ali se tem alguém em roda, então a gente não trabalha sossegado. Se for alguém que a gente conhece aí fica mais tranquilo.

Entrevistadora: O senhor já teve pesadelos?

Isso aí eu não tive pesadelo de acordar no meio da noite não. Eu fico muito tempo acordado, as vezes a Rosa vai dormir eu fico acordado né. Às vezes eu cochilo antes, um pouquinho, que ela tá aqui, aí eu cochilo um pouco antes. Aí se ela vai dormir eu fico, quando eu vou dormir aí eu fico sem sono. Aí eu até 2 horas acordado aí eu vejo que está tudo quieto aí eu acabo dormindo. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Segue a fala da Liderança do Quilombo Carrasco:

Psicológica ... outras desistiram do processo. Tem outras Comunidades que se tornaram indígenas, dizem que são indígenas agora não são mais Quilombolas. É verdade! E tem muitos deles que ainda falam assim se nós continuarmos dizermos que é Quilombola ou que é negro a gente vai voltar a ser escravo.

Mas a gente, a gente não, vou falar por mim, eu entendo o porquê. Aos meus 15, 16 anos eu parei de estudar, eu parei de estudar por sofrer racismo, e por acreditar que ... Na época em que estudava e parei de estudar é porque, a gente parou de estudar porque os brancos dizem que a gente ia estudar pra que? Se só vai servir para a cozinha do povo. Pra ser piniqueira, aqui em Alagoas a discriminação é grande.

Não tá disfarçado não, tá claramente. Eu se eu for contar o relato do que acontece aqui em Alagoas dá pra fazer um livro. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

As últimas décadas, vimos um aumento no acesso e permanência da população negra no ensino superior, fruto das reivindicações do movimento negro em favor de melhores condições e acesso à educação e ao mercado de trabalho. Entretanto essas mudanças estruturais impactam na hierarquização de privilégios onde o comportamento das pessoas no espaço público começa a ser visto como uma medida do valor delas, por isso ações reparativas, como as ações afirmativas, são tão atacadas e reprovadas.

Uma das ferramentas do racismo é causar danos psicológicos em suas vítimas que, por conseguinte, acabam se sentindo moralmente degradadas ao ponto de esses efeitos acarretarem em danos materiais. Moreira (10) aponta que “a reprodução de estereótipos negativos em relação a grupos minoritários também cria um sentimento de solidariedade entre aqueles que detém poder político e cultural”, atenta-nos, ainda, para a conscientização de que “o racismo está baseado na premissa de que as raças humanas não possuem o mesmo valor, pressuposto

que legitima diversas práticas discriminatórias que procuram garantir vantagens materiais e culturais aos membros do grupo racial dominante”. Dito isso, é notório o número de pessoas negras com baixa ou sem escolarização, regra que não foge da realidade das Comunidades Quilombolas, onde além do racismo que impede o ingresso à educação ainda se tem os conflitos nos territórios que anulam essa possibilidade. Entretanto, as Lideranças Quilombolas, ainda que não tenham domínio da fala acadêmica e de conceitos jurídicos, fazem essa tarefa com total consciência da importância da luta na qual desempenham.

Eu voltei a estudar depois de casada, depois ter filhos é que eu fui concluir, foi quando eu já comecei a entender um pouco e valorizar e saber que esse País hoje é o que é porque os meus antepassados lutaram pra isso, levando chicote.

Então eu sou herança dessa gente, não sou herdeira de piniqueira não. O nosso povo vieram pro Brasil foi enganado foi falsa ilusão, não foi pessoas que vieram analfabetas não, sem saber o que tavam fazendo não, foram enganados, mas eles sabiam, tanto que construíram o império que é hoje.

Então segundo os nossos avós, pais falam que a gente veio somos descendentes de angola e foram um povo que não era analfabeto.

E chegaram no Brasil para ser escravizado, ninguém é filho de escravo, por isso que eu digo pessoas escravizadas, portanto eu tenho orgulho da pele e orgulho do que eu sou.

Isso é pra lutar pelo aquilo que é meu de direito eu vou lutar, por que morrer lutando é honrar o meu bisavô, os meus bisavôs e os meus antepassados.

O que precisa hoje é os negros fazerem o que fizeram no passado, se unirem para se libertar, porque a gente não é escravo de senzala hoje, mas da arrogância e da falta de respeito dessas pessoas que acham que são melhores que a gente.

Eu não sou melhor e nem pior do que ninguém sou ser humano igual a qualquer um a única diferença é a cor da minha pele. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Sobre os impactos da violência na saúde e no dia a dia a Liderança do Quilombo Carrasco aponta que:

Hoje é menos, não é tanto, mas deixei a escola, quando você está no meio do povo sabe o que é você ter pânico, pessoas falando que você é inferior a ela, esse tipo de violência.

Esses tipos de violência que a gente entra em pânico quando tá no meio de pessoas, achando e ouvindo coisas que a mente da gente também produz pelo que sofre que é “Você não merece tá aqui nesse meio!”, “Você não deve fazer isso!”.

Tô falando assim que a violência que a gente sofre, sentia e sente não muito como antes é esse medo de tá no meio das pessoas por que se sente excluído, fala que a gente não tem direito de tá ali, que aquele lugar não é pra negro, que negro tem que ficar na cozinha, negro só é pra ir pro cabo da enxada, violência psicológica eu digo que é a síndrome do pânico né, que a gente se sente mal quando esta no meio das pessoas, porque está sentindo no olhar daquela pessoa lhe recriminando, lhe botando como inferior, todas essas violências que fazem muitos meninos não ir pra escola, não permanecer na sala de aula, chegar em casa chorando.

Eu tive que enfrentar um Vice-Diretor aqui da Comunidade, ele chamou um menino de macaco, esse tipo de violência que nos deixa pra baixo quando a gente não tem o conhecimento de quem a gente é, e do que a gente pode ser só basta a gente querer.

Não! Aquela pessoa não pode nos deixar pra baixo, ela não é melhor do que a gente. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

PROBLEMAS DE SAÚDE DECLARADOS

Pensar em saúde e adoecimento, necessariamente é preciso relacionar uma série de fatores socioeconômicos e culturais que afetam a integridade física e psicológica, individual e coletiva das pessoas.

No tocante a saúde da população negra, os séculos de escravização impactaram negativamente na garantia de acesso a direitos e oportunidades, inclusive de saúde. Fatores como moradia, renda, saneamento, educação, exposição à violência, entre outros, refletem no quadro epidemiológico dessa população, evidenciando iniquidades e vulnerabilidades no acesso às condições promotoras de saúde. Algumas doenças genéticas ou hereditárias

são mais comuns na população negra como, por exemplo: Anemia Falciforme, Diabetes mellitus (tipo II), Deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase e Hipertensão Arterial. Embora prevalentes na população, não podem ser analisadas desagregadamente de outros contextos em que essa população está inserida (25).

A compreensão destes determinantes sociais em saúde é fundamental para instrumentalizar a elaboração de políticas e programas voltados para o combate às desigualdades, principalmente na saúde, em que se busca construir um SUS equitativo e integral.

Nessa categoria de análise foram feitas perguntas sobre doenças diagnosticadas para se compreender como os conflitos fundiários podem influenciar na saúde das lideranças Quilombolas e nos demais membros das Comunidades. Foram elencadas as seguintes doenças:

- 1) Hipertensão arterial sistêmica;
- 2) Ansiedade;
- 3) Depressão;
- 4) Problemas gastrintestinais;
- 5) Derrame/ataque cardíaco;
- 6) Outro problema psiquiátrico.

1) Hipertensão arterial - Doença, que atinge 10% a 20% dos adultos, é a causa direta ou indireta de 12% a 14% de todos os óbitos no Brasil. Em geral, a hipertensão é mais alta entre os homens e tende ser mais complicada em negros, de ambos os sexos.

Hipertensão arterial sistêmica. Eu já tinha pressão alta isso aqui não alterou não. O que alterou é que o meu organismo ficou descontrolado, eu fiquei tomando remédio de doença terminal durante quase 1 ano, ai desenvolvi uma doença alto imune né? E eu estou com um reumatismo no sangue que me deixa só com dores. Eu estou com dores continuamente. Mesmo com remédios eu estou com dores.
(MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Tenho há uns 8 anos. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

80%. Tenho, eu e a minha Comunidade quase toda. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Segundo Tavares (22), a percepção de estar continuamente em risco produz um estado de alerta permanente que pode gerar adoecimento físico crônico. Quadros de depressão e ansiedade estão relacionados ao risco constante de ser assassinado, sofrer agressões físicas e verbais diárias, a solidão, a desesperança, assim como ataques a identidade racial. Analisando a realidade dos Quilombos, e suas Lideranças, além de todos esses riscos ainda estão sujeitos a outros tipos de violações que estão diretamente ligadas a luta pela terra como: assassinatos, contaminação por agrotóxicos/ e ou poluição de águas, criminalização por processos cíveis, criminais ou administrativos, destruição de casas e plantações, perda ou possibilidade de perda do território, violência de gênero entre muitas outras.

Com nos apontamentos, acima, foi perguntado para as Lideranças se tivera diagnosticado casos de ansiedade.

As vezes a gente tem ansiedade ai mas... (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Aham, isso aí sempre né. As vezes a gente está assim quando pensa que não bate aquela tristeza aquela angústia assim. A gente fica lembrando aquelas coisas e vai indo pede a Deus e tenta esquecer de novo. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Sobre depressão:

Diagnosticado não né (risos) mas a gente sente né? Porque quando tem muito isolamento até dos companheiros da luta de tudo a gente sente. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Sim, tomo remédio. Isso tem uns 3 anos pra cá e a gente tá tomando pra ver se acalma mais. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Aquele remédio tarja preta aqui muita gente usa. Huhumm, Rivotril.

Isso, tem muitas pessoas usando para controlar a depressão sem contar aquelas...

Tem muitos diabéticos (interrupção) se você falar, eu vou logo dizendo. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Sobre problemas gastrintestinais:

Maioria, no omeprazol. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Sobre Derrame/Ataque Cardíaco?

Isso aí não, a única coisa que eu tive agora de um ano e pouco mais ou menos é a trombose. Aí que atacou bastante agora e eu tomo remédio muito caro então esse remédio tem que tomar diariamente todo dia e agora vem outra coisa que está acontecendo é com a dor no braço que eu não tô conseguindo trabalhar, até pra dormir tá ruim, se eu vou pegar um animal não guento jogar de ponta cabeça o animal pra poder pegar. O braço direito a mão não ajuda. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Várias pessoas já sofreram e morreram por isso. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Sobre problemas psiquiátricos:

Mais o que diagnosticaram foi essa perda de audição e essa parte que eu estou com reumatismo no sangue e nas articulações né.

[...]

A gente não é mais o mesmo né, nem fisicamente nem psiquicamente, a gente fica mais alterada, mais irada né? Tudo nos incomoda mais essas partes aí. É o que mais incomoda mim mesma. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Sobre isso, não, por causa que acontecia tudo isso, mas eu nunca botei para eu ficar com medo, botar na cabeça, não. Eu nunca fiquei com problemas de mental, não. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Anemia falciforme, graças a Deus, nem o quilombo aqui, a gente teve esse perfil de pessoas que têm essa doença. Já teve pessoas no estado, mas não de dentro de quilombo.

Tem glaucoma muita gente que sofre que é uma doença que vem, segundo os estudos que eu tenho conhecimento. Mais essa. Problema de... É eclampse pós e antes do parto. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

ASSISTÊNCIA E ACESSO À SAÚDE

Antes de 1988, o sistema público de saúde era restrito a quem contribuía para a Previdência Social, aqueles que não tinham dinheiro dependiam da caridade e da filantropia. Segundo Paim (32), A Constituição Federal de 1988 incorporou uma concepção de seguridade social como expressão dos direitos sociais inerentes à cidadania, integrando saúde, previdência e assistência.

A Constituição Federal conseguiu assimilar proposições formuladas pelo movimento da Reforma Sanitária Brasileira reconhecendo o direito à saúde e o dever do Estado, mediante a garantia de um conjunto de políticas econômicas e sociais, incluindo a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dentre os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, constantes da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 encontra-se a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; e a igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

A esse respeito, se tratando da assistência e acesso à saúde da população negra, temos um fator importante a destacar: o racismo como determinante social em saúde.

Cabe destacar que a população negra representa a maior parcela da população brasileira com presença majoritária entre usuários do Sistema Único de Saúde, contudo apresentam os piores indicadores sociais e de saúde, verificáveis a partir da desagregação de dados segundo raça/cor (17).

A partir de 1995, com a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares, a vinculação entre racismo e vulnerabilidades em saúde chegou à agenda da gestão pública, desde então foram necessárias várias as atuações de sujeitos negros organizados para que houvesse o reconhecimento pelo Ministério da Saúde, em 2009, de que o racismo vivenciado pela população negra incide negativamente nesses indicadores, comprometendo o acesso dessa população aos serviços públicos de saúde. Assim, em consonância com o ParticipaSUS, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra .

A partir da síntese desse marco na saúde da população negra e objetivando ter um panorama sobre como está o acesso e a assistência à saúde para população Quilombola, apresento algumas falas das entrevistas realizadas.

Após o atentado sofrido em 2017, as lideranças da Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras relataram ter ficado com algumas sequelas. Assim, pergunto aos participantes se receberam tratamento de saúde quando precisaram, vejamos as respostas:

O tratamento nós dois está com tratamento até hoje, mas nós teve de buscar um médico particular.

Porque aqui o médico da roça era o seguinte: A gente ia lá em Almenara dia de sexta-feira que atendia né. Ai a gente ia em Almenara, uma vez atendido por um médico, outra vez por outro, outra vez por outro... e não tinha tratamento só tinha tipo diagnostico, não tinha tratamento. Ai nós decidi buscou ajuda externa pra fazer o tratamento, porque senão como que faz né?

Porque senão eu tenho certeza que não estaria viva.

Entrevistadora: *A senhora faz uso, hoje, de algum medicamento de uso contínuo? Eu faço uso sim de medicamento todo dia.*

Além do remédio de pressão né, eu tenho remédio de reumatismo.

O da pressão pega pela rede pública, o de reumatismo todo mês muda ai tem que comprar porque tem que fazer o exame ai em cima do exame que faz o remédio.
(MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Vejamos, ainda, a fala da Liderança do Quilombo Carrasco sobre acesso a tratamento para as doenças diagnosticadas e prevalentes na Comunidade como hipertensão, ansiedade, depressão.

Tem um acompanhamento com a unidade de saúde aqui, tem um grupo de hipertensos, tem um grupo de diabéticos, tem um grupo de doenças mentais. A gente trabalha aqui com vários tipos de grupo.

Entrevistadora: *Tem psicólogo?*

É encaminhado para tudo isso.

Sim. O médico atende, e quando não tem na unidade, ele manda para uma unidade especializada nesse caso. No município, tem um local que tem essas doenças mais... um centro...

Já sai direitinho para a consulta com o médico na área. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Sobre presença e atendimento por Agentes Comunitários de Saúde na Comunidade:

Não, não umas duas, três vezes no ano que vem médico aqui. Mas não tem um acompanhamento, também não serve muito de nada né?

Às vezes, pra pessoa que por exemplo um idoso que está precisando sempre do mesmo remédio assim e tudo mais, uma coisa mais estável tudo bem. Mas o meu caso por exemplo, eu não posso prescindir de médico, todo mês tenho de ir no médico. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Olha, sobre isso, nós temos as ECSs em todas as Comunidades Quilombolas. O que nós não temos é a UBS - nós não temos nas Comunidades - e também a doença que mais afeta as nossas comunidades é no período da enchente. Dá vômitos, diarreias, febre. São essas as doenças que afetam muitas Comunidades Quilombolas; mas muitas vezes, eu já (Interrupção) assim, por causa de quando não tinha tratamento da água. Hoje em dia, já tem (Interrupção), elas já dão muita orientação e cuidam bem, trabalham direitinho. Então, (Interrupção) muito aquela preocupação de crianças passarem por isso.

A coisa que mais ataca, que mais (Interrupção) dentro das Comunidades Quilombolas, são esse tipo de doença vômito. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Tem agente de saúde da própria Comunidade. Eles não fazem a visita como devem. Quando a gente pega uns conflitos aqui, que eles não vão muito com a minha cara, porque eu sou de ver o errado e reclamar mesmo, gosto de quem gosta de mim, mas se não gostar, o resto não me interessa. Tem. Aqui na Comunidade, tem sim. Tem a Unidade de saúde aqui na Comunidade. Tem, (PSF). Foi uma luta que a gente conseguiu. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Sobre Unidade Básica de Saúde, em funcionamento, próxima das Comunidades:

Sim, 30 km (risos). (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Nós temos, desde 2014, com um UBS lá parado, nunca aprontou. Está lá jogado, entregue às baratas, porque é terra de negro. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Sobre doenças com maior prevalência nas Comunidades.

Problema de trabalhar muito, problema de dor nas costas, porque esse pessoal aqui fisicamente, eu não, mas esse pessoal aqui fisicamente ele é muito forte. Muito resistente fisicamente, tem muita força física ai trabalha muito e tem muito desgaste em relação a isso né. Dores articulares de desgaste, dor de costa. O que mais tem aqui é isso. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Também a doença que mais afeta as nossas Comunidades é no período da enchente. Dá vômitos, diarreias, febre. São essas as doenças que afetam muitas Comunidades Quilombolas; mas muitas vezes, eu já (Interrupção) assim, por causa de quando não tinha tratamento da água. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Sobre acesso à saúde e titulação dos territórios:

Não eu acho que mais da discriminação. Eu acho se tivesse umas Políticas, ahm... A gestão atual da Prefeitura de Almenara ela muito atuante, primeira vez, mas esse pouquinho não é suficiente ne? Falta toda uma história passada. Então aqui você

tem que pensar que em dois mil e... até 2015 não tinha energia, nunca tinha passado uma patrula de estrada interna, não tinha escola, não tinha nada de cultura, não tinha nada. Você se perguntar, não tinha médico que visse, não tinha missas aqui, não tinha celebrações, não tinha nenhum serviço de política pública nem de serviço religioso, nem cultural nem nada, entendeu? Era totalmente isolada propositalmente, porque Comunidades mais longe daqui tinham tudo.

Há 2 km da Comunidade no final tinha tudo. E aqui não tinha absolutamente nada. Não tem ainda água nas casas né. Porque é uma luta muito grande e ainda não terminou de chegar, aí essas coisas básicas. A gente foi lutando esses anos por isso né. A nossa liderança era mais era para adquirir o básico e lutar pelo Território, eram essas duas frentes. Aí conseguiu a luz, conseguiu que as pessoas fizessem as casas de alvenaria mais conforto mais saúde mais né. A escola abriu esse ano. Abriu e no conflito porque os Sem Terra não levam lá os meninos, Comunidade e outra Quilombola do lado não leva os meninos lá. No conflito sempre. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Com certeza! (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Sobre acesso à medicamentos pelo SUS, vejamos o que informa Sr. Jurandir, da Comunidade Marobá dos Teixeira, o qual havia relatado ter dentre outros problemas de saúde diagnosticado, ainda sofre com uma trombose, vejamos como é o acesso a medicamentos pelo SUS:

Não, tem que desembolsar tudo mesmo. São 50 comprimidos, 60 comprimidos R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais). O da pressão alta eu pego no postinho, aí tem horas que eu fico sem tempo de esperar no postinho, porque a gente vai lá e tem dia que não tem, aí eu vou na farmácia compro duas, três caixinhas logo de uma vez. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Vejamos a fala da Liderança do Quilombo Carrasco:

Glibenclamida, Metformina, Insulina - um monte de remédio aqui que eu não quero nem falar.

É. Todos os medicamentos - tanto para essa diabetes, para verificar como está a diabetes, aquela fitinha - tudo é gratuito. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Sobre assistência para os tratamentos de saúde pelo SUS:

Foi pelo SUS, depois o SUS aqui demora tanto aí a gente vai no médico particular faz a consulta e ele receita o remédio. Aí o remédio de 6 em 6 meses eu tenho que ir lá pra ver a consulta de novo pra mode ele ver se é aquele mesmo. Mas sempre o médico falou que não vai troca de remédio não, quem tem que ser aquele mesmo direto.

Entrevistadora: *O tratamento pela rede privada é no município ou tem que se deslocar para muito longe?*

Não, é aqui em Almenara mesmo. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Vejamos o que diz a Liderança do Quilombo Carrasco sobre a assistência e dificuldades encontradas para tratamento pelo SUS:

Sim. A dificuldade de exames mais complexados, mais um pouco de dificuldade só nisso. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

De acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (33), atenção básica caracteriza-se por:

Um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades.

Pensar a saúde como direito coletivo implica ampliar o ponto de vista da assistência à saúde, inclusive no que se refere aos aspectos étnico-raciais. Das falas apresentadas sobre o acesso e a assistência à saúde nas Comunidades Quilombolas refletem uma ambivalência: alguns se sentem bem atendidos enquanto outros relatam nitidamente a ausência desse direito.

Ainda, das falas apresentadas, percebe-se a universalidade no acesso à saúde tropeça na iniquidade, o que compromete a integralidade do serviço na atenção, principalmente no que se refere a atenção à saúde mental.

O conceito de saúde passou por vários entendimentos até chegar na concepção de um bem-estar pleno. Assim a saúde física e mental deve passar por processos de inclusão e acesso como forma de garantia de direitos.

Todos, sem exceção, têm direito de acesso aos procedimentos sanitários, dos mais simples aos mais complexos, entretanto, esse direito só será possível quando as políticas de saúde forem repensadas em suas relações institucionais e concretizadas em serviços que tratam os sujeitos em sua integralidade e especificidades.

PRÁTICAS TRADICIONAIS DE SAÚDE

Tem algumas coisas assim, de... remédios caseiros né. Umas plantas, de óleos de essas coisas. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Não, esse tipo de benzimento não aprendi não. Remédio de planta a gente faz sim. Por sinal a gente sempre vai e pega, eu vou em Belo Horizonte tem um pau aí que a gente tira as casacas põe na, pra fazer as garrafadas. A gente sempre tá tomando. (JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Uhum, até a unidade de saúde da gente, já tem, reivindicamos que ele faça uma horta medicinal. Na escola daqui também, a gente conseguiu... conhecimento da população.

A gente tem também aqui uma escola em tempo integral, as crianças vão de manhã e só voltam à tarde. No território. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Nas Comunidades, todas as Comunidades têm benzedeiros, têm as pessoas que fazem o remédio de planta, medicinais. É muito de valor o remédio caseiro dentro das Comunidades Quilombolas. Então remédio caseiro de farmácia.

Benzedeira também. As parteiras já não fazem mais partos porque, hoje em dia, elas mandam para a cidade. Mas elas orientam tudinho bem para poder ir para a cidade.

Tem parteira, muita. Eu também.

Intermediadora do Quilombo Kalunga: *Eu nasci com parteira, mãe Joana – chamava de mãe. A parteira, a gente sempre chama de mãe.*

Verdade. Eu também. O nome da minha mãe, que fez o parto da minha mãe, o nome dela era Teresa. Eu chamava de mãe para ela – mãe Teresinha. E além de tudo, era uma mão abençoada por Deus, que ela fazia remédio, fazia o parto. Nunca aconteceu nada de mau com elas, que alguém morresse de parto com criança. Não, nunca – elas cuidavam muito bem. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

OUTRAS CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

Esse espaço se faz necessário para trazer as falas e reflexões das Lideranças entrevistadas que não encaixam nas categorias de análise definidas, mas pela sua relevância não podem ser silenciadas. Foi seguido um roteiro prévio para o direcionamento do que chamo de “conversas” com as Lideranças, entretanto no desenrolar, alguns pontos como: Função da Associação, Educação Escolar Quilombola, Cultura e preservação do Meio Ambiente, e Conjuntura Política, se fizeram presentes e essenciais de serem ditos.

Assim, ao final de cada conversa perguntei o que elas e ele achavam que era relevante ser dito, ou se havia algum ponto que eu não tinha perguntado, mas que se fazia necessário a ser pontuado.

Outras falas foram mencionadas ao longo das conversas entre uma pergunta e outra, do roteiro previamente seguido, mas que por decisões metodológicas se encaixam perfeitamente dentro da análise que este espaço propõe.

AQUILOMBAR-SE

Como já discutido, anteriormente, as Comunidades Quilombolas pautam suas lutas a partir do direito fundamental a seus territórios. A organização de demandas através de

suas Associações, são essenciais para que conquistem por exemplo políticas públicas. As Associações são organizadas de modo apartidário e autônomas, com ênfase para o fato que se configuram como instâncias das Comunidades, voltadas especificamente aos objetivos delineados nas localidades nas quais provém.

Para Sr. Jurandir, da Comunidade e Marobá dos Teixeiras uma das pautas que considerou importante a ser mencionada foi sobre a importância da preservação do legado que foi construído pelos Presidentes que passaram pela Associação Quilombola Marobá dos Teixeira e a defesa dos direitos da coletividade.

Eu acho que talvez, que tem coisa que a gente fez pra levantar a Comunidade, por em pé que nem a gente tá hoje aí tem gente que é contra que fica querendo derrubar. Então, o que a gente lutou pra poder conseguir fazer a Comunidade estar de pé até hoje então aí muda de diretoria e tal, aí cê vê gente chegando dando palpite derrubando tudo que a gente fez, aí a Comunidade parou sabe? Não tá adiantando, seguindo pra frente o que era pra ir, então tá parado. Tem um ano e meio tá parada, então isso é que mais machuca a gente. Cê vê que cê lutou, trabalhou pra deixar e hoje cê vê parado. Mais isso aí a gente vamos empurrando com a barriga até um dia que Deus ajuda que a gente consegue vê ela de pé de novo.

[...]

Isso, isso, porque a gente queria fazer, quis fazer o coletivo né. E hoje o pessoal acha que mais o individual, então aí tem aquelas pessoas de fora que não vem aqui, não trabaia, não mora aqui dentro e fica dando palpite e aí as pessoa acham que está certo aquilo, mais não é assim. Agente não quer, vamos supor eu não quero só pra mim eu quero, queria que Deus ajudasse de acontecer de bom eu queria pra todo mundo.

(JURANDIR, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Luta e resistência contra a dominação são partes integrantes da herança africana na história dos Quilombos. Aquilombar é essencial para enfrentar as forças externas que tentam enfraquecer, silenciar e apagar a presença e agência Quilombola. Organiza-se social e politicamente a partir de uma Associação é tornar viva a história construída pela República de Palmares, que segundo Abdias do Nascimento (34) foram eficientemente organizados tanto social quanto politicamente, em sua maneira africana tradicional, pondo em questão a estrutura

colonial inteira, inclusive o “sistema de posse de terra dos patriarcas portugueses, ou seja, o latifúndio”.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino que se constrói como uma unidade entre a educação formal e as práticas tradicionais vivenciadas nas Comunidades Quilombolas, configura-se como uma importante estratégia de luta para a promoção de uma educação antirracista e reafirmação da identidade Quilombola dos/das estudantes das Comunidades.

Para Dona Maria Rosa, da Comunidade Marobá dos Teixeiras, uma questão muito importante é sobre a importância da educação. Com muita luta conseguiram a construção de uma escola na Comunidade, o que é muito significativo, tendo em vista que um grande número de Comunidades não conseguiu, até hoje, escolas situadas em seus territórios.

Cabe mencionar que em território que não há escola inúmeras crianças, jovens e adultos precisam se deslocar para fora de suas Comunidades para terem acesso à educação. Na maioria das regiões as unidades educacionais estão longe das Comunidades, e com isso os estudantes enfrentam dificuldades de acesso, ausência de meios de transporte suficientes e adequados, assim como se deparam com um currículo muitas vezes longe da realidade histórica e cultural destes alunos e alunas.

Cabe mencionar, ainda, que em 20 de novembro de 2012 foi homologada a Resolução CNE 08/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, visando garantir uma pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada Comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, entre outras.

A escola tem uns cinco né Jurandir? Oito alunos!

A escola está bem no centro do Território, está na sede. E aqui no caso por aqui na circu... no entorno, dava pra ter uns 20 e tanto alunos.

Poderia conseguir aumentar até duas salas. Pelo número de alunos que tem aqui no entorno. Mas aí os pais não levam né. É uma parte de não querer que os Quilombos sejam... O que mais fala aí é que isso não é nosso que, é isso sempre nesse viés da discriminação.

[...]

O Professor por enquanto é da Rede Pública Municipal.

É só até a quarta série, Com a 5ª incluída, quarto ano, 5 série.

Entrevistadora: *Há uma atenção voltada para a alimentação escolar Quilombola?*

Não, não tem nada de coisa de alimentação escolar não. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Entrevistadora: *Há muitas crianças e adolescente em idade escolar na Comunidade?*

Não, tem poucos, tem mais é velhos, na nossa Comunidade mesmo tem mais é idoso né, mais adulto, mas as Comunidades do entorno, entorno do Território né, tem bastante crianças. (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Então, o racismo dentro das Comunidades, foi o que eu falei para vocês: no meu município, nós, negros, não temos respostas de nada. Só para explicar para vocês: desde 2013 que eu venho lutando sobre o direito dos professores Quilombolas. Todo ano, eles mudam de professores – eles tiram professores Quilombolas e põem os brancos. Tiram os Quilombolas da coisa, deixam os Quilombolas sem trabalho, e botam quem eles quiserem

(...) por que tem do índio e por que não tem do negro? O índio só dá aula dentro das áreas indígenas, das aldeias, só quem é índio; branco não entra. O que tem na área indígena, de branco, é a saúde; mas na escola, não, são eles mesmos. E por que o negro não pode ter esse direito também de ter os seus próprios professores negros? Porque, dentro da nossa Comunidade Quilombola, dentro da minha Comunidade, tem 17 professores Quilombolas formados faculdade – História, Geografia, Artes, tudo tem. De cada matéria, tem um professor. Mas eles tiram lá os professores fora, e colocaram outros. Aí eu fui ano passado lá, eu conversei com um grupo que estava lá de professores – em outubro, eu fui, ano passado – aí eu perguntei para eles como estava sendo feito, dentro da escola, falar sobre o quilombo. Ninguém sabe. Eu digo: “não, porque vocês devem saber que, aqui, é um território Quilombola – não tem título definitivo, mas tem reconhecimento pela Palmares, tem o reconhecimento das famílias cadastradas pelo Incra, nós temos o

relatório de todos o trabalho deles. (MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A regularização fundiária passa por uma série de etapas administrativas iniciando pela abertura de processo junto ao INCRA, elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), Portaria de Reconhecimento Territorial e Emissão do Título. Entretanto no meio desses processos ocorrem, geralmente, além das normas legais como procedimentos de desapropriação e indenizações, que são previsíveis, ações de cunho político que revelam interesses e tensões múltiplas, que tornam o território um espaço político, um jogo político, um lugar de poder, logo definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. Medeiros (35).

Assim, a problemática não se encerra com a regularização fundiária, e muitas vezes essas tensões e conflitos põem em risco a reprodução física, social e cultural das Comunidades Quilombolas e dos Povos e Comunidades Tradicionais como um todo.

É oportuno mencionar que em sede legal, é destacada a importância dos Povos e Comunidades Tradicionais para a preservação do meio ambiente e para a utilização sustentável de seus recursos, reconhecida em diversos dispositivos no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Já no âmbito infralegal, há diversos instrumentos normativos implicados na sistemática jurídica da importância dos Povos e Comunidades Tradicionais brasileiros, como por exemplo o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT. Referido decreto traz as seguintes definições, a respeito da presente discussão:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Toda essa discussão se faz necessária para se compreender a fala e a preocupação da Liderança do Quilombo Carrasco quando diz que “titular um Quilombo e não cultivar e defender a sua história e o seu costume, é a mesma coisa que deixá-lo sem título nenhum”, conforme segue:

Porque eu acho que, como estou falando de conflito de terra, existe uma coisa que essa pesquisa aí, você não fez a pergunta, sobre a proteção ao meio-ambiente, o motivo das ervas medicinais, o aprendizado como manusear essas ervas, como proteger e replantar elas. Porque, titular um quilombo e não cultivar e defender a sua história e o seu costume, é a mesma coisa que deixar ele sem título nenhum. Então, para titular a terra, tem que ter espaço para cultura - tanto da cultura do que comer, como a cultura da dança, a cultura da erva, culturas diversas que tem nos quilombos. Eu acho que uma parte do título da terra é respeitar a particularidade de cada quilombo de acordo com a sua história e a sua especificidade. É isso. Eu acho que isso cabe no seu questionário, não sei se estou falando demais ou querendo. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Medeiros (35) afirma que o território é, “de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento”. Ao mesmo tempo em que o território pode representar um perigo, traz empoderamento e afirmação identitária. Neste sentido, é oportuno apresentar o que a Liderança do Quilombo Carrasco informa sobre como a Comunidade mantém sua cultura, suas práticas alimentares e conhecimentos sobre o ambiente.

O que é feito aqui, que a gente lutou e luta, é que seja implantado, dentro da Unidade de Saúde, dentro da escola, as informações; e mostrar a planta que reconheça as crianças, hoje, para que não morra a cultura do povo afrodescendente. A gente faz muito isso. Anualmente, a gente faz um evento aqui onde mostra a cultura da culinária, a cultura da bebida, a cultura da dança e a cultura das plantas medicinais.

É anual, e feito tanto na Comunidade como na escola. E o foco é a cultura afrodescendente do Quilombo.

Como aqui é um quilombo que a escola é grande - tem 12 salas de aula (interrupção)- pega mais crianças dos arredores, das Comunidades. As crianças fazem parte da dança, conhecem a cultura, são convidadas as mães, são convidados os pais, para que ela realmente conheça como viveram, como vive e como poderão viver as pessoas que, hoje, estão crianças, como o futuro delas mesmas. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

A Liderança do Quilombo Carrasco informa, ainda, que a maioria da Comunidade é formada por jovens, a maioria dos idosos, com idade de 60 anos, já faleceram, uns por infarto e outros com câncer, sendo que muitos eram Lideranças da Comunidade.

Sim, muitos eram. Infelizmente, são aquelas pessoas filhos de escravos que já morreram com 100 e poucos anos, 90 e poucos.

Ainda tem neto de escravo vivo. Pessoas escravizadas - tirar esse nome de escravo da minha boca.

Eu disse escravo, que eu termino falando o que não devia falar.

A nossa memória começa a ficar ali afetada naquilo, então a gente acorda e de repente: "não é assim, tem que mudar". (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

Ainda sobre essa resistência para preservação cultural do território é oportuno apresentar o que diz a Liderança da Comunidade Marobá dos Teixeiras. Outrossim, é imperioso mencionar que a salvaguarda do patrimônio material e imaterial das Comunidades Quilombolas ainda é um campo em discussão carregado de dualidades no que se refere a política de patrimônio cultural vigente. Entretanto é inegável a raiz Quilombola de bens registrados como patrimônio cultural nacional, como por exemplo: o Jongo, o Samba de Roda, o Bumba-meu-Boi do Maranhão, a Capoeira, dentre tantos outros que muitas vezes são apartados de seu contexto histórico e cultural. A Comunidade Marobá dos Teixeiras tem uma história de muita luta e resistência para manter viva em seu território suas raízes e cultural. Uma dessas resistências é a produção coletiva do Cacau, introduzida na região por João Teixeira no século XIX, patriarca da Comunidade, uma herança que resiste a ataques e expropriações.

A gente no ano retrasado tentou recuperar a festa de Santo Antônio, foi uma festa muito bonita, outra vez a gente fez uma festa de Santa Luzia pra celebrar a vinda da luz, foi uma festa extraordinária dessas coisas mais populares né. Dessas expressões mais populares. A festa de Santo Antônio foi resultado a gente escreveu um projeto no FEC, aí foi de recuperação das tradições antigas, foi um ano muito bom de muitos encontros, toda quarta-feira a gente se encontrava e fazia ensaios e fazia oficinas né, tanto de construção de instrumentos, tanto de recuperação de tradições e manifestações populares, mas agora está mais quieto.

Entrevistadora: *A exemplo de outras Comunidades, vocês recebem muitos visitantes interessados em conhecer a Comunidade e sua cultura?*

Recebe, recebe escola, principalmente escolas né. Aí a tradição que mais conservou que mais passa é a parte do cacau. Porque aqui tem plantação de cacau dentro das matas desde as origens né. Aí uma coisa que ficou bem na identidade da Comunidade, e é uma coisa que repassa que o pessoal gosta de ir no meio da mata ver o chocolate, experimentar o chocolate que fazem, as cocadas. Cocada, chocolate artesanal. É muito bom! (MARIA ROSA, COMUNIDADE QUILOMBOLA MAROBÁ DOS TEIXEIRAS)

Sobre territórios e territorialidades, Milton Santos e Maria Laura Silveira (36), em sua definição, dizem que “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence...”. Santos e Silveira ainda dizem que a “territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem”. A esse respeito vejamos o que diz a Liderança da Comunidade Santa Tereza do Matupiri.

[...]

E a gente tem que ter pulso mesmo para falar e dizer a verdade, porque eu sempre digo, quando faço a reunião nas Comunidades: "a gente é quem tem que falar nossas dores, porque ninguém vai se preocupar com nossas dores, ninguém vai saber o que nós passamos por detrás dessas matas que tem aqui no grande rio. Quem sabe somos nós; eles, não. Eles estão no bem-bom e não sabem o que se passa". O Quilombola, nós, antigamente - como eu digo - vivíamos oprimidos, sem poder discutir, tínhamos que fazer o gosto deles. Hoje em dia, é diferente. Ainda

tem gente que é capitão do mato dentro do nosso quilombo. Ainda tem aquele que fala contra o negro e em favor do branco; mas eu, não. A minha bandeira, todo o tempo está em cima (Interrupção). Então, eu digo que é por isso que, muitas vezes, as pessoas veem que quando eu vou na... esse ano, eu fui lá na minha Comunidade, em janeiro, aí o pessoal disse: "Amélia, quando você vai voltar para continuar a ser presidente da Federação? Nós estamos precisando de você", eu digo: "deixa eu estudar, terminar minha Agroecologia, aí eu venho para ensinar vocês como nós vamos (Interrupção) do que eu aprendi".

Porque ali, nós não temos orientação de como fazer a compostagem das nossas plantas, para ficar debaixo das nossas plantas, para não queimar mais, para poder as plantas crescer. É todo o tempo fazendo roçada, repetindo o mesmo tema, matando as plantas. E agora, não: tem outra técnica, que eu vou chegar lá e dizer: "não é dessa maneira; é dessa maneira que nós temos que trabalhar".

(MARIA AMÉLIA LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANTA TEREZA DO MATUPIRI)

Ainda sobre o que Santos e Silveira dizem a respeito da territorialidade humana e tendo como foco o território como espaço de poder, em sentido de apropriação/dominação, é oportuno mencionar que as dinâmicas existentes nesse espaço e os conflitos põem em risco a existência das Comunidades uma vez que ferem os elementos preponderantes do seu modo de vida, que são dotados das relações territoriais específicas referidas a atividades comunitárias e familiares, como por exemplo, a troca de sementes e alimentos entre Comunidades. A maioria das Comunidades Quilombolas dependem da terra para sua sobrevivência tornado, as duas, um só corpo, uma só existência.

O que a gente planta mais só dá para consumo (interrupção) inverno, guardamos para comer no verão.

Hoje, quando a gente quer trocar alguma semente - quem tinha feijão trocava por farinha, quem tinha a farinha trocava pelo milho e assim sucessivamente. Hoje, é muito raro ter, porque todos plantam. Eles só fazem na farinhada, quando vai fazer a farinha, aí se eu raspar um balaio ou dois, eu ganho uma cuia de farinha, por exemplo.

É uma troca só de trabalho, não de mercadoria. (GENILDA, LIDERANÇA DO QUILOMBO CARRASCO)

CONSIDERAÇÕES CONTÍNUAS

O que o racismo, os conflitos fundiários, a luta por direito ao território, o direito de existir e o pertencimento podem falar sobre a saúde? A resposta se configura em um mosaico de situações, agenciamentos, histórias e lutas das Comunidades Quilombolas. Os esforços feitos nesse trabalho apontam para a relevância de se considerar os impactos e consequências dos conflitos fundiários, em territórios Quilombolas, na saúde desta população, principalmente na saúde das Lideranças, as quais encontram-se na linha de frente pela defesa da vida e do direito de existir.

A temática da saúde da população negra é muito ampla e ao mesmo tempo muito complexa, e remonta um dos períodos mais cruéis da humanidade, onde seres humanos foram coisificados e escravizados, sem direito a memória, história, raízes e origens.

Quando falamos sobre saúde da população negra não se pode deixar de olhar para o passado e ver que o Brasil foi o último país a se livrar do regime escravocrata, que trouxe de forma trágica seres humanos da África e de igual forma foram deixados de ser escravizados.

Um dos primeiros impactos sobre a saúde da população negra remete a esse período, são apenas 130 anos da chama “liberdade” e suas marcas permanecem afetando significativamente a saúde física e mental dessa população, basta olharmos para os índices de homicídios envolvendo a população negra, de suicídios e de mortes evitáveis.

Nesse esforço necessário e imprescindível, é preciso reconhecer e conhecer todos os processos históricos que viveu a população negra no Brasil. Assim, o primeiro objetivo foi apresentar o histórico dos conflitos fundiários nos territórios Quilombolas. Assim, apresentei como se deu a formação dos Quilombos no Brasil e como se deu o reconhecimento dessa população como sujeitos de direitos desde o “pós-abolição” até a Constituição Federal de 1988.

Durante muito tempo houve a tentativa de apagamento da presença Quilombola em território brasileiro, aparecendo sempre como “remanescentes” de Quilombos, que serviu e tem servido para sustentar a teoria da submissão da população negra escravizada, aparentemente passiva durante todo o regime de escravidão. Entretanto, a luta ainda hoje travada nos territórios e a resistência das Comunidades Quilombolas deslegitimam essa teoria.

Apresentei um breve apanhado, pois o assunto necessita de um desdobramento maior que não se alcança apenas em uma dissertação, da luta por direitos e acessos, as questões raciais e o racismo, os avanços e os enfrentamentos necessários para garantia de direitos das Comunidades Quilombolas. Esse percurso fez sentido quando cruzado com as falas das

entrevistadas e entrevistado que trouxeram suas experiências e vivências a respeito de todos os enfrentamentos feitos e como tem repercutido na saúde física e mental.

O segundo objetivo foi conhecer a percepção da saúde pelas lideranças Quilombolas que estão vivenciando conflitos fundiários em seus territórios.

A vulnerabilidade das condições de vida das Comunidades Quilombolas, aliada ao acesso e a forma de operar a saúde da população negra, indicam agenciamentos e articulações que merecem ser considerados para se compreender e compor o quadro das doenças próprias das desigualdades.

O compromisso assumido no presente trabalho foi de levantar o questionamento desses pressupostos - da universalidade dos corpos, do entendimento único sobre estes, independentemente de onde estejam e de como vivem.

A vulnerabilidade em que vivem as Comunidades Quilombolas e que atinge seus territórios é resultante da ação combinada de diferentes elementos que vão desde agentes privados ligados ao agronegócio e ao latifúndio, até a ausência de políticas públicas e ao racismo institucional que em seu entrecruzamento geram ciclo de violência muitas vezes invisibilizada. Para a CONAQ (2), “quanto maior o conjunto de forças e de elementos que produzem a sistemática violência institucional sobre os territórios, maior será a violência sofrida pela população Quilombola”.

As Comunidades apresentadas, neste estudo, foram marcadas por conflitos distintos, no que se refere à luta pelo direito ao território, mas em todos os relatos o racismo é a estratégia usada para impedir que a população negra e Quilombola pertençam ao pacto de nação e as violações vão desde licenciamento ambiental sem consulta prévia, desapropriação com indenizações aviltantes, inexistência de Unidades Básicas de Saúde próximas aos territórios, escolas nas Comunidades, além de todos os esbulhos e turbações sofridas.

O que chama muita atenção nos conflitos apresentados é a forma simbólica de tratamento à população negra, que ainda tem seus corpos amarrados a troncos e chicoteados, ainda tem sua humanidade questionada ao serem comparados e chamados de animais ou ao serem tratados como desonestos e preguiçosos. Todas essas situações elencadas e muitas outras faladas pelas entrevistadas e entrevistado, são tecnologias do racismo que ora se apresenta como mera brincadeira ora como sendo apenas elementos culturais, mas que afetam significativamente a saúde mental de quem a sofre, afinal não tem graça e não é normal se causa dor e sofrimento.

Das falas há predominância de que o racismo influencia e interfere no acesso aos direitos das Comunidades, sendo ainda predominante como os conflitos e toda violência vivenciada tem

afetado suas vidas e estado físico e mental, sendo oportuno trazer essas experiências relatadas ao entendimento do sanitarista Sérgio Arouca, apresentado na 8ª Conferência Nacional de Saúde (37), de que saúde refere-se a um bem-estar social que pode significar que as pessoas têm mais alguma coisa do que simplesmente estar doente: que tenham uma casa, direito ao trabalho, ao salário digno, direito à água, direito à educação, direito ao meio ambiente, que não lhe seja agressivo, mas pelo contrário, que permita a existência de uma vida digna e decente.

As consequências e sequelas de todos esses conflitos pelo direito a vida em território legitimados são perceptíveis no físico e mental das lideranças entrevistadas, ainda mais grave é o fato desse histórico de violência ser negligenciado quando se pensa na saúde dessa população, evidenciando o nível de racismo institucional e estrutural na sociedade e no nosso sistema de saúde.

A Comunidade Marobá dos Teixeiras é exemplo vivo dessa negligência, mesmo com todos os agravos na saúde das lideranças, decorrente da tortura vivida, os mesmos não conseguem tratamento adequado e contínuo para as enfermidades adquiridas e precisam, quando podem, pagar por tratamento médico, essa situação é mais uma face do racismo estrutural que na sua face mais perversa determina a distribuição racial de direitos.

A titulação dos territórios Quilombolas é essencial para garantir direitos a essa população, mas apenas o reconhecimento sem preservação do meio ambiente, sem acesso a água, sem o direito a preservação da cultura, a liberdade religiosa, ao acesso à saúde e educação não resolvem a dívida histórica que o Brasil tem para com os povos que foram desumanamente sequestrados do continente mãe.

“O Brasil é Quilombola! Nenhum Quilombo a menos!”.

REFERÊNCIAS

1. LE GOFF, J. **História e Memória**. Editora da UNICAMP, editor. São Paulo; 1990. Available from: http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros
2. CONAQ ; Terra de Direitos. **Racismo e Violência Contra Quilombos no Brasil**. 2018.
3. WITNESSS, G. Defender la Tierra – **Asesinados globales de defensores/as de la tierra y el medio ambiente en 2016**. 2016;
4. GOMES, R.P. **Constitucionalismo e quilombos: famílias negras no enfrentamento ao racismo de Estado**. Lumen Juris, editor. Rio de Janeiro; 2019. 296 p.
5. NASCIMENTO, B. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. *Psicologia & Sociedade* [Internet]. 2014;44–52. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100006&lng=pt&tlng=pt
6. MUNANGA, K. **Origem e histórico do quilombo na África**. *Rev USP* [Internet]. 1996;56–63. Available from: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222>
7. ALMEIDA, A.W.B de. **Quilombos e as novas etnias**. UEA Edições, editor. Manaus, AM; 2011.
8. FIABANI, A. **Os Novos Quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]**. 2008;275.
9. ALMEIDA S. L de. **Racismo Estrutural**. 1st ed. Pólen, editor. São Paulo; 2019. 264 p.
10. MOREIRA, A.J. **Pensando Como um Negro: Ensaio de Hermenêutica Jurídica**. Editora Contracorrente, editor. São Paulo; 2019. 1–304 p.
11. MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. Feminismos Plurais. Pólen, editor. São Paulo; 2019. 232 p.
12. BRASIL. Ministério da Saúde CN de S. **8ª Conferência Nacional de Saúde - Relatório Final** [Internet]. [cited 2021 Mar 8]. Available from: <http://conselho.saude.gov.br/relatorios-cns/1492-relatorio-final-da-8-conferencia-nacional-de-saude>
13. SENNA, D. M; LIMA, T.F.L. **Questão da violência na Atenção Primária à Saúde da População Negra in Saúde da População Negra** [Internet]. 2ª. ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, editor. Brasília; 2012. 160–180 p. Available from: <https://www.mendeley.com/viewer/?fileId=43f0e2df-7008-7e07-2c70-7e2896d26182&documentId=5156dab9-cd4d-3490-b747-f7f0fc5ffeb4>

14. MOURA C. **Historia do Negro Brasileiro**. 2^a. Ática S.A., editor. São Paulo; 1992.
15. CARMICHAEL, S. e HAMILTON C. **Black power: the politics of liberation in America**. Vintage, editor. New York; 1967.
16. WERNECK, J. **Racismo institucional uma abordagem conceitual**. Geledés – Inst da Mulh Negra [Internet]. 2013;único:55. Available from: http://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/racismo_institucional_abordagem_conceitual.pdf
17. WERNECK, J. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saúde e Soc São Paulo, v25, n3 [Internet]. 2016;25(3):535–49. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf>
18. AYRES JCRM et al. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios**. In: CZERESNIA, Dina(org.). **Promoção de Saúde: Conceitos, Reflexões, Tendências**. R.J.. Editora Fiocruz, 2003; p.117-139. Rio Janeiro, FIOCRUZ [Internet]. 2003 [cited 2021 Apr 14];
19. RODRIGUES, N. **Mestiçagem, degenerescência e crime 1 Race crossing, degeneration, and crime**. Vol. 4. 2008.
20. MBEMBE, A. **Necropolítica**. n-1 edições, editor. São Paulo; 2018.
21. CÂMARA DOS DEPUTADOS - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. **Audiência Pública Reunião nº : 1455/16** [Internet]. Brasília - DF; Nov [cited 2019 Nov 10]. Available from: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1455/16>
22. TAVARES, J. **As repercussões do racismo na saúde mental** [Internet]. Alma Preta Jornalismo Livre e Preto. 2018 [cited 2020 May 24]. Available from: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/as-repercussoes-do-racismo-na-saude-mental>
23. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2019 [cited 2020 Mar 27];v. 41:1–12. Available from: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>
24. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2019** [Internet]. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo; 2019. Available from: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf

25. BRASIL. Ministério da Saúde - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra** [Internet]. 2007 [cited 2019 Oct 8]. p. 60. Available from: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf
26. SISTEMA NAÇÕES UNIDAS. **Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade** [Internet]. Brasília; 2001 [cited 2021 Oct 8]. p. 16. Available from: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saudepopnegra.pdf>
27. BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.** [Internet]. Vol. 0, Brasil. 2010 [cited 2019 Aug 12]. Available from: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm
28. BATISTA LE, Barros S, Silva NG, Tomazelli PC, da Silva A, Rinehart D. **Indicators for monitoring and evaluating the implementation of the national policy for the integrative health of the black population**¹. Saude e Soc. 2020;29(3):1–18.
29. BATISTA LE, Barros S. **Enfrentando o racismo nos serviços de saúde.** Vol. 33, Cadernos de Saude Publica. Fundacao Oswaldo Cruz; 2017.
30. BRASIL. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e da Floresta.** 2013. 1–52 p.
31. Neepes/ENSP/Fiocruz. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil** [Internet]. [cited 2019 Jun 10]. Available from: http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?page_id=1761
32. PAIM JSP. **A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS).** Inst Saúde Coletiva, Univ Fed da Bahia, Salvador Bras [Internet]. 2013 [cited 2021 Feb 27]; Available from: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001000003
33. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica.** 2012;1–114.
34. NASCIMENTO A do. **O Quilombismo Documentos de uma militância pan-africanista.** Editora Vozes Ltda., editor. Petrópolis - RJ; 1980.
35. MEDEIROS, RMVISMA. SES (Orgs.). **Território, espaço de identidade.** Editora Expressão Popular, editor. São Paulo; 2009. 217–228 p.
36. SANTOS, M; Silveira ML. **O Brasil : território e sociedade no início do século XXI.**

- Editora Record; 2001. 471 p.
37. AROUCA S. **Democracia é saúde - Discurso de Sergio Arouca na 8ª Conferência Nacional de Saúde** [Internet]. [cited 2019 Apr 1]. Available from: <https://www.icict.fiocruz.br/content/videosaude-restaura-discurso-de-sergio-arouca-na-8a-conferencia-nacional-de-saude>
 38. GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Eds.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Vozes, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Caracterização sociodemográfica

Gênero:

- 1) Homem Cis
- 2) Mulher Cis
- 3) Homem Trans
- 4) Mulher Trans
- 5) Outros

Cor:

- 1) Preta
- 2) Parda
- 3) Branca
- 4) Não sabe/não respondeu

Orientação sexual

- 1) Homossexual
- 2) Heterossexual
- 3) Outro
- 4) Não sabe/não respondeu

Estado civil

- 1) Solteiro
- 2) Casado
- 3) Em união estável
- 4) Divorciada (o)
- 5) Viúva (o)

Escolaridade

- 1) Analfabeto
- 2) Alfabetizado informalmente

Fatores relacionados aos conflitos fundiários:

Em que estágio encontra-se o processo de titulação da Comunidade?

Quais o momento de maior tensão que a Comunidade enfrentou nos últimos anos?

- 3) Fundamental incompleto
- 4) Fundamental completo
- 5) Médio incompleto
- 6) Médio completo
- 7) Superior incompleto
- 8) Superior completo
- 9) Pós-graduação
- 10) Não sabe/não respondeu

Ocupação

- 1) Trabalhando
- 2) Desempregado
- 3) Aposentado
- 4) Afastado/Licenciado
- 5) Do lar
- 6) Estudante
- 7) Não sabe/não respondeu

Renda

- 1) Até 1 salário mínimo
- 2) De 1 a 3 salários mínimos
- 3) De 3 a 6 salários mínimos

Tipo de Moradia

- 1) Tijolo
- 2) Madeira
- 3) Pau a pique
- 4) outro

Considera que o racismo agrava os conflitos?

Quais tipos de violações já sofreu por ser liderança da sua Comunidade?

- 1) Violência física
- 2) Violência verbal
- 3) Violência psicológica
- 4) Impedimento de entrar em órgãos públicos
- 5) Negação de acesso a serviços e direitos

Que providências foram tomadas diante dessas violações? Como buscaram se proteger de ameaças?

Já teve que abandonar sua residência e território por sofrer ameaças?

Já solicitou inclusão no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos ou de Vítimas e Testemunhas Ameaçadas?

Alguma liderança da Comunidade já foi ameaçada ou assassinada?

Como essas situações de violência afetam o seu dia a dia? E a sua saúde?

Problemas de saúde autodeclarados.

O(A) senhor (a) já foi diagnosticado(a) com algum dos problemas, abaixo, depois de se tornar a liderança da Comunidade? E há quanto tempo?

- 7) Hipertensão arterial sistêmica
- 8) Ansiedade
- 9) Depressão
- 10) Problemas gastrintestinais
- 11) Derrame/ataque cardíaco
- 12) Outro problema psiquiátrico
- 13) Nunca recebi algum desses diagnósticos
- 14) Outros. Quais? _____

Acesso à rede de assistência em saúde

Recebeu tratamento para essas condições quando precisou?

- 1) Sim
- 2) Não
- 3) Não procurou assistência

Local do tratamento

- 1) SUS
- 2) Rede Privada

- 3) No próprio Estado
- 4) No município em que reside
- 5) Em outro Estado
- 6) Em outro município

Faz uso de medicamentos psicotrópicos?

- 1) Sim
- 2) Não

Assistência e acesso à saúde:

1. Há Agente Comunitário de Saúde assistindo à Comunidade?
2. A Unidade Básica de Saúde próxima à Comunidade está em funcionamento?
3. Quais são as práticas tradicionais de saúde que a Comunidade mantém?
4. Quais os principais problemas de saúde na Comunidade?
5. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela Comunidade no acesso à saúde? Essas dificuldades têm alguma relação com a falta de titulação do território?
Explique como.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Participante,

Este Projeto de Pesquisa denominado “**Conflitos Fundiários e as consequências na Saúde das Lideranças Quilombolas**” tem o objetivo de compreender como os conflitos fundiários podem influenciar na saúde das lideranças Quilombolas e de suas Comunidades.

Para isso, entre suas estratégias metodológicas, contamos com a realização de uma entrevista semiestruturada que tem como objetivo ouvir e compreender como esses conflitos tem afetado a sua saúde e da Comunidade. Esta entrevista será gravada e será arquivada no período de 5 anos.

Os riscos à sua saúde por participar no projeto são mínimos. Entretanto, é possível que você se sinta desconfortável em algum momento anterior ou durante a realização da entrevista. Solicitamos que nos comunique nessa eventualidade, para que possamos adotar providências para reduzir ou eliminar este desconforto. Sua participação é importante, voluntária e vai gerar informações que serão úteis por se tratar de uma pesquisa, pouco explorada pela academia, a mesma trará grandes contribuições para a saúde das Comunidades Quilombolas e para a população negra em sua integralidade, haja vista a violência ser um fenômeno com impactos macros na saúde dessas populações.

Você terá plena liberdade em participar desta entrevista e de retirar o seu consentimento em qualquer fase da sua participação, ao passo que sua negativa em participar não resultará em qualquer tipo de penalização ou exposição.

Durante a pesquisa, antes e após a sua participação, seus dados serão mantidos em sigilo.

Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e outra ficará de posse do pesquisador responsável. Apesar de improvável, haverá ressarcimento de despesas decorrentes da participação da pesquisa e indenização por eventuais danos.

Atenciosamente,

Ana Paula dos Santos Siqueira

Mestranda em Políticas Públicas em Saúde

Fundação Oswaldo Cruz – Brasília

Tatiana Oliveira Novais

Orientadora – Tecnologista em Saúde

Fundação Oswaldo Cruz - Brasília

Contato do responsável pela pesquisa:

Nome: Ana Paula dos Santos Siqueira

Endereço: Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro

Bairro: Asa Norte

CEP: 70910-900

Cidade: Brasília/DF

Telefones p/contato: (61) 992917484 (pode ligar a cobrar)

E-mail: anapaula.santos01@gmail.com

Instituição: Escola Fiocruz de Governo, FIOCRUZ Brasília

Contato da Orientadora:

Nome: Tatiana Oliveira Novais

Tecnologista em Saúde Pública da Fiocruz Brasília

Endereço: Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro

Bairro: Asa Norte

CEP: 70910-900

Cidade: Brasília/DF

Telefones p/contato: 61-983166006 (pode ligar a cobrar)

E-mail: tatinovais@gmail.com

Instituição: Escola Fiocruz de Governo, FIOCRUZ Brasília

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação na pesquisa, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Governo FIOCRUZ/BSB. Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Asa Norte, CEP: 70910-900, Brasília/DF, Telefone: (61) 3214-1041 e-mail: cepbrasil@fiocruz.br

1. Assinale uma das opções abaixo: **Aceito**, consentindo de forma livre e esclarecido(a) participar da pesquisa. **Não aceito** participar da pesquisa**2. Dados de identificação:**

Nome completo:	
Endereço de e-mail preferencial:	
Telefone de contato preferencial:	
Data:	
Local:	
Assinatura	

APÊNDICE C – ENTREVISTA COMUNIDADE MAROBÁ DOS TEIXEIRAS

Entrevista: Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras

Data: 7 de Fevereiro de 2020

Meio: Chamada Telefônica

Liderança: Se você não estiver escutando eu busco aqui perto outro ponto. Eu vou ficar aqui perto que se precisar de Jurandir, também responde alguma coisa.

Entrevistadora: Muito Obrigada, vocês são maravilhosos. Eu estou com uma amiga que é lá do Território Kalunga/GO, a Nahiane, e ai ela está aqui também pra aprender um pouco com vocês.

Facilitadora Kalunga: Boa tarde, boa noite na verdade.

Entrevistadora: Rosa, como eu te disse eu estou no Mestrado pela Fiocruz de Brasília

Liderança: Na Fiocruz né?

Entrevistadora: Isso! Um Mestrado em Políticas Públicas em Saúde, e aí eu via a oportunidade de estar falando um pouquinho sobre os conflitos que acontecem nos territórios e como esses conflitos, essa violência toda, ela afeta de certo modo a saúde né, tanto física, quanto a emocional também, que abala bastante. Eu trabalhei por sete anos na Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial que era da SEPPIR, ai em 2017 com a mudança de Governo, a primeira medida que o Michel Temer fez e que a gestão à época fez foi acabar com a nossa Ouvidoria. Mas, à época eu cheguei a acompanhar o último caso que teve de tortura com a senhora e com seu esposo, senhor Jurandir, e aquilo me marcou de uma certa maneira, porque como as coisas, o tempo passa e as pessoas acham que racismo não existe mais e a gente tem um caso de violência tão grave assim e tão simbólica como foi a com vocês né. E ai eu fui lá e resolvi pedir pra vocês participarem dessa etapa da minha vida que é essa pesquisa do Mestrado. Porque eu acho que de certa forma, a gente pode contribuir pra dizer que essa violência e os conflitos fundiários eles tem matado e eles estão nos adoecendo. Eu fiz aqui um roteiro de entrevista, mas eu deixo aberto para vocês falarem o que vocês quiserem, eu também enviei o Termo de Consentimento (TCLE), que eu vou colocar no projeto.

Liderança: Hoje eu não consegui abrir minha internet, porque está, o sinal está muito pouco, mais aí de repente na semana que vem eu indo na rua eu imprimo tá?

Entrevistadora: Não tem problema com prazo tá bom.

Liderança: Tá.

Entrevistadora: Então eu vou iniciar aqui mas eu fiz algumas perguntas mais fechadas e as outras estão mais abertas, porque vocês podem falar a vontade o que acharem que é importante conter para a Comunidade de vocês.

Liderança: Certo.

Entrevistadora: São perguntas sociodemográficas. Qual a cor que você se declara Rosa?

Liderança: Bom, eu sou branca.

Entrevistadora: Estado civil?

Liderança: Casada.

Entrevistadora: Escolaridade?

Liderança: Terceiro grau completo e pós-graduação

Entrevistadora: Está trabalhando? Qual a ocupação atual?

Liderança: Ocupação atual é Agricultora.

Entrevistadora: Agricultora. A renda aí é mais ou menos qual valor?

Liderança: A renda hoje daqui, nossa é a aposentadoria de Jurandir que é mil trezentos e alguma coisa e as coisas da roça que é mais ou menos, no ano passado a gente conseguiu fazer mais ou menos quinze mil reais.

Entrevistadora: No ano?

Liderança: É de agricultura mais aposentadoria.

Entrevistadora: Ah tá, ótimo. O tipo de moradia aí, a casa de vocês ela é ...

Liderança: Ela é de alvenaria, em construção ainda né.

Entrevistadora: E da maioria das famílias da Comunidade

Liderança: E da maioria das pessoas da Comunidade também está sendo de alvenaria. De 2012 pra cá ... de 2012 não tinha casa de alvenaria ai tinha só duas né Jurandir? De 2009 pra cá é que começaram a construir as casas de alvenaria. De 2009 pra cá.

Entrevistadora: Agora umas perguntas mais sobre o território. Em que estágio está o processo de titulação da Comunidade?

Liderança: Nós está em fase da portaria publicada editada em 5 de julho de 2018 e publicada em foi acho que outubro, 18 de outubro acho que foi ou 25, não sei o dia exato, final de 2018 a publicação.

Entrevistadora: Mas da pra ver pela página do INCRA.

Liderança: É sim 2018, final de 2018

Entrevistadora: Mas a titulação ainda não saiu?

Liderança: A titulação ainda não saiu em Minas, não tem não. Aqui em Minas somente Brejo dos Criolos que tem o Decreto né, e depois tem o pessoal que foi removido lá de ... como se chama... perto de Teófilo Otoni do Carlos Chacre Marques 2 que foi removido por causa de uma hidrelétrica, ai eles tem o título.

Ana Paula: Então já tem o RTID né? Já é alguma coisa.

Liderança: Não é mais do que o RTID está com uma Portaria de reconhecimento do território publicada no Diário Oficial, é um passo antes do Decreto, que agora com Bolsonari a gente não consegue.

Entrevistadora: Qual o momento de maior tensão que a Comunidade enfrentou nos últimos anos? Eu lembro que você até tinha me falado sobre outros mais recorrentes acho que desde 2010?

Liderança: Enfrentamento na Comunidade? De conflito fundiário?

Entrevistadora: De conflitos, isso!

Liderança: De conflito teve um em 2010 e também destituição de posse de parte da fazendeira né, ai despejo de família Quilombola, do patriarca aliás, ai isso daqui incentivou a luta maior né. Ai com isso conseguiu situar melhor, ai conseguiu a organização maior interna da Comunidade com isso, ai depois em 2013, no final de 2013 da segunda semana de outubro de 2013 até a primeira semana de novembro de 2013 ai teve uma guerra aqui a guerra do gado que os fazendeiros colocaram o gado, prendiam o gado Quilombola, colocavam o gado deles dentro da roça nossa né, teve jagunço, tiroteio, 18 jagunços durante esses dias tudo né. Foi uma guerra, na época não tinha energia ainda, não tinha possibilidade de telefone nem nada de nada estavam tudo isolado. (*Ligação interrompida*) Ai, depois, conflito assim maior não teve. Com essa guerra que teve aí a gente conseguiu a publicação do RTID, foi assim cada conflito é um passo a mais na parte da regularização fundiária. Ai depois um conflito assim foi mais que uma pessoa, fazendeiro de fora queria comprar um terreno daqui né, tem mais conflitos menores, mas não quero dizer que seja... igualmente ruim pra regularização fundiária e pra vida do quilombo né eles destacam muitas invasão do pessoal de fora, incompreensão da administração pública e dos órgãos públicos a respeito da posse Quilombola, desrespeitando as vezes a posse da gente. Ai isso daqui é continuo, isso não termina isso é continuamente. Ai tem a parte que nois fez em 2016. Em 2016 a gente fez a retomada de uma parte do território, não sei se vocês estão sabendo... Durou um mês essa parte da retomada, isso tambem gerou muitos conflitos, perseguição, medo né essas coisas tudo. Mas ai passou e depois de um ano, exatamente depois de um ano, ai aconteceu aquele atentado conosco, ai depois esmoreceu a luta porque agora tem um monte de invasores dentro do território né as pessoas... ai não tem aquele espírito de antes.

Entrevistadora: Não sabia que ainda estavam ocorrendo invasões.

Liderança: Aqui tem, só não é dos grandalhão mas detrás desses pequenos tem alguém grande.

Entrevistadora: Exatamente. Rosa, você acha que o racismo, essa questão racial, considerando que a Comunidades Quilombolas é uma Comunidade preta. Você acha que o racismo agrava esses conflitos, ou você acha que não tem tanta influência?

Liderança: Eu acho que o racismo agrava muito né. Você me perguntou qual cor que eu tenho, como me considero, eu sou da raça branca, mas eu sou indígena de minha terra, sei muito bem o que é isso e também o fato de ser estrangeira também já é um tipo de discriminação.

Entrevistadora: Sim.

Liderança: Por exemplo na feira o pessoal fala: - Ah você é daqueles urubu? Você é gente daqueles urubu? Você mora lá naqueles urubu? Agente sofre sente essa discriminação. Então os conflito da terra sempre vem com esses traços da discriminação dessa Comunidade em concreto, sempre vem esse viés. O viés do racismo vem sempre né. Inclusive nos conflitos, durante os conflitos em 2013, a fazendeira passavam lá insultando né, claramente, falando: - macaco velho, nego fedorento... passavam de carro insultando as pessoas assim.

Entrevistadora: Pesado né?

Liderança: Pesado.

Entrevistadora: Se o senhor Jurandir quiser responder também, Quais tipos de violações já sofreram por serem liderança da Comunidade, por estar a frente dessa luta? Eu até elenquei aqui: violência física, verbal, psicológica, impedimento de entrar em Órgãos Públicos, negação de acesso a serviços e direitos. Queria que você me contasse.

Liderança: Bom eu vou falar da minha parte ai Jurandir depois você pergunta o que ele sente. Além da violência física que a gente sofreu tem a violência verbal na rua, de órgãos né: - Ah pra vocês não vai ter nada, pra vocês não tem nada, tem mais a rejeição também ... a rejeição administrativa e dos órgãos das entidade, porque quando eu que me posiciono sempre naquilo que se pretende né, talvez por ser europeia também sou mais direta ai se falo si se falo não. Então é mais essa rejeição que você vê, a persistência ela gera muita rejeição. A persistência no objetivo, em abrir caminhos, em buscar outros caminhos gera muita rejeição. Também em um lugar como Almenara né o fato de ser liderança né, de poder, digamos assim de conduzir alguns processos né como a gente conseguiu até agora. Agora eu já estou me retirando de tudo isso né, porque tem tudo um limite né. Ai tudo isso que gera essa reação aqui em um lugar pequeno é mais intenso né. Sempre eu vejo é muito... digamos a saúde psíquica e social, das relações que você tem é muito criminalizada, eu pessoalmente sou tremendamente criminalizada então isso é da saúde social né, não digo nem mental do que a gente sofre muito isolamento na parte mental

né, mas na parte social é mais grave porque é mais a rejeição continua e ser apontada e condenada né, é muita coisa, mais nesse sentido. E fisicamente, desde o dia 24 de março de 2017 até hoje eu nunca mais passei um dia sem dor. Muita medicação tenho que ir no médico continuamente, é muita coisa.

Entrevistadora: E vocês chegaram a tomar alguma providência diante dessas violações todas? Se protegeram, buscaram algum órgão pra se protegerem das ameaças?

Liderança: É a gente buscou o Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos, que Jurandir estava incluído nele antes de acontecer né. Ai teve um apoio do programa no início e ai a gente conseguiu colocar umas câmeras aqui em casa também, que dão inibição né, mas também inibe outros né? Inibe não somente os que poderiam fazer mal, as vezes outras pessoas também não querem que exista câmera em casa.

Entrevistadora: E vocês já tiveram que sair aí do território, ou da casa de vocês por conta das ameaças?

Liderança: É agente ficou uns quatro, cinco meses... cinco, seis meses que nós ficou na casa do meu sogro né? Porque a gente não tinha condição física nem psíquica de estar em casa,

Entrevistadora: Aí mesmo em Minas Gerais? Aí perto?

Liderança: Aqui mesmo no território. Porque o Programa ofereceu ir pra Belo Horizonte, mas ai a gente achou que não devia. Que teria de ficar aqui, porque se não eram o que queriam os que fizeram o fato. O que queriam era que a gente vai embora né? Como eles, incentivam outras pessoas para que isso aconteça ainda né? É uma perseguição.

Entrevistadora: Então vocês ficaram por seis meses no Programa de Proteção?

Liderança: A gente ficou um ano né Jurandir? Mais ou menos um ano. Mas diretamente um ano, eles ofereceram também um ... que a gente ficou sem poder plantar aquele ano né. Era tempo de plante e tudo... ai ficou. Eles ofereceram também algum recurso pra ir no médico né, porque a gente só fica de médico em médico, e ofereceram dessa parte a gente foi umas duas vezes ou três em Belo Horizonte, ofereceram também acompanhamento psicológico mas ai não deu certo aqui né? Porque talvez aqui é um lugar muito pequeno pra ter uma coisa dessa. Quero dizer que o pessoal talvez teria tido outra preparação né? ai não continuou essa parte.

Entrevistadora: Além de vocês outras lideranças, outros membros da Comunidade, já foram ameaçadas ou até assassinadas?

Liderança: Ameaçadas outras pessoas? Enquanto liderança?

Entrevistadora: Enquanto liderança ou enquanto Quilombolas.

Liderança: Enquanto Quilombola é, enquanto Quilombola que tem ameaças.

Entrevistadora: Mas nunca ninguém foi assassinado né?

Liderança: Não graças a Deus! Atualmente agora não. Agora na época do sr. Orlindo quando expulsaram, quando os fazendeiros entraram aqui no território teve mortes

Entrevistadora: Isso foi mais ou menos em 2013?

Liderança: Não, não, isso foi no ano 37 até o ano 53. De 37 a 53 quando eles tomaram isso da Comunidade.

Entrevistadora: A senhora até já acabou falando um pouquinho que essa situação de violência acaba afetando no seu dia a dia, sua saúde né?

Liderança: Acaba, totalmente né porque eu fiquei surda do ouvido esquerdo, praticamente surda, não aguento mais ficar em espaço que tenha muita gente, eu tentei um encontro depois no outro ai eu não distingo os barulhos uns do outro ai fico incomodada não me sinto mais a vontade.

Entrevistadora: ai você foi tratada dessa surdez? Foi repentina assim?

Liderança: Isso aqui é daquele veneno né? que não sei o que me injetaram que descontrolou meu corpo tudo. Ai eu ... isso daqui nós foi em Vitória de Conquista que é mais perto que Belo Horizonte, mas ai ... eu.. teve um aparelho né, mas como eu fico mais aqui na roça eu nem me adaptei direito.

Entrevistadora: Entendi. Eu vou falar aqui alguns problemas que eu elenquei que talvez a senhora possa ter depois desse tanto de violência, meu Deus! Ai você me diz se teve e pode falar outras coisas também.

Liderança: Hipertensão arterial sistêmica. Eu já tinha pressão alta isso aqui não alterou não. O que alterou é que o meu organismo ficou descontrolado, eu fiquei tomando remédio de doença terminal durante quase 1 ano, ai desenvolvi uma doença auto imune né? E eu estou com um reumatismo no sangue que me deixa só com dores. Eu estou com dores continuamente. Mesmo com remédios eu estou com dores.

Entrevistadora: Você tem crise de ansiedade Rosa?

Liderança: as vezes a gente tem ansiedade ai mas...

Entrevistadora: e teve algum caso de depressão diagnosticado?

Liderança: diagnosticado não né (risos) mas a gente sente né? Porque quando tem muito isolamento até dos companheiros da luta de tudo a gente sente.

Entrevistadora: Problemas no estomago? Problemas gastrintestinais?

Liderança: Não essa parte não.

Entrevistadora: Derrame/ataque cardíaco?

Liderança: Também não

Entrevistadora: Outro problema psiquiátrico que eles diagnosticaram?

Liderança: Mais o que diagnosticaram foi essa perda de audição e essa parte que eu estou com reumatismo no sangue e nas articulações né?

Entrevistadora: Alguma outra doença que depois desse fato foi diagnosticada além das que a senhora falou?

Liderança: a gente não é mais o mesmo né, nem fisicamente nem psiquicamente, a gente fica mais alterada, mais irada né? Tudo nos incomoda mais essas partes aí. É o que mais incomoda mim mesma.

Entrevistadora: Aí o tratamento foi bem no começo?

Liderança: Foi. O tratamento nós dois está com tratamento até hoje, mas nós teve de buscar um médico particular.

Entrevistadora: Nossa! Mas porque?

Liderança: Porque aqui o médico da roça era o seguinte: A gente ia lá em Almenara dia de sexta-feira que atendia né. Aí a gente ia em Almenara, uma vez atendido por um médico, outra vez por outro, outra vez por outro... e não tinha tratamento só tinha tipo diagnóstico, não tinha tratamento. Aí nós decidiu buscou ajuda externa pra fazer o tratamento, porque se não como que faz né?

Entrevistadora: é difícil.

Liderança: porque se não eu tenho certeza que não estaria viva.

Entrevistadora: Imagino. E você faz uso hoje de algum medicamento contínuo?

Liderança: Eu faço uso sim de medicamento todo dia.

Entrevistadora: Para que?

Liderança: Além do remédio de pressão né, eu tenho remédio de reumatismo

Entrevistadora: Aí esses remédios você pega pela rede pública ou tem que comprar?

Liderança: O da pressão pega pela rede pública, o de reumatismo todo mês muda aí tem que comprar porque tem que fazer o exame aí em cima do exame que faz o remédio.

Entrevistadora: entendi. É manipulado?

Liderança: É.

Entrevistadora: Eu tenho algumas perguntas que são mais abertas. Há Agente Comunitário de Saúde assistindo à Comunidade?

Liderança: Não, não umas duas, três vezes no ano que vem médico aqui. Mas não tem um acompanhamento, também não serve muito de nada né? As vezes pra pessoa que por exemplo

um idoso que está precisando sempre do mesmo remédio assim e tudo mais, uma coisa mais estável tudo bem. Mas o meu caso por exemplo, eu não posso prescindir de médico, todo mês tenho de ir no médico.

Entrevistadora: E aí tem alguma UBS próxima da Comunidade em funcionamento

Liderança: 30 KM

Entrevistadora: Quais as práticas tradicionais de cuidado com a saúde na Comunidade?

Liderança: Tem algumas coisa assim, de ... remédios caseiros né. Umás plantas, de óleos de essas coisas.

Entrevistadora: Quais as doenças com maior prevalência na Comunidade?

Problema de trabalhar muito, problema de dor nas costas, porque esse pessoal aqui fisicamente, eu não, mas esse pessoal aqui fisicamente ele é muito forte. Muito resistente fisicamente, tem muita força física aí trabalha muito e tem muito desgaste em relação a isso né. Dores articulares de desgaste, dor de costa. O que mais tem aqui é isso

Entrevistadora: Tem muitos idosos no Território?

Liderança: No território tem umas oitenta e tantas. No território tem muita gente, Quilombolas oitenta e poucos um noventa. Agora no território tem uns Sem Terra que estão aqui dentro do território que são mais de cem.

Entrevistadora: E estão no Território Quilombola?

Liderança: Dentro do território Quilombola. Infelizmente mesmo que você não possa acreditar foi o fazendeiro que trouxe para enfraquecer a luta daqui.

Entrevistadora: Eu li isso quando estava estudando sobre a história da Comunidade. E até hoje estão aí?

Liderança: Até hoje estão aí, até os esforços que temos e dessas lutas internas né. Dentro do conflito territorial. Porque às vezes o pessoal das Políticas Públicas e tudo eles olham mais o movimento de lá do que o próprio território Quilombola. Porque o território Quilombola é mais vulnerável, socialmente é muito mais vulnerável. Mas questão de cidadania de tudo isso é muito mais vulnerável que o Movimento Sem Terra. Politicamente então, muito mais vulnerável. E tem também os agregados e invasores. Agregados devem ter uns 50, invasores mais uns vinte e tantos. Agregados são os que ficaram, que estavam trabalhando para fazendeiros e ficaram aí.

Entrevistadora: São quantas família Quilombolas no território?

Liderança: No território atualmente tem 26 famílias.

Agora sempre tem um movimento. Tem alguém chegando. Porque tem um movimento de chegada aqui no território. Não é de ida não é mais de chegada

Entrevistadora: Mas a Comunidade os reconhecem como Quilombolas?

Liderança: Upa! Esses daqui. É porque o pessoal daqui quando foi mandado embora, daqueles anos que te falei ficou com o Marobá no coração né. Ai isso daqui nunca mais saiu de dentro das pessoas então tem a identidade preservada mesmo estando longe. Ai em 2004, Seu Orlindo que é o patriarca, ele mandou uma carta pro Brasil inteiro, inclusive na televisão, chamando de volta pro território. Tipo uma Carta Circular. Eu falei outro dia, como que foi seu Orlindo? – Não eu mandei escrever a carta e eu mesmo que botei no Correio.

Entrevistadora: Ai meu Deus fiquei emocionada, quero muito conhecer seu Orlindo. E a Associação? Todos fazem parte da Associação ou ainda é enfraquecido?

Liderança: A Associação ela deu uma fortalecida grande de 2012 até o ano passado né. Ai tem mais ou menos a metade das pessoas do Território estão aderidas a Associação, tem reunião todo mês, tem bastante coisa, tinha bastante projetos e tudo mais e uma outra parte da Comunidade não faz muito caso disso não.

Facilitadora Kalunga: Mas acaba gerando conflito?

Liderança: Ah tem, tem conflito. Na hora do beneficio todo mundo quer, só que o direito aqui é pra quem tem o dever cumprido também né.

Entrevistadora: Voltando sobre o acesso a saúde, uma das maiores dificuldades seria essa questão de poder ir há uma UBS? Deles irem ao Território essa escassez. Essas dificuldades além de outras podem ter alguma relação pela falta de titulação?

Liderança: Não eu acho que mais da discriminação. Eu acho se tivessem umas Políticas, ahm... A gestão atual da Prefeitura de Almenara ela muito atuante, primeira vez, mas esse pouquinho não é suficiente né? Falta toda uma história passada. Então aqui você tem que pensar que em dois mil e... até 2015 não tinha energia, nunca tinha passado uma patrola de estrada interna, não tinha escola, não tinha nada de cultura, não tinha nada. Você se perguntar, não tinha médico que visse, não tinha missas aqui, não tinha celebrações, não tinha nenhum serviço de política pública nem de serviço religioso, nem cultural nem nada, entendeu? Era totalmente isolada propositalmente, porque Comunidades mais longe daqui tinham tudo. Há 2 km da Comunidade no final tinha tudo. E aqui não tinha absolutamente nada. Não tem ainda água nas casas né. Porque é uma luta muito grande e ainda não terminou de chegar, ai essas coisas básicas. A gente foi lutando esses anos por isso né. A nossa liderança era mais era para adquirir o básico e lutar pelo Território, eram essas duas frentes. Ai conseguiu a luz, conseguiu que as pessoas fizessem as casas de alvenaria mais conforto mais saúde mais né. A escola abriu esse ano. Abriu e no conflito porque os Sem Terra não levam lá os meninos, Comunidade e outra Quilombola do lado não leva os meninos lá. No conflito sempre.

Entrevistadora: Tem quantos alunos na escola?

Liderança: A escola tem uns cinco né Jurandir? 8 alunos.

Entrevistadora: E o Professor é da Comunidade?

Liderança: Não, o Professor por enquanto é da Rede Pública Municipal.

Entrevistadora: E é somente Educação Básica?

Liderança: É só até a quarta série, Com a 5ª incluída, 4 ano 5 série.

Facilitadora Kalunga: E tem uma atenção voltada para a alimentação escolar?

Liderança: Não, não tem nada de coisa de alimentação escolar não.

Facilitadora Kalunga: E a escola é perto?

Liderança: A escola está bem no centro do Território, está na sede. E aqui no caso por aqui na circu... no entorno dava pra ter uns 20 e tanto alunos.

Poderia conseguir aumentar até duas salas. Pelo número de alunos que tem aqui no entorno. Mas ai os pais não levam né. É uma parte de não querer que os Quilombos sejam... O que mais fala aí é que isso não é nosso que, é isso sempre nesse viés da discriminação.

Entrevistadora: E tem muitas crianças, adolescente em idade escolar na Comunidade?

Liderança: Não, tem poucos, tem mais é velhos, na nossa Comunidade mesmo tem mais é idoso né, mais adulto, mas as Comunidades do entorno, entorno do Território né, tem bastante crianças.

Facilitadora Kalunga: A parte cultural, vocês tem momentos de lazer com festas folias alguma coisa assim?

Liderança: A gente no ano retrasado tentou recuperar a festa de Santo Antonio, foi uma festa muito bonita, outra vez a gente fez uma festa de Santa Luzia pra celebrar a vinda da luz, foi uma festa extraordinária dessas coisas mais populares né. Dessas expressões mais populares. A festa de Santo Antonio foi resultado a gente escreveu um projeto no FEC, ai foi de recuperação das tradições antigas, foi um ano muito bom de muitos encontros, toda quarta-feira a gente se encontrava e fazia ensaios e fazia oficinas né, tanto de construção de instrumentos, tanto de recuperação de tradições e manifestações populares, mas agora está mais quieto.

Facilitadora Kalunga: Vocês recebem pessoas de fora que queiram conhecer sobre a cultura e história de vocês?

Liderança: Recebe, recebe escola, principalmente escolas né. Ai a tradição que mais conservou que mais passa é a parte do cacau. Porque aqui tem plantação de cacau dentro das matas desde as origens né. Ai uma coisa que ficou bem na identidade da Comunidade, e é uma coisa que

repassa que o pessoal gosta de ir no meio da mata ver o chocolate, experimentar o chocolate que fazem, as cocadas.

Facilitadora Kalunga: Vocês fazem chocolate ai?

Liderança: Cocada, chocolate artesanal. É muito bom!

Facilitadora Kalunga: Eu sou Quilombola, sou Kalunga aqui da região goiana. Eu entendo um pouco até fiquei arrepiada coma a história, você contando e tudo mais e eu entendo assim. Eu entendo o que vocês passaram e passam até hoje porque eu enquanto mulher negra Quilombola, o nosso dialeto as vezes incomoda, a gente é chamado as vezes de “ da roça” e tudo mais. Então é a questão da empatia, você estava falando aqui e eu ficando arrepiada a todo momento.

Entrevistadora: Rosa, você quer falar mais alguma coisa que eu não perguntei mas que é importante de registrar ?

Liderança: Eu vou passar pro Jurandir porque ele tem alguma coisa a dizer.

Sr. Jurandir é um homem negro, casado, sua voz tem uma doçura e uma força que emociona a qualquer pessoa. Não teve oportunidade de estudar vive da agricultura e sobrevive com a aposentadoria.

Entrevistadora: O senhor acha que de todos esses conflitos já mencionados pela Dona Rosa, qual foi o que teve maior tensão?

Liderança: De tensão maior foi o do Gado, na época que eles veio com jagunço né. E depois quando eles veio atacar a gente aqui. O do gado foi em 2013.

Entrevistadora: O senhor acha que o racismo influencia nesses conflitos?

Liderança: Ah sim, eles oia muito isso e fica sempre atacando por essa parte.

Entrevistadora: O senhor já sofreu quais tipos de violência? Eu coloquei aqui física, verbal, psicológica.

Liderança: Aí é o seguinte: na hora que a gente ta nos canto ai vê eles comentando né – Ah esses negro é tudo ladrão, está roubando a terra dos outros, então ninguém pode confiar neles. Então se a gente leva qualquer coisa na feira pra vender se fala que é do Quilombo ai ninguém quer comprar, aí fica lá só empurrando com a barriga e ..

Entrevistadora: O senhor já foi agredido fisicamente?

Liderança: Assim, pra me xingar direto não, mas a gente vê a gente está nos canto escuta eles falando. Aí aquilo machuca porque a gente somos pobre mas não somos esse tipo de gente que eles falam né. Ainda mais que eu tive em Belo Horizonte um bom tempo eu tive outro tipo de

vida pra poder saber, lutar com o pessoal mesmo sendo analfabeto, mais lutar com o pessoal, trabalhar em empresa então é uma coisa que a gente sente muito porque lá fora não tinha isso e aqui é o que a gente mais vê. Até com as mesma família algumas que tá do lado dos fazendeiros aí fica alando que : - eles tá roubando tá roubando... Mas porque tá do lado dos fazendeiros dando apoiando os fazendeiros e estão aqui dentro, vivendo aqui dentro e a gente tem que aguentar né?

Entrevistadora: E o senhor já foi impedido de entrar em algum órgão público pra reclamar algum direito da Comunidade?

Liderança: Assim, impedido não. Todos que eu chegava não tive impedimento não. Assim, às vezes vem aqui em casa fazer alguma entrevista ou conversar sobre coisa de horta ou da roça, mas você vê que eles dá importância pra aqueles que tem mais dinheiro, que não é do Quilombo. Pra gente mesmo eles falam ali por falar mas nunca dá seguimento no trabalho que eles promete.

Entrevistadora: Sr Jurandir, eu sei que vocês acabaram entrando no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, mas chegaram a procurar ou tomar alguma outra providência para se defender?

Liderança: Não, foi só nos Direitos Humanos mesmo e as Câmeras que a Rosa falou que os Direitos Humanos forneceu pra gente. Mas isso aí, aí a gente encarou de verdade assim porque teve o pessoal da fronteira aí do Consulado que queria que a gente saísse do Brasil né, porque a gente teve aí em Belo Horizonte e eles pediram pra mim e a Rosa ir embora sumir que eles iam matar nós. Ai eu pensei mais a Rosa assim... Uai a gente sai corrido? Vai largando tudo pra trás? Oh Rosa Vamos enfrentar! Vamos! Aí por fim fomos embora não, fiquemos aqui mesmo. Se tiver que matar vai matar aqui mesmo.

Entrevistadora: A dona Rosa já falou que vocês tiveram que abandonar a sua residência.

Liderança: É eu fiquei na casa de meu pai 6 meses, a gente tava muito machucado, muito quebrado mesmo de pau então, eu quis ficar na casa dele e aí depois peguei uma pessoa e coloquei aqui pra ir cuidando dos bichos pra mim. Depois eu voltei pra casa de novo.

Entrevistadora: Além do senhor e da dona Rosa outras pessoas também já sofreram esses tipos de violência, ameaças?

Liderança: É tem pessoas que já sofreu esse tipo de ameaça verbal né, chamar de negro, macaco, negro enferrujado é então já sofreu isso. Verdadeiro, vendo da fazendeira falar. Isso foi em 2013 na época do Gado né. Mas a gente vai empurrando com a barriga e vai passando né?

Entrevistadora: Sr. Jurandir como essa situação de violência afeta sua saúde, seu dia a dia?

Liderança: Aí é complicado né, porque a gente às vezes você não pode. Assim que nem no meu caso eu to na roça, aí fico assim: se um cachorro late eu já to olhando quem é que vem ali se tem alguém em roda, então a gente não trabalha sossegado. Se for alguém que a gente conhece aí fica mais tranquilo.

Entrevistadora: O senhor já teve pesadelos?

Liderança: Isso aí eu não tive pesadelo de acordar no meio da noite não. Eu fico muito tempo acordado, as vezes a Rosa vai dormir eu fico acordado né. As vezes eu cochilo antes, um pouquinho, que ela tá aqui, aí eu cochilo um pouco antes. Aí se ela vai dormir eu fico, quando eu vou dormir aí eu fico sem sono. Aí eu até 2 horas acordado aí eu vejo que está tudo quieto aí eu acabo dormindo.

Entrevistadora: Vou fazer algumas perguntas sobre problemas de saúde diagnosticados O senhor tem pressão alta?

Liderança: Tenho uns 8 anos

Entrevistadora: Crise de Ansiedade? Coração acelerado, peito apertado?

Liderança: Aham, isso aí sempre né. As vezes a gente está assim quando pensa que não bate aquela tristeza aquela angustia assim. A gente fica lembrando aquelas coisas e vai indo pede a Deus e tenta esquecer de novo.

E caso de depressão foi diagnosticado? Toma remédios?

Liderança: Sim, tomo remédio. Isso tem uns 3 anos pra cá e a gente tá tomando pra ver se acalma mais.

Entrevistadora: O senhor já teve algum problema no estômago? Gastrite essas coisas?

Liderança: Não

Entrevistadora: Derrame?

Liderança: Isso aí não, a única coisa que eu tive agora de um ano e pouco mais ou menos é a trombose. Aí que atacou bastante agora e eu tomo remédio muito caro então esse remédio tem que tomar diariamente todo dia e agora vem outra coisa que está acontecendo é com a dor no braço que eu não to conseguindo trabalhar, até pra dormir tá ruim, se eu vou pegar um animal não guento jogar de ponta cabeça o animal pra poder pegar. O braço direito a mão não ajuda.

Entrevistadora: O remédio pra Trombose o senhor consegue pelo SUS?

Liderança: Não, tem que desembolsar tudo mesmo. São 50 comprimidos, 60 comprimidos trezentos e vinte reais. O da pressão alta eu pego no postinho, aí tem horas que eu fico sem tempo de esperar no postinho, porque a gente vai lá e tem dia que não tem, aí eu vou na farmácia compro duas, três caixinhas logo de uma vez.

Entrevistadora: E o tratamento, o senhor conseguiu pelo SUS?

Liderança: Foi pelo SUS, depois o SUS aqui demora tanto aí a gente vai no médico particular faz a consulta e ele receita o remédio. Aí o remédio de 6 em 6 meses eu tenho que ir lá pra ver a consulta de novo pra mode ele ver se é aquele mesmo. Mas sempre o médico falou que não vai troca de remédio não, quem tem que ser aquele mesmo direto.

Entrevistadora: O tratamento pela rede privada é no município ou tem que se deslocar para muito longe?

Liderança: Não, é aqui em Almenara mesmo.

Entrevistadora: O senhor faz uso de alguma prática tradicional de saúde como uso de ervas, benzimento?

Liderança: Não, esse tipo de benzimento não aprendi não. Remédio de planta a gente faz sim. Por sinal a gente sempre vai e pega, eu vou em Belo Horizonte tem um pau aí que a gente tira as casacas põe na, pra fazer as garrafadas. A gente sempre tá tomando.

Entrevistadora: Queria saber se o senhor tem algo a mais pra falar, que considera ser importante?

Liderança: Eu acho que talvez, que tem coisa que a gente fez pra levantar a Comunidade, por em pé que nem a gente tá hoje aí tem gente que é contra que fica querendo derrubar. Então, o que a gente lutou pra poder conseguir fazer a Comunidade estar de pé até hoje então aí muda de diretoria e tal, aí cê vê gente chegando dando palpite derrubando tudo que a gente fez aí a Comunidade parou sabe? Não tá adiantando, seguindo pra frente o que era pra ir , então tá parado. Tem um ano e meio tá parada, então isso é que mais machuca a gente. Cê vê que cê lutou, trabalhou pra deixar e hoje cê vê parado. Mais isso aí a gente vamos empurrando com a barriga até um dia que Deus ajuda que a gente cosegui vê ela de pé de novo.

Entrevistadora: Há quanto tempo o senhor saiu da presidência da Associação?

Liderança: Há um ano e meio

Facilitadora Kalunga: E o senhor mesmo tendo saído acaba sofrendo com essa situação de ver que essa atitude não é a atitude que pensa no coletivo né?

Liderança: Isso, isso, porque a gente queria fazer, quis fazer o coletivo né. E hoje o pessoal acha que mais o individual, então aí tem aquelas pessoas de fora que não vem aqui, não trabaiá, não mora aqui dentro e fica dando palpite e ai as pessoa acham que está certo aquilo, mais não é assim. Agente não quer, vamos supor eu não quero só pra mim eu quero, queria que Deus ajudasse de acontecer de bom eu queria pra todo mundo.

Facilitadora Kalunga: Vocês chegaram a criar um regimento interno? E esse regimento segue até hoje?

Liderança: Segue mais o Presidente não tem assim aquele impulso de fazer acontecer sabe? Ele fala uma coisa hoje quando chega amanhã ele num, pra ele nem falou mais.

Entrevistadora: Eu não tenho como pagar pela satisfação de estar ouvindo vocês.

Liderança: Não tem que agradecer nada, a gente que agradece.

Entrevistadora: O nó na garganta impede de expressar meus sentimentos, toda ancestralidade esteve presente nessa mais de uma hora de conversa, e ao desligar o telefone me permiti sentir tudo aquilo e ser território de águas. Águas que cicatrizam feridas coloniais. Fico no coração com o que diz Carla Akotirene em seu livro Interseccionalidades: “No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano”.

APÊNDICE D – ENTREVISTA QUILOMBO CARRASCO

Entrevista: Quilombo Carrasco

Data: 17 de Fevereiro de 2020

Meio: Chamada Telefônica

Liderança: Boa Noite!

Entrevistadora: É a Ana Paula, Tudo bem?

Liderança: Tudo!

Entrevistadora: Então deixa eu fazer uma apresentação aqui rapidinha, você tá com um tempinho, como é que você esta de tempo?

Liderança: Pode Falar .

Entrevistadora: Tá. Eu estou fazendo, como eu te falei, um mestrado pela Fiocruz de Brasília em Políticas Públicas em Saúde, e ai eu decidi e conversei com outras lideranças que seria interessante a gente falar sobre essa questão dos conflitos fundiários e como eles tem afetado a saúde das nossas lideranças. O meu projeto já foi aprovado e agora eu pretendo defender essa pesquisa agora ate agosto. E ai eu fiz um roteiro para uma entrevista, ele é curto mas tem o espaço para você falar o que você sentir vontade e se você não se sentir a vontade para falar alguma coisa, ou dar alguma resposta, é livre tá bom? A gente respeita. Eu trabalhei durante oito anos na Secretaria da Igualdade Racial, na Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, eu fazia o acolhimento das denúncias de racismo, de violações a direitos as Comunidades tradicionais e quando o setor acabou, foi fechado pelo governo do Michel Temer, eu resolvi continuar atendendo. Então eu faço meio que um trabalho voluntário, auxiliando quando tem algum conflito eu dou uma força para fazer um ofício dar um encaminhamento e agora eu estou aqui com mais esse desafio da gente tentar fazer uma pesquisa e trazer benefícios para as nossas Comunidades. Então eu vou começar, tá bom?

Entrevistadora: A sua Comunidade é o Quilombo do Carrasco né?

Liderança: Isso Quilombo Carrasco, em Arapiraca.

Entrevistadora: São Quantas famílias aproximadamente?

Liderança: 315

Entrevistadora: Nossa é grande o seu território né?

Liderança: É um pouquinho

Entrevistadora: Ah te falar eu estou aqui com uma colega ela é da Comunidade Kalunga, Quilombo Kalunga do Goiás, é a Nahiane ela vai dar uma ajudinha aqui pra gente, tá bom?

Liderança: Tá ok

Facilitadora Kalunga: Boa noite dona Genilda, tudo bem?

Liderança: Boa noite, tudo!

Entrevistadora: Hein Genilda a sua cor, você se declara preta, parda, branca?

Liderança: Negra

Entrevistadora: Sim, seu estado civil: solteira, casada, união estável?

Liderança: Casada

Entrevistadora: Grau de escolaridade?

Liderança: Ensino médio completo

Entrevistadora: Você esta trabalhando Genilda? Esta desempregada? Qual a profissão que você exerce?

Liderança: Agricultora

Entrevistadora: A renda ai é até mais ou menos quantos salários?

Liderança: Nenhum, a renda aqui é só com o que dá com o bolsa família nos dá

Entrevistadora: Hum entendi! E essa é a realidade de muita gente ai do território?

Liderança: 90%

Entrevistadora: Nossa! E o tempo de moradia que predomina é tijolo, madeira ou outro tipo?

Liderança: Tijolo

Entrevistadora: Deixa eu te perguntar agora sobre os conflitos, como é que se encontra o processo de titulação da sua Comunidade?

Liderança: O processo daqui ainda esta no Incra, mas a gente já enfrentou alguns conflitos, como posso dizer, psicológico. Tipo assim: quer morrer, colocando a Comunidade contra onde deixa a gente preocupada, nervoso né e a gente vai ficando doente, eu adquiri alguns tipos de doenças que já é típica da nossa etnia como diabetes, depressão uma série coisa que a gente vive, a preocupação do território porque se não sendo titulado as pessoas permanecem como estão onde na pobreza não na vida miserável, né porque a pobreza ainda é uma coisa mas a gente a maioria dos quilombos pelo menos aqui em Alagoas vive em uma situação de miserabilidade, e os conflitos sobre as terras é o pior deles.

Entrevistadora: Entendo

Liderança: Tudo do povo, aqui em Alagoas falou em terra a coisa é mais séria, então o problema da gente aqui com conflito de terra é realmente psicológico mesmo

Entrevistadora: Há ou houveram muitas invasões no território da Comunidade?

Liderança: Invasão do Quilombo não tem, mas tem pessoas que tem terreno no quilombo que não é do quilombo, essas pessoas é que fazem os conflitos, são as pessoas que articulam, que forma entidade que coloca alguns da Comunidade contra pessoas da própria Comunidade, os conflitos é esses.

Entrevistadora: Entendi.

Liderança: Nesse Quilombo né mas em outros Quilombos...fala interrompida... porque eu represento as mulheres dos Quilombos de Alagoas, o conflito é bem diferente, até própria mulher do Incra que é a Keila ela saiu de uma Comunidade escoltada pela Polícia Federal porque foi ameaçada com arma nela mesmo.

Entrevistadora: Nossa, é difícil, hein

Liderança: Aí a liderança de lá ela teve um problema muito sério ficou muito nervosa, o pai dela adoeceu foi parar no hospital, a Comunidade ficou muito temerosa. O conflito aqui é grande.

Entrevistadora: Nossa é bem violento. E qual o momento, teve assim algum momento em que você identifica de maior tensão que vocês tenham sofrido nesses últimos anos?

Liderança: São as políticas como um todo, estamos voltando a estaca zero, um retrocesso nos Quilombos muito grande, onde a violência doméstica, a violência psicológica, a violência sexual, o racismo, a discriminação é grande.

Entrevistadora: Nossa até violência sexual, é engraçado né que a mulher sempre esta, não importa a posição né, sempre tendo o corpo como território.

Liderança: Exato

Entrevistadora: E ai você né até que acabou apontando assim que acha que o racismo acaba agravando essas questões dos conflitos

Liderança: Esse é um dos piores fatores né, porque assim aqui em Alagoas negro e negra né negra só serve pra cama ou pra pinqueira que é que nem eles falam, a terra tem que ser para os fazendeiros e pessoas brancas para que o negro possa trabalhar pra eles.

Entrevistadora: Ai que difícil. E você por ser uma liderança, você já sofreu algum tipo de violência física, verbal, psicológica?

Liderança: Violência Física não, mas psicológica sim e por ser mulher pior ainda.

Entrevistadora: Já foi xingada, tipo assim? ou algum outro tipo de agressão verbal?

Liderança: Com palavras agressivas, com palavras desestruturantes que as vezes desanima a gente, e muitas vezes eu

(a Ligação ficou ruim, ela não estava ouvindo, foi feito uma nova chamada)

(Nova chamada)

Entrevistadora: Retomando aqui, então você estava falando que acaba sofrendo um tipo de violência através de palavras que desestimulam né?

Liderança: Aham, palavras que nos deixa às vezes sem vontade de continuar a luta

Entrevistadora: Imagino. E você já foi impedida de entrar em algum órgão público ou teve algum acesso a serviço ou algum direito negado?

Liderança: Eu não, mas teve pessoas que sim porque eu acho que o povo não gosta muito não de bater de cara comigo.

Entrevistadora: Outras pessoas da Comunidade né?

Liderança: É já teve sim, já teve caso de ser acusado de roubo. Segundo ela, por causa da cor

Entrevistadora: Nossa, pesado né!

Liderança: É pesado

Entrevistadora: E quanto a esses tipos de violências assim ou essas violações de direito vocês já tiveram que adotar alguma providência? Pedir algum tipo de proteção por ameaças?

Liderança: Sim, não aqui no Quilombo como o processo tá só aberto ainda não veio fazer o IDRDR sei lá.

Entrevistadora: RTID.

Liderança:...(*ligação muda*)... lá na minha Comunidade teve só as ameaças de falatório né: de morrer, se mexer morre, se não tem medo de morrer, é mulher não pode tá fazendo isso é esses tipos de coisas.

Entrevistadora: Aham!

Liderança: Só que eu dei o meu recado né! Mas em outras Comunidades sim a companheira já teve que ter proteção da polícia federal.

Entrevistadora: Mas você especificamente ou alguém da sua Comunidade? não né? não chegou a esse extremo?

Genilda: Conflito diretamente nunca tive nenhuma ameaça.

Entrevistadora: Aham, tá, é então assim você ou alguma outra liderança que você tenha conhecimento já teve que abandonar a residência ou território por sofrer algum tipo de ameaça? Assim se sentir ameaçado e tentar ir pra outro é ...

Liderança: Sim a companheira lá do Quilombo Cajai Batalha ela passou um tempo fora de casa, com medo dos fazendeiros lá.

Entrevistadora: Aham. E esse Quilombo fica em outro território né?

Liderança: É outra cidade.

Entrevistadora: Entendi.

Liderança: Como eu represento de todo o Estado aí sempre sou convocada e também faço parte do Conselho de Igualdade Racial.

Entrevistadora: Olha que maravilha!

Liderança: Aí sempre sou convocada em alguns conflitos de algumas coisas acho que por isso que o conflito não vem muito pra cá.

Entrevistadora: Ah que legal, então eu vou até abrir o meu questionário e colocar que você é liderança no Estado né.

(Ligação ficou muda)

Entrevistadora: Vocês já tiveram que solicitar proteção no programa dos Direitos Humanos para alguma liderança aí e desses outros territórios?

Liderança: Sim, em alguns casos a gente foi pra justiça mesmo, no caso de racismo por exemplo, no caso da companheira lá de batalha a gente teve que ir pra Justiça Federal pro MPF aqui, a gente teve que ela como um todo né porque lá o território dela não é como o meu aqui, o meu é praticamente famílias Quilombolas, tem poucas pessoas que não é mas não tem esse terreno todo, e lá o quilombo dela é completamente de fazendeiros, e os fazendeiros é meio que umas famílias de

(Ligação ficou muda)

Entrevistadora: Alô!

Liderança: O nosso território é entre famílias de Quilombo.

Entrevistadora: Sim, o seu né?

Liderança: A posse maior é das famílias. São pequenos territoriazinhos de cada família, na Comunidade de Cajá é diferente, lá é dotado por fazendeiros, são divididos entre 36 famílias dentro.

(Ligação ficou muda)

Entrevistadora: Alô!

Liderança: São pistoleiros.

Entrevistadora: É quase que uma casa grande né?

Liderança: Isso.

Entrevistadora: Que absurdo!

Liderança: Mas a gente enfrentou junto com a Keila lá do INCRA, o Elias e a gente entrou em um consenso, a gente não sabe se eles baixaram a guarda um pouquinho ou se ainda vão fazer algo com a liderança, mas ela tá sobre proteção.

Entrevistadora: Tá. Nossa que difícil então ela já sofreu ameaças né?

Liderança: É ela teve que mudar telefone, teve que mudar e-mail, teve que passar um tempo em outra cidade, ela esta na casa dela, mas esta com proteção da Polícia Federal, se ela tiver que sair ela tem que comunicar que tá saindo de dentro de casa pra outro local pra que seja protegida.

Entrevistadora: Nossa! E já tem muito tempo que ela tá assim?

Liderança: Tem, tem uns dois anos já.

Entrevistadora: Nossa!

Liderança: É por que o processo do INCRA aqui ele demora demais.

Entrevistadora: Demora, é em todo país mulher. E tem uns que a gente não tem mais nem expectativa, nem esperança de sair. Mas a gente mantém a fé.

Liderança: Eu sou otimista, eu só sou revoltada um pouco, somos a população maior desse país e somos dominados por pessoas que são brancos, no que dizem eles porque brasileiro não existe brasileiro branco, nem preto nem pardo, nos somos um misto.

Entrevistadora: Não! E população negra e parda é maioria né! A minoria são os brancos.

Liderança: Exatamente, eu tava dizendo que *(ficou muda a ligação, em alguns segundos retomou)* domina o país porque se nós somos a maioria a maioria vence.

Entrevistadora: Exatamente!

Liderança: Mas infelizmente temos negros como o que tá na Palmares que acha que é branco.

Entrevistadora: É, exatamente!

Liderança: Desculpa, eu falo muito.

Entrevistadora: Não, tem que falar mulher, aproveita (risos) eu estou amando. Hein Genilda e como a situação de violência afeta o seu dia-a-dia?

Liderança: Psicológica, *(ligação cortou)*, outras desistiram do processo. Tem outras Comunidades que se tornaram indígenas, dizem que são indígenas agora não são mais Quilombolas.

Entrevistadora: Oxente! Como é que é isso?

(Ligação ficou muda)

Entrevistadora: Oi, alô?

Liderança: Eu to te ouvindo legal.

Entrevistadora: Não, é porque cortou. Você falou que algumas Comunidades já desistiram do processo de titulação, isso é engraçado porque nessa pesquisa que eu estou fazendo, durante esse processo assim de reconhecimento muitas Comunidades por sofrerem por dizer que eram Quilombolas, falavam que eram camponesas, que era terra de preto mas o termo quilombo assim carregava um peso. que poderia ser uma forma até de virar escudo né pra poder não ser

perseguido, e o engraçado é que isso é no Estado, e no Estado em que foi um exemplo pra gente ainda persistir né.

Liderança: É verdade, e tem muitos deles que ainda falam assim se nós continuarmos dizermos que é Quilombola ou que é negro a gente vai voltar a ser escravo.

Entrevistadora: Nossa que dor que isso dá, meu Deus.

Liderança: Isso porque acredita que fundou esse país com (ligação ficou muda) por causa da mão de obra negra é revoltante.

Entrevistadora: É muito, é muito revoltante.

Liderança: Mas a gente, a gente não, vou falar por mim, eu entendo o porque. Aos meus 15, 16 anos eu parei de estudar, eu parei de estudar por sofrer racismo, e por acreditar que (ligação ficou muda) na época em que estudava e parei de estudar é porque, a gente parou de estudar porque os brancos dizem que a gente ia estudar pra que? Se só vai servir para a cozinha do povo. Pra ser piniqueira, aqui em Alagoas a discriminação é grande.

Entrevistadora: Mulher de Deus!

Liderança: Não tá disfarçado não, tá claramente. Eu se eu for contar o relato do que acontece aqui em Alagoas dá pra fazer um livro.

Entrevistadora: Nossa, pois bora fazer um livro desse trem (risos).

Eu sei do que você está falando, a minha irmã mais velha ela da família lá de casa a única com a pele retinta mesmo né, bem preta e ela não conseguiu terminar o ensino fundamental por que era da hora que ela saia lá de casa até a hora em que ela voltava, era um tal de “nega do cabelo duro”, era discriminação da própria professora e isso, nossa como dói isso na gente, como isso afeta.

Liderança: é, nega do cabelo de Bombril.

Entrevistadora: é desse jeito, nossa a minha irmã não conseguiu estudar, e ai era o que? ”a neguinha preguiçosa”, ah é difícil, nossa eu me solidarizo com o que você esta falando demais.

Liderança: Eu voltei a estudar depois de casada, depois ter filhos é que eu fui concluir, foi quando eu já comecei a entender um pouco e valorizar e saber que esse País hoje é o que é porque os meus antepassados lutaram pra isso, levando chicote.

Entrevistadora: Isso mesmo.

Liderança: Então eu sou herança dessa gente, não sou herdeira de piniqueira não.

Entrevistadora: Boa! É isso mesmo.

Liderança: O nosso povo vieram pro Brasil foi enganado foi falsa ilusão, não foi pessoas que vieram analfabetas não, sem saber o que tavam fazendo não foram enganados mas eles sabiam, tanto que construíram o império que é hoje.

Entrevistadora: Sim, com certeza!

Liderança: Então segundo os nossos avós, pais falam que a gente veio somos descendentes de Angola e foram um povo que não era analfabeto.

Entrevistadora: Olha.

Liderança: E chegaram no Brasil para ser escravizado, ninguém é filho de escravo, por isso que eu digo pessoas escravizadas.

Entrevistadora: Isso mesmo!

Liderança: portanto eu tenho orgulho da pele e orgulho do que eu sou.

Entrevistadora: Ai que lindo.

Liderança: Isso é pra lutar pelo aquilo que é meu de direito eu vou lutar, por que morrer lutando é honrar o meu bisavô, os meus bisavôs e os meus antepassados.

Entrevistadora: Ai que linda que você é Genilda.

Liderança: O que precisa hoje é os negros fazerem o que fizeram no passado, se unirem para se liberar, porque a gente não é escravo de senzala hoje, mas da arrogância e da falta de respeito dessas pessoas que acham que são melhores que a gente. Eu não sou melhor e nem pior do que ninguém, sou ser humano igual a qualquer um a única diferença é a cor da minha pele.

Entrevistadora: Com certeza. Que é linda!

Liderança: Eu me amo!

Entrevistadora: Nossa, eu estou te amando mulher.

Liderança: Pois é, vive grandes baques na vida.

Entrevistadora: não é fácil não.

(Ligação ficou ruim)

Liderança: Desculpa ai é porque tem um gato aqui querendo pegar o gatinho da minha filha.

Liderança: Oi

Entrevistadora: Tá então essas situações assim de violência né você sente que afeta o seu dia a dia? A sua saúde? E de que maneira assim?

(Ligação ficou muda)

Liderança: Não te ouvi.

Entrevistadora: Como que essa situação de violência que você expôs pra gente, desde a infância e depois que você se torna liderança, ai no seu Estado, como que isso afeta na sua saúde? Que você entende assim...

Liderança: Hoje é menos, não é tanto mas...

(Ligação ficou muda)

Entrevistadora: Alô?

Liderança: pra qualquer local, deixei a escola, quando você está no meio do povo sabe, o que é você ter pânico, pessoas falando que você é inferior a ela, esse tipo de violência. Esses tipos de violência que a gente entra em pânico quando tá no meio de pessoas, achando e ouvindo coisas que a mente da gente também produz pelo que sofre, que é você não merece tá aqui nesse meio, você não deve fazer isso.

(Ligação ficou muda)

Entrevistadora: Alô?

Liderança: Oi eu to te ouvindo.

Entrevistadora: Eu te ouço agora.

Liderança: To falando assim que a violência que a gente sofre, sentia e sente não muito como antes é esse medo de tá no meio das pessoas por que se sente excluído, fala que a gente não tem direito de tá ali, que aquele lugar não é pra negro, que negro tem que ficar na cozinha, negro só é pra ir pro cabo da enxada, violência psicológica eu digo que é a síndrome do pânico né, que a gente se sente mal quando esta no meio das pessoas, porque esta sentindo no olhar daquela pessoa lhe recriminando, lhe botando como inferior, todas essas violências que fazem muitos meninos não ir pra escola, não permanecer na sala de aula, chegar em casa chorando, eu tive que enfrentar um vice diretor aqui da Comunidade, ele chamou um menino de macaco, esse tipo de violência que nos deixa pra baixo quando a gente não tem o conhecimento de quem a gente é, e do que a gente pode ser só basta gente querer, não aquela pessoa não pode nos deixar pra baixo, ela não é melhor do que a gente.

Entrevistadora: Deixa eu te perguntar, vou citar aqui alguns problemas de saúde e você me diga se você foi diagnosticada, ou se tem muita prevalência na sua Comunidade, de diagnóstico médico mesmo e se tem muito tempo: Hipertensão, pressão alta?

Liderança: 80%

Entrevistadora: Eita, e você tem?

Liderança: Tenho, eu e a minha Comunidade quase toda.

Entrevistadora: Ansiedade já foi diagnosticado?

Liderança: Muitas pessoas, muitas.

Entrevistadora: Depressão?

Liderança: Também.

Entrevistadora: E já teve assim problemas gástricos?

Liderança: Também. Aquele remédio tarja preta aqui muita gente usa.

Facilitadora Kalunga: Fluoxetina?

Liderança: Huhumm, Rivotril.

Entrevistadora: Rivotril.

Liderança: Isso, tem muitas pessoas usando para controlar a depressão sem contar aquelas...

Entrevistadora: Alô?

Liderança: Tem muitos diabéticos (*interrupção*) se você falar, eu vou logo dizendo.

Entrevistadora: Diabéticos. Problemas gastrointestinais?

Liderança: Maioria, no Omeprazol.

Entrevistadora: Derrame?

Liderança: (*interrupção*) algum, aqui só não teve mesmo a doença diagno...

Entrevistadora: Diagnosticado.

Liderança: É. Anemia falciforme. Graças a Deus, nem o quilombo aqui, a gente teve esse perfil de pessoas que têm essa doença.

Entrevistadora: Que bom, porque que doencinha terrível.

Facilitadora Kalunga: Essa é.

Liderança: Já teve pessoas no estado, mas não de dentro de quilombo.

Entrevistadora: Muito bom esse dado. Derrame? Ataque cardíaco?

Liderança: Várias pessoas já sofreram e morreram por isso.

Entrevistadora: Vários óbitos. Problemas psiquiátricos, tem algum diagnosticado?

Liderança: Sim.

Entrevistadora: Tem algum outro além de diabetes, que você falou também?

Liderança: Tem glaucoma - muita gente que sofre - que é uma doença que vem, segundo os estudos que eu tenho conhecimento. Mais essa. Problema de... é eclampse pós e antes do parto.

Entrevistadora: E tem muita parteira ou vocês têm fácil acesso...

Liderança: (*interrupção*) demais.

Entrevistadora: Como?

Liderança: A última morreu há mais de 20 anos. Tem algumas que sabem, mas aqui, acompanhado... que a gente conseguiu, aqui para o quilombo, uma unidade de saúde, e neste caso, é acompanhado direitinho, e pré-natal direitinho.

Entrevistadora: E há algum agente comunitário assistindo a Comunidade, que vai aí e tem frequência?

Liderança: Tem agente de saúde da própria Comunidade, é pior do que os de fora.

Entrevistadora: Tem agente?

Liderança: *(interrupção)* como deve *(interrupção)*.

Entrevistadora: Como?

Liderança: Eles não fazem a visita como devem. Quando a gente pega uns conflitos aqui, que eles não vão muito com a minha cara, porque eu sou de ver o errado e reclamar mesmo, gosto de quem gosta de mim, mas se não gostar, o resto não me interessa.

Entrevistadora: Mas tem Agente Comunitário de Saúde indo aí?

Liderança: Tem. Aqui na Comunidade, tem sim. Tem a unidade de saúde aqui na Comunidade.

Entrevistadora: Tem uma Unidade Básica aí?

Liderança: Tem, (PSF).

Entrevistadora: Na Comunidade?

Liderança: Na Comunidade.

Entrevistadora: Saúde da família, ótimo. E vocês...

Liderança: Foi uma luta que a gente conseguiu.

Entrevistadora: Que legal. E vocês fazem uso também de alguma outra prática tradicional de cuidado à saúde?

Liderança: Uhum.

Entrevistadora: Ainda tem esse hábito de usar das ervas? Benzimento?

Liderança: Até a Unidade de Saúde da gente, já tem, reivindicou que ele faça uma horta medicinal. Na escola daqui também, a gente conseguiu...

Entrevistadora: Alô?

Liderança: *(interrupção)* conhecimento da população.

Entrevistadora: Na escola tem?

Liderança: A gente tem também aqui uma escola em tempo integral, as crianças vão de manhã e só voltam à tarde.

Entrevistadora: Que legal. É no território?

Liderança: No território.

Entrevistadora: E atende, mais ou menos, quantas crianças? Até ensino médio?

Liderança: Não, até o fundamental.

Facilitadora Kalunga: Alô?

Entrevistadora: Alô?

Liderança: O ensino fundamental.

Entrevistadora: E tem muitas crianças aí?

Liderança: Tem umas 500. Tem um bocado de criança aqui, mulher que gosta muito de parir.

Liderança: É, só um pouquinho.

Entrevistadora: Deixa eu te fazer uma outra pergunta aqui. Esses quadros de hipertensão, ansiedade, depressão, vocês conseguem tratamento para essas enfermidades quando são diagnosticadas?

Liderança: Sim. *(interrupção)*

Liderança: *(interrupção)* falar *(interrupção)*. Tem um acompanhamento com a Unidade de Saúde aqui, tem um grupo de hipertensos, tem um grupo de diabéticos, tem um grupo de doenças mentais. A gente trabalha aqui com vários tipos de grupo.

Entrevistadora: Tem Psicólogo?

Liderança: É encaminhado para tudo isso.

Entrevistadora: E tem psicólogo também?

Liderança: Sim. O médico atende, e quando não tem na unidade, ele manda para uma unidade especializada nesse caso.

Entrevistadora: Que legal. Mas aí tem que se deslocar da Comunidade?

Liderança: Uhum.

Entrevistadora: No próprio Município, você encontra? Não tem que ir para outro Estado, outro Município, não?

Liderança: No município, tem um local que tem essas doenças mais... um centro...

Entrevistadora: Alô?

Liderança: *(interrupção)* já sai diretinho para a consulta com o médico na área.

Entrevistadora: Tem um atendimento especializado. Você está fazendo uso de algum medicamento?

Liderança: Sim.

Entrevistadora: Para hipertensão, que você falou.

Liderança: Glibenclamida, Metformina, Insulina - um monte de remédio aqui que eu não quero nem falar.

Entrevistadora: Metformina.

(Ligação ficou muda)

Entrevistadora: Alô?

Liderança: Eu faço mais (*interrupção*).

Entrevistadora: Mas você consegue ir no “postinho”? Na farmácia, pelo SUS?

Liderança: É. Todos os medicamentos - tanto para essa diabetes, para verificar como está a diabetes, aquela fitinha - tudo é gratuito.

Entrevistadora: Que ótimo. E para encerrar - mas aí eu deixo aberto para você falar o que você ainda acha que tem relevância para essa pesquisa - vocês têm algum tipo de dificuldade ou enfrentaram algum tipo de dificuldade para acesso à saúde?

Liderança: Cortou de novo.

Entrevistadora: Oi, está me ouvindo?

Liderança: Ouvi até dificuldade. Ouvi só até aí.

Entrevistadora: Vou repetir. Ao longo dessa sua trajetória como liderança, tem algum ponto que você identifique de dificuldade para a Comunidade estar acessando a assistência à saúde?

Liderança: Sim. A dificuldade de exames mais complexados - mais um pouco de dificuldade só nisso.

Entrevistadora: Exames mais complexos. E você acha que essa dificuldade, às vezes, tem alguma relação com a falta de titulação do território? Se já fosse titulado, você acha que teria mais acesso?

Liderança: Eu acredito que não, pela quantidade daqueles exames específicos.

Entrevistadora: De alta complexidade.

(Ligação ficou muda)

Entrevistadora: Genilda?

Liderança: Oi.

Entrevistadora: O meu questionário acabou aqui, mas aí eu queria deixar aberto. Você acha que tem mais alguma coisa que você que seja relevante para eu colocar nessa pesquisa, que você acha que venha a contribuir para poder a gente fazer uma publicação e que ajude para a sua Comunidade, assim como as outras Comunidades no país? Eu deixo aberto agora para você falar à vontade.

Liderança: Tem, sim. Porque eu acho que, como estou falando de conflito de terra, existe uma coisa que essa pesquisa aí, você não fez a pergunta, sobre a proteção ao meio-ambiente, o motivo das ervas medicinais, o aprendizado como manusear essas ervas, como proteger e replantar elas. Porque, titular um quilombo e não cultivar e defender a sua história e o seu costume, é a mesma coisa que deixar ele sem título nenhum.

Entrevistadora: É verdade.

Liderança: Então, para titular a terra, tem que ter espaço para cultura - tanto da cultura do que comer, como a cultura da dança, a cultura da erva, culturas diversas que tem nos quilombos. Eu acho que uma parte do título da terra é respeitar a particularidade de cada quilombo de acordo com a sua história e a sua especificidade. É isso. Eu acho que isso cabe no seu questionário, não sei se estou falando demais ou querendo (*interrupção*).

Entrevistadora: Vou colocar já isso aqui. Pode até me falar como vocês conseguem preservar ou conseguiram manter essa cultura de vocês, as práticas alimentares, segurança alimentar também dessa questão do saber, de passar conhecimento sobre as ervas, o conhecimento da própria história de vocês.

Liderança: O que é feito aqui, que a gente lutou e luta, é que seja implantado, dentro da unidade de saúde, dentro da escola, as informações; e mostrar a planta que reconheça as crianças, hoje, para que não morra a cultura do povo afrodescendente. A gente faz muito isso. Anualmente, a gente faz um evento aqui onde mostra a cultura da culinária, a cultura da bebida, a cultura da dança e a cultura das plantas medicinais.

Entrevistadora: Que legal. É uma festa anual, um evento?

Liderança: É anual, e feito tanto na Comunidade como na escola. E o foco é a cultura afrodescendente do quilombo.

Entrevistadora: E as outras Comunidades participam?

Liderança: Sim. Como aqui é um quilombo que a escola é grande - tem 12 salas de aula (*interrupção*)- pega mais crianças dos arredores, das Comunidades. As crianças fazem parte da dança, conhecem a cultura, são convidadas as mães, são convidados os pais, para que ela realmente conheça como viva, como vive e como poderão viver as pessoas que, hoje, estão crianças, como (*interrupção*)

Entrevistadora: Alô?

Liderança: (*interrupção*) o futuro delas mesmas.

Entrevistadora: Tem muita pessoa idosa na sua Comunidade ou a maioria é jovem?

Liderança: A maioria é jovem.

Entrevistadora: Bem diferente.

Liderança: As mais idosas, infelizmente, faleceram.

Entrevistadora: Alô?

Liderança: Faleceram nos seus 60 para baixo. Porque 60 anos, já está na adolescência.

Facilitadora Kalunga: E a maioria dos idosos morrem por qual problema de saúde?

Entrevistadora: E quais foram... motivos de doença, essas mortes dos mais idosos, ou é em função mesmo de uma questão geracional?

Liderança: Uns foram de infarto; outros foram com câncer. Essas doenças - a maioria foi infarto.

Entrevistadora: Muitos eram a liderança?

Liderança: Sim, muitos eram. Infelizmente, são aquelas pessoas filhos de escravos que já morreram com 100 e poucos anos, 90 e poucos.

Entrevistadora: Então, a expectativa até que foi alta - a expectativa de vida.

Liderança: Ainda tem neto de escravo vivo. Pessoas escravizadas - tirar esse nome de escravo da minha boca.

Entrevistadora: É, escravizados. Mais alguma coisa...

Liderança: Eu (*interrupção*) escravo, que eu termino falando o que não devia falar.

Entrevistadora: Mas é um exercício que a gente vai fazendo, não é fácil, porque a vida inteira, todo mundo fala: "você é descendente de escravo", e a gente ter que fazer todo esse ...

Liderança: A nossa memória começa a ficar ali afetada naquilo, então a gente acorda e de repente (*interrupção*): "não é assim, tem que mudar".

Entrevistadora: Com certeza.

Liderança: Então, é isso.

Entrevistadora: Tem algo mais... só uma coisa. Você falou que é agricultora. O que vocês produzem mais na Comunidade de vocês?

Liderança: Mandioca, feijão e milho.

Entrevistadora: E vocês conseguem vender isso com facilidade?

Liderança: Não, porque o que a gente planta mais só dá para consumo (*interrupção*) inverno, guardamos para comer no verão.

Entrevistadora: Entendi. E você acha que, nas outras Comunidades, tem esse hábito de ter feira de troca de sementes?

Facilitadora Kalunga: Folia.

Liderança: Não. Hoje, (*interrupção*) feira de trocas, quando a gente quer trocar alguma semente - que tinha feijão - trocava por farinha; quem tinha a farinha, trocava pelo milho, e assim sucessivamente. Hoje, é muito raro ter, porque todos plantam. Eles só fazem na farinhada, quando vai fazer a farinha, aí se eu raspar um balaio ou dois, eu ganho uma cuia de farinha, por exemplo.

Entrevistadora: Entendi.

Liderança: É uma troca só de trabalho, não de mercadoria.

Entrevistadora: Entendi, Genilda.

Facilitadora Kalunga: A festa de...

Entrevistadora: Tem muita festa aí tradicional de folias? Começo do ano, tinha muita folia de reis pelo país inteiro.

Liderança: Nos quilombos, tem esses eventos que eu falo, sempre falando de resgatar a cultura local. No estado todo, tem mais em novembro. Os quilombos não têm festa de padroeiro.

Entrevistadora: Entendi. Então, Genilda, eu queria te agradecer. Alô?

Liderança: (*interrupção*) eu que agradeço. Para mim, isso é uma oportunidade e uma forma de divulgar a necessidade dos quilombos.

Entrevistadora: Na realidade, foi uma honra falar com você, porque a gente vai falando com tantas pessoas, e quando encontra uma mulher como você, liderança num estado, levando força e empoderamento para outras mulheres Quilombolas, dá uma força tão grande para a gente, e dá essa sensação que, sim, a gente vai conseguir, que ainda é possível ter os territórios livres, que a gente ainda vai comemorar muito. Então, eu não sei, não tenho nem palavras para te agradecer o que você está fazendo por mim e pela minha formação. Formação acadêmica, para mim, é um mero papel, é um título; mas o que estou acrescentando na minha vida conversando com você, isso daí eu levo comigo para sempre, não tem título que pague. E aí eu queria te agradecer muito por isso, por essa oportunidade de te conhecer.

Liderança: Eu que lhe agradeço, porque cada Quilombola, cada negro formado, é mais um Quilombola com conhecimento, é mais um Quilombola com força e com garra, e mostrando quem é e de que é capaz, e que não somos os burros que eles dizem que somos. (*interrupção*) oportunidade só, pequena oportunidade, para mostrar a inteligência que temos, e aí esse medo e esses outros (*interrupção*)

Entrevistadora: Alô?

Liderança: (*interrupção*, porque sabem que não são capazes de nos enfrentar em todos os aspectos. Não conseguem iguais na força, não conseguem ser iguais na inteligência. Com todo esse problema de saúde que o negro tem, mas o negro não abaixa a cabeça, ele é sempre lutador e sempre corre atrás. E cada negro formado, eu me sinto honrada com isso também.

Entrevistadora: O meu comprometimento agora é terminar essa pesquisa, a gente vai correr atrás para publicar, porque não é fácil fazer publicação, mas eu vou publicar e vou correr atrás de, de alguma forma, que esse trabalho possa vir ajudar as nossas lideranças, porque, além de gratidão, eu tenho muito respeito - eu aprendi a respeitar os nossos mais velhos e aqueles que têm coragem de lutar por nós. Então, assim que eu concluir, no dia da minha defesa, eu vou fazer chamada de vídeo - eu queria te trazer para Brasília para você me ver; mas se não der, eu vou ligar, vou fazer chamada de vídeo para você participar da minha defesa - e eu vou encadernar essa publicação e vou levar para o seu quilombo.

Liderança: Vai ser uma honra para mim.

Entrevistadora: A honra é toda minha. Então...

Liderança: espero que eu tenha contribuído para você e que essa força de vontade que você tem, você passe para mais outros que estão na faculdade, mais outros que estão estudando, para que eles possam alcançar o seu próprio objetivo e lutar por aquilo que ele tem direito. Você fala...

Entrevistadora: Alô?

Liderança: (*interrupção*) na minha opinião...

Entrevistadora: Alô?

Liderança: Oi.

Entrevistadora: Oi, pode falar.

Liderança: Estou falando aqui: esse conhecimento que você está adquirindo na faculdade, se você passar por outros negros, Quilombolas (*interrupção*) bem, buscar aquilo que (*interrupção*) conseguimos, só basta a gente querer. E encontrar pessoas que nos deem a mão quando a gente está caindo. Tem pessoas que dão a mão: "levanta", e você consegue. Muitas vezes, uma palavra, nos dá força que nem nós mesmos sabíamos que tínhamos.

Entrevistadora: Com certeza.

Liderança: Só de saber que tem Quilombola se formando nesse país - eu não pude me formar, mas eu me sinto orgulhosa quando eu sei que tem Quilombola na faculdade, tem Quilombola fazendo mestrado, tem Quilombola formado, que tem Quilombola médico, que tem Quilombola mostrando que é capaz.

Entrevistadora: Esse título é nosso, é de todo mundo.

Liderança: Pois é. Brasileiro não tem branco, não tem negro, não tem índio; tem uma mistura. Só basta se conscientizar disso.

Entrevistadora: Com certeza. Obrigada pelas palavras.

Liderança: Que dê tudo certo na sua vida, que você consiga seus objetivos, que Deus te abençoe e você faça outras pessoas terem a mesma coragem que você e lutar.

Entrevistadora: Obrigada. Eu me comprometo.

Liderança: Ok.

Entrevistadora: Obrigada, Genilda. Vou deixar agora você descansar um pouquinho, que o seu dia hoje foi puxado.

Liderança: É, porque tem dia... a gente é oito irmãos, e cada dia... tem quatro fora e só tem quatro aqui (*interrupção*) o meu dia.

Entrevistadora: Obrigada demais. Tenha uma boa noite, e aí a gente vai conversando. Não quero mais perder o contato com você, está bom?

Liderança: Fique à vontade.

Facilitadora Kalunga: Boa noite, Genilda.

Liderança: Boa noite para você.

Facilitadora Kalunga: Um abraço.

Liderança: Eu conheci gente do quilombo, só mulher aí, quando fui para Brasília.

Entrevistadora: Dos kalungas.

Facilitadora Kalunga: É?

Entrevistadora: Essa aqui, vai se formar, vai virar Mestre também.

Liderança: Que bom. Siga o exemplo.

Entrevistadora: Vai todo mundo junto.

Facilitadora Kalunga: Juntos, somos fortes.

Liderança: Com certeza.

Entrevistadora: Boa noite, obrigada.

Liderança: Boa noite. De nada.

APÊNDICE E – ENTREVISTA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA TEREZA DO MATUPIRI

Entrevista: Quilombo Comunidade Quilombola Santa Tereza do Matupiri

Data: 17 de Junho de 2020

Meio: Chamada Telefônica

Entrevistadora: Eu sou a Ana Paula, como a gente já tinha conversado. Eu sou estudante de mestrado lá na Fiocruz de Brasília, na linha Saúde e Justiça Social. A minha amiga Nahiane vai participar com a gente, ela é lá da Comunidade Quilombola Kalunga, que fica aqui em Goiás.

Facilitadora Kalunga: Tudo bem com a senhora?

Liderança: Tudo bem.

Facilitadora Kalunga: É um prazer falar com a senhora.

Entrevistadora: Quase internacional.

(Interrupção)

Liderança: Estou aqui bebendo meu cafezinho.

Entrevistadora: Dona Maria Amélia que é chique, olha. Não tem um fio arrepiado.

(Ligação ficou muda)

Liderança: O meu é mistura, sou negra na pele e índia no cabelo.

Facilitadora Kalunga: A minha tia também, tia Augusta, ela tem o cabelo lisinho, coisa mais linda.

Entrevistadora: Eu estava vendo a foto da dona Maria Amélia, toda índia. É uma coisa incrível quando a gente chega na região Norte do país.

Liderança: Sim.

Entrevistadora: É muito engraçado.

Liderança: *(Interrupção)* que a gente fala, essa mistura boa.

Entrevistadora: É gostoso. Dona Maria, eu trabalhei durante sete anos na Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, e trabalhava com acolhimento de denúncias de racismo, intolerância religiosa, e tinha muitas demandas das Comunidades Quilombolas. Quando foi em 2017, a Ouvidoria foi extinta, só que eu continuei com esse compromisso de estar ajudando,

colaborando, porque a gente sabe que os conflitos não param, muito pelo contrário - eles aumentam a cada dia mais. E aí eu entrei no mestrado, e a minha proposta de pesquisa é sobre os conflitos fundiários e como essa onda de violência que vem desses conflitos impacta na saúde das lideranças. Por que eu escolhi falar...

Liderança: É verdade.

Entrevistadora:... com as lideranças? É porque vocês estão na linha de frente. Quem fica no restante da Comunidade, às vezes, principalmente mais jovem - a gente não tem nem dimensão do que é estar enfrentando isso diariamente. Então são várias ameaças de morte; às vezes, tem que deixar o seu território para entrar num programa de proteção. E eu queria abordar sobre isso nessa oportunidade que estou tendo de estar estudando, fazendo um mestrado para dar visibilidade para essa nossa luta, que é diária e que já é secular.

Liderança: Com certeza.

Entrevistadora: E aí eu já agradeço muito a disponibilidade da senhora, demorou mas vai sair hoje.

Liderança: Com certeza. É verdade. Eu estava aguardando.

Entrevistadora: Nossa, eu fiquei muito ruim.

Liderança: Estava aguardando o momento certo.

Entrevistadora: Tudo tem o seu tempo mesmo. Então, é um questionário simples. Tem algumas perguntas fechadas, mas a ideia é que, como foi nas nossas entrevistas - Nahiane me acompanhou - é a gente aprender muito mais com vocês. Então, estou aqui só como aprendiz mesmo, e aí eu vou fazer algumas perguntas, mas o espaço é livre para a senhora falar o que a senhora precisar, o que a senhora entender que é relevante.

Liderança: Tudo bem.

Entrevistadora: A senhora é casada ou é solteira?

Liderança: Sou solteira. Sou mãe de oito filhos, mas sou solteira.

Entrevistadora: A família é grande.

Liderança: Minha caçula está com 23 anos.

Entrevistadora: Novinha demais.

Liderança: É.

Facilitadora Kalunga: A minha avó também teve seis filhos, e ela foi mãe solteira. Aí quando junta a família toda, é muita gente. É muito bom família grande.

Liderança: É verdade.

Entrevistadora: Faz barulho, mas é bom.

Liderança: Barulho, faz. E aí a gente se acostuma com esse barulho.

Entrevistadora: Acostuma. Quando faz silêncio, faz falta.

Liderança: É. Quando a gente está só, a gente sente saudade.

Entrevistadora: E a senhora tem quantos anos?

Liderança: Eu tenho 60.

Entrevistadora: Está jovem demais.

Liderança: Eu completei 60 anos, 13 de maio.

Entrevistadora: Fez festona?

Facilitadora Kalunga: 13 de maio.

Liderança: É, eu sou do dia 13 de maio de 1960.

Entrevistadora: Está jovem demais.

Liderança: Não entendi.

Entrevistadora: A senhora está muito jovem.

Liderança: Eu me casei, tinha 22 anos. Aí depois, eu me separei, não deu certo. Aí me separei por... eu estava com 36 anos, fui criar meus filhos.

Entrevistadora: A escolaridade da senhora?

Liderança: Eu estou no terceiro período de Agroecologia.

Entrevistadora: Nahiane, ela tem um livro. Ela escreveu um livro.

Facilitadora Kalunga: Gente, que incrível. Depois eu quero ver. Que incrível.

Entrevistadora: A gente está falando com uma doutora, minha filha.

Facilitadora Kalunga: Gente, olha isso. Que legal.

Entrevistadora: E a senhora está trabalhando além de estudar? Tem alguma profissão?

Liderança: No momento, eu só estou trabalhando em casa, trabalhando com meus filhos, fazendo pão para a gente viver no dia-a-dia. Nosso dia-a-dia é fazendo pão durante a semana até chegar o dinheiro da aposentadoria, que eu também sou aposentada. E a gente leva a vida desse jeito.

Entrevistadora: A luta é grande em qualquer lugar, não tem como fugir.

Liderança: É verdade.

Entrevistadora: A renda da família é mais ou menos quanto? É mais de um salário-mínimo?

Liderança: Tenho o meu salário, e a minha menina também recebe Bolsa Família, são cinco... São quatro - três mulheres que convivem aqui comigo, e um filho meu homem. Dois homens que moram aqui, o resto está fora. Aí eles têm a Bolsa Família deles. É porque aqui em casa, que é onde estou morando em Manaus, nós fizemos tipo uma vila, (*Interrupção*) três, quatro telas, eu tenho o meu, e a gente vive em família. Aí como eu vim para Manaus para fazer o meu curso, fazer minha faculdade, eles também me acompanharam. Mas só que uma mora em Manaus muito tempo, mas aí outra veio comigo, e outra com meu filho também, e outra também. Mas eu digo que é só no período até eu terminar minha Agroecologia. Terminou, eu vou embora (*Interrupção*) para o interior.

Entrevistadora: A senhora é de qual Comunidade?

Liderança: Eu sou da Comunidade Santa Tereza do Matupiri, Rio Andirá, município de Barreirinhas, Amazonas.

Entrevistadora: Sãos umas oito Comunidades aí no estado.

Liderança: Eu sou presidente da Federação de Quilombolas, quatro anos. E hoje, que eu articulo pelo grupo de Quilombolas. Estou aqui em Manaus, mas qualquer coisa, eu resolvo. O que tem para ir para lá, eu mando - com atraso, o que é preciso, estou na luta da nossa certificação das nossas terras, que falta receber o título definitivo, que o INCRA fez todo o trabalho, cartografias da Amazônia. Só que, em 2017, nossa documentação foi entregue do Presidente da República, e até hoje, nós não temos resposta, o que vai acontecer, eu sei que vai (*Interrupção*) que o INCRA fez todo o procedimento. Foi entregue a notificação nas mãos das pessoas que vivem no nosso terreno, dos fazendeiros; mas só que a minha preocupação é assim: eu sempre fico conversando com os antropólogos que fizeram lá o trabalho por causa que, mesmo que a notificação que o Incra entregou, os fazendeiros que dominam as nossas áreas continuam tirando madeira, terra, areia, pedra - abusando do que eles querem. Como eles

disseram que (Interrupção) não recebem o que eles gastaram, eles não vão desistir. A gente fica aguardando até o momento que... não sei como está agora, não sei até quando esse presidente vai ficar no poder.

Entrevistadora: Espero que pouco.

Liderança: E é dessa maneira que nós trabalhamos lá.

Entrevistadora: Eles são invasores e se acham no direito ainda de explorar. É impressionante.

Liderança: Com certeza. Porque eu vou dizer para vocês duas: quando foi em 1999, eles entraram dentro das áreas. Um entrou em 1984, e o resto entrou em 1990. Aí eles querem dizer que são donos das terras. Como eu falei para ele, eu disse: "é o seguinte: nós somos donos de nossas terras Quilombolas desde quando nosso bisavô veio da África, da Angola, que veio com os portugueses, que ficou dentro dessa área do Andirá, nós já éramos Quilombolas, mas nós não éramos reconhecidos como, hoje, nós somos". Hoje, nós somos reconhecidos, nós temos a certidão de todas as cinco Comunidades Quilombolas, que as Comunidades Quilombolas têm. Eu moro no polo, que é a Santa Tereza do Matupiri. Agora, tem outras Comunidades: tem São Pedro, Trindade, Ituquara, Boa Fé de São Paulo (Interrupção). Nós temos 33.835 hectares de terras só. Aí nós ficamos com muita terra? Não, porque nós somos, que foram cadastrados em 2013, 562 famílias - e isso foi em 2013. De 2013 para cá, muitas pessoas Quilombolas já casaram, então já aumentou. Aumento mais famílias, mais pessoas. Então, de lá para cá, fica desse jeito. Nós não tivemos apoio do município - não temos apoio do município - não temos apoio do estado. Nós temos apoio do Governo Federal quando era na gestão de Lula, aí nós tivemos (Interrupção) do decreto (Interrupção) 1987, e a gente estuda a lei 2.639, que tudo inclui só num ano, aí foi que nós tivemos a coragem de lutar, e eu agradeço muito à universidade, que foi a OEA, o Iphan. Eles foram dentro da Comunidade. Aí o que eu fiz? Quando eles me procuraram, que eu era presidente, eu disse para eles. Eles perguntaram para mim: "Amélia, quanto você vai cobrar de nós para nós fazermos essa pesquisa?", eu disse: "não existe cobrança de dinheiro. Nós queremos retorno em educação, em saúde, coisa de melhoria de lazer". Dentro da Comunidade Quilombola, não precisa muito de comprar as pessoas para visitar as Comunidades, mas nós queremos retorno desse jeito. E aí foi que coisou, e hoje eu agradeço muito da universidade ter entrado dentro do quilombo para andar, conhecer, ver a debilidade, como nós vivemos ali, a luta que nós temos de ser discriminados. No meu município, existe uma discriminação muito forte, porque, para eles, negro não existe. Eles nunca deram um valor. As nossas Comunidades ficam ao redor de muitas Comunidades até menores do que a nossa, e lá, eles mandaram asfaltar, mandaram fazer colégio de qualidade; e o nosso quilombo está lá.

Nós temos, desde 2014, com um UBS lá parado, nunca aprontou. Está lá jogado, entregue às baratas, porque é terra de negro. E quando eu estava lá, eu perseguia, eu discutia. Eu tive oportunidade até de pedir uma audiência pública para o Ministério Público Federal, aí foi que melhorou a nossa situação. Mas foi muito bom, e é tão bom - e eu digo mesmo - porque, hoje, você está me procurando, você será muito bem-vinda, será muito bem recebida pelo seu trabalho, dentro do quilombo oportunidade de vocês conhecerem a nossa (*Interrupção*), nosso dia-a-dia.

Entrevistadora: A gente está ansiosa - não é, Nahiane?

Liderança: Com certeza. Está chegando a época.

Entrevistadora: Vamos ver agora.

Liderança: Está chegando a época deles reconhecerem e não terem nojo de pegar na mão de negro, de comer e beber na casa de negro; mas passou disso, a gente é descartado por eles. Mas eu digo mesmo, eu não tenho medo de lutar e nem falar a verdade, porque a verdade dói para as pessoas que querem pôr a gente debaixo dos tapetes, a história. Eu agradeço muito esse levantamento, de ter esse conhecimento da gente... a universidade chegar dentro da nossa Comunidade, que hoje, a gente diz que a gente vivia no fundo do poço, e hoje em diante, não. Hoje em diante, a gente está em linha de frente, a gente está discutindo, falando, se aparecendo a verdade. Por isso que, muitas vezes, eles ficam angustiados com a gente, por causa que a gente fala a verdade, que a verdade dói.

Entrevistadora: E, historicamente, nunca quiseram... preto, nem se fala; e Quilombola, então, tendo acesso à educação, é a coisa mais combatida nesse país. Então, quando a gente chegou em espaços, que não é fácil - eu e Nahiane, a gente sabe que não é fácil estar entrando na academia também, porque é um lugar que ninguém quer a gente, eles querem que a gente permaneça no mesmo lugar que a gente veio - e toda vez que a gente dá um passo para a frente, é com muita dor, com muito sofrimento mesmo, mas a gente não pode desistir, porque é o espaço que foi sempre negado, mas é ali que a gente tem que ocupar.

Liderança: Com certeza. E a gente tem que ter pulso mesmo para falar e dizer a verdade, porque eu sempre digo, quando faço a reunião nas Comunidades: "a gente é quem tem que falar nossas dores, porque ninguém vai se preocupar com nossas dores, ninguém vai saber o que nós passamos por detrás dessas matas que tem aqui no grande rio. Quem sabe somos nós; eles, não. Eles estão no bem-bom e não sabem o que se passa". O Quilombola, nós, antigamente - como eu digo - vivíamos oprimidos, sem poder discutir, tínhamos que fazer o gosto deles. Hoje em

dia, é diferente. Ainda tem gente que é capitão do mato dentro do nosso quilombo. Ainda tem aquele que fala contra o negro e em favor do branco; mas eu, não. A minha bandeira, todo o tempo está em cima (*Interrupção*). Então, eu digo que é por isso que, muitas vezes, as pessoas veem que quando eu vou na... esse ano, eu fui lá na minha Comunidade, em janeiro, aí o pessoal disse: "Amélia, quando você vai voltar para continuar a ser presidente da Federação? Nós estamos precisando de você", eu digo: "deixa eu estudar, terminar minha Agroecologia, aí eu venho para ensinar vocês como nós vamos (*Interrupção*) do que eu aprendi".

Entrevistadora: Que lindo.

Liderança: Porque ali, nós não temos orientação de como fazer a compostagem das nossas plantas, para ficar debaixo das nossas plantas, para não queimar mais, para poder as plantas crescer. É todo o tempo fazendo roçada, repetindo o mesmo tema, matando as plantas. E agora, não: tem outra técnica, que eu vou chegar lá e dizer: "não é dessa maneira; é dessa maneira que nós temos que trabalhar". Mas, com essa coisa que aconteceu com essa doença, atrasou a gente. Mas tudo bem, tudo que vem, se é da vontade de Deus que apareceu isso, se é bíblico, nós vamos nos conformar; mas orar, pedindo que Deus nos proteja, que nem eu e nem vocês saíamos desse mundo, que nós somos a linha de frente do nosso povo.

Entrevistadora: É verdade. Mulher cheia de história. Então, só para recapitular: o processo de titulação da Comunidade, então, está totalmente parado. Desde que, de 2013?

Liderança: Desde 2017. O INCRA terminou tudinho, o trabalho dele. Ele foi na Comunidade, entregou o relatório: "olha, está aqui" - fechou o perímetro - "está tudo ok. Agora daqui, nós vamos para a mesa do Incra, entregar para o superintendente". Foi entregue, eu assisti o entregue quando eles entregaram aqui e mandaram na mesa para o INCRA. Agora, não sei se o superintendente levou ou deixou - não sei - que, até hoje, nós não temos resposta. Uma foi semana passada: eu conversei com o antropólogo, perguntando e dizendo para ele que eu estava preocupada, porque eu tinha ido em janeiro para o Andirá, aí os fazendeiros estavam com uma estrada de dez metros de largura, roçada para meter trator para rasgar no meio da mata. Eu tirei foto, eu trouxe para eles. Então, eu digo: tudo isso me preocupa. Aí ele disse: "não, dona Amélia, vamos ver o que nós vamos... vai ter a resposta para eles". Muitas vezes, eu fico assim... de noite, eu fico assistindo aquela novela que está passando, que tem aquela luta sobre (*Interrupção*).

Facilitadora Kalunga: Aruana.

Liderança: Aruana. É idêntico à nossa luta no quilombo. Tem uns a favor, tem outros contra. Aqueles que estão acostumados a viver mandados pelos brancos, pelos patrões, estão do lado deles; agora, quem não está, está do nosso lado. Mas a gente tem mais do nosso lado do que do lado deles.

Entrevistadora: Ainda bem.

Liderança: Agora só uma coisa, eu digo assim para vocês: nenhum desses fazendeiros fica dentro da área. Eles nunca me chamaram para conversar.

Facilitadora Kalunga: Não quer dialogar, não.

Liderança: Eles falavam (Interrupção) depois de eu sair da presidência, como articuladora, aí eles foram dentro da Comunidade de Quilombolas que é do lado dele, levou eles lá para discutir, para dizer para eles ficarem dentro da área, porque já tinham gastado muito dinheiro, tinha que estar lá para poder... aí foi que eu disse para o presidente: "só que não é assim". Eles sabiam que era uma terra de negros. Para que eles meteram a cara? Porque eles queriam. Então, eu digo assim. Aí por causa dessa luta, eu fui ameaçada de morte - ela mandou me matar para me tirar da linha de frente. Mas eu não tenho medo, eu moro aqui em Manaus, vou para a minha faculdade todos os dias. Vou orar e pedir a força de Deus, que Deus possa me iluminar, que os maus saiam do meu caminho. E, graças a Deus, ainda não e espero que nunca aconteça.

Entrevistadora: Mas a senhora está em um programa de proteção?

Liderança: Sim. No passado, já teve uma reunião com o pessoal da Defensoria Pública Federal de Brasília. Este ano, não me comuniquei mais com eles, mas também ela não me perseguiu mais. Mas é (Interrupção) cabreira. A universidade sabe que eu sou ameaçada.

Entrevistadora: Mas a senhora chegou a entrar no programa ou não, só fez aquele...

Liderança: Sim, entrei. Agora, eu não sei como está, porque eu não entrei. No (Interrupção) que eu fui... eu perdi meu celular, eu perdi meus números, eu comprei novo, aí eu (Interrupção) também o contato com eles, e fiquei sem contato. Eu não sei como está. Porque, no passado, eu ainda falei com eles, ainda teve uma audiência aqui em fevereiro; e esse ano, não veio mais.

Entrevistadora: A gente pode tentar dar uma olhada depois, porque isso é muito sério, tem que...

Liderança: Está bom, eu agradeço se vocês fizerem isso, dar uma olhada como está.

Entrevistadora: Eu dou um jeito de olhar, porque não pode ficar nessa situação. Eu acompanhava uns casos que era desesperador.

Liderança: É.

Entrevistadora: E qual foi, nesse período todo de luta, o momento que teve maior tensão na Comunidade em relação a conflitos, alguma coisa assim?

Liderança: Como?

Entrevistadora: Desse período que está nessa luta para a titulação e tudo, e já passou por todos esses processos receber ameaças, qual foi o momento...

Liderança: A titulação...

Entrevistadora: ... que foi mais tenso, de conflito para Comunidade?

Liderança: Foi assim (*Interrupção*). O momento maior foi que o INCRA foi para campo, aí eu também acompanhei eles, mas foi o período mais complicado para a gente. Depois de ter essa audiência pública, pronto, ficou mais ou menos com garantia. Mas até hoje, eles não se dão muito bem. (*Interrupção*) eles pensam que estão amparados (*Interrupção*) professor, e aí eu falei com ele, comentamos sobre isso, sobre o problema (*Interrupção*) como estava tudo. Ele disse: "não, dona Amélia, se eles pensam que nós não sabemos como foi que nós deixamos lá o nosso trabalho, todos os meses, a gente tem visita que vai visitar lá, ver como está. Não está como deixamos, porque já foi tirado muita madeira, já foi desmatado acima do que não era para ser desmatado. Porque eles são assim, eles fazem de propósito mesmo". Como eles falaram para o presidente, que eles, no (*Interrupção*) de retorno que vão pagar eles, eles vão continuar mexendo a terra.

Entrevistadora: Meu Deus. É difícil.

Liderança: É. Mas para Deus, tudo é possível.

Entrevistadora: A gente não desiste fácil, uma hora dá certo.

Liderança: Com certeza. Eu digo assim para eles: "tem uma coisa: não é porque o soldado morre que todo mundo fica deprimido. Um morre, outro tem que levantar. Se morre um, tem que levantar dez para cima".

Entrevistadora: É verdade.

Liderança: Não tenho medo de perder. Eu queria só... a minha dor maior é porque o município não nos ampara. Nessa pandemia que teve, ontem mesmo a doutora Luciana me ligou,

perguntou se o município ajudou na (*Interrupção*) não. Não ajudou em (*Interrupção*) nenhum. Nada. O que foi feito é que fizeram as barreiras para ninguém sair da Comunidade. Aí a saúde fez isso, e o pessoal abraçou a causa. Mas dizer que chegou lá rancho, remédio, não. Eles mesmos estão se cuidando.

Entrevistadora: Tenho acompanhado com o Sr. Zacarias, a gente fez os pedidos, mandou ofício; mas, até hoje, infelizmente, no país inteiro... a Nahiane também está acompanhando o desespero da gente.

Liderança: Verdade.

Entrevistadora: Chega uma pandemia dessa, o nosso desespero é garantir que as pessoas tenham comida nas suas casas, porque quando a gente não tem o que comer, a gente tem que se expor lá fora, e a gente sabe que uma pessoa dentro do território, com essa doença, pode acabar com muita coisa, acaba com uma história.

Liderança: Com certeza.

Entrevistadora: E isso é estratégico.

Liderança: Graças a Deus, até esse momento, nas Comunidades Quilombolas, ninguém adoeceu, está tudo bem mesmo lá. Porque também a Fiocruz ajudou. Uma professora que ficou lá pela pesquisa, ela ajudou bastante. Ela mandou material para fazer máscara, mandou álcool em gel, tudo mandou por ela mesma. Então, a gente agradece muito. Os quilombos também daqui do Barranco, que é daquele (*Interrupção*), daqui de Manaus, também ajudaram com 400 máscaras. Foi bom. Mas eles me procuraram, eu procurei eles, aí chegou até lá, mas que o município mesmo... não fez nada.

Facilitadora Kalunga: Mas o que a gente percebe é que as pessoas que estão tendo iniciativa e ajudando, porque se a gente for esperar pelo governo, pelo estado, não ajuda. A gente também está com uma campanha, e aí a gente está pedindo, e assim que a gente está conseguindo realmente ajudar as famílias, porque se for esperar...

Entrevistadora: É difícil. Deixa eu fazer uma pergunta: a senhora acha que o racismo tem agravado essa questão dos conflitos?

Liderança: Muito. Tem. Porque o negro... o racismo é tão forte que, hoje, o negro está sendo morto com facilidade. Negro, para ser atendido... (*Interrupção*) quando (*Interrupção*), não está nem preocupado. Então, o racismo dentro das Comunidades, foi o que eu falei para vocês: no meu município, nós, negros, não temos respostas de nada. Só para explicar para vocês: desde

2013 que eu venho lutando sobre o direito dos professores Quilombolas. Todo ano, eles mudam de professores - eles tiram professores Quilombolas e põem os brancos. Tiram os Quilombolas da coisa, deixam os Quilombolas sem trabalho, e botam quem eles quiserem. Aí eu criei um grupo para debater sobre isso, sobre as Comunidades. Aí foi feito. Aí foi que eles responderam para o presidente - que eu não era mais presidente - que não podia fazer nada, porque o documento dos Quilombolas não valia nada dentro do município, porque não tinha mandado de ninguém. Aí eu disse: "o que foi que você respondeu?", "eu disse para ele: negativo". Era para ficar lá e dizer... fazer o documento pelo racismo que eles criaram, e jogar no Ministério Público - o Ministério Público sabia o que fazer. Aí eu fui com o coordenador: "por que tem do índio e por que não tem do negro?". O índio só dá aula dentro das áreas indígenas, das aldeias, só quem é índio; branco não entra. O que tem na área indígena, de branco, é a saúde; mas na escola, não, são eles mesmos. E por que o negro não pode ter esse direito também de ter os seus próprios professores negros? Porque, dentro da nossa Comunidade Quilombola, dentro da minha Comunidade, tem 17 professores Quilombolas formados faculdade - História, Geografia, Artes, tudo tem. De cada matéria, tem um professor. Mas eles tiram lá os professores fora, e colocaram outros. Aí eu fui ano passado lá, eu conversei com um grupo que estava lá de professores - em outubro, eu fui, ano passado - aí eu perguntei para eles como estava sendo feito, dentro da escola, falar sobre o quilombo. Ninguém sabe. Eu digo: "não, porque vocês devem saber que, aqui, é um território Quilombola - não tem título definitivo, mas tem reconhecimento pela Palmares, tem o reconhecimento das famílias cadastradas pelo Incra, nós temos o relatório de todos o trabalho deles. E por que não tem essa resposta? Quando você chegou aqui, eram três professores. O coordenador da escola lhe (*Interrupção*) que você estava entrando de uma Comunidade Quilombola?", "não", eu digo: "pois é, então primeiro...", dentro da biblioteca do colégio, lá tem o meu livro, lá tem o livro da professora Rogéria, tem o livro do professor João Marinho, do professor João Siqueira: "nós temos 15 professores que já passaram pela (*Interrupção*) Quilombola, e como vocês não sabem disso?", "desculpa . Aí foi que ele disse: "dona Amélia (*Interrupção*)."

Facilitadora Kalunga: Tem nem interesse.

Liderança: "... não tem meus documentos em mão (*Interrupção*)", eu disse: "Giovane, é o seguinte: tem os documentos. Leia que você sabe". Até falei para ele assim: "você sabe qual é a lei que nos ampara como remanescentes de Quilombolas? Você sabe por que nós temos (*Interrupção*)? A lei 2.639, você pode ler lá, diz tudo. É a verdade". Na ata 68, de 1988, tudo lá já tem os nossos direitos; agora, só que nós, todo o tempo, fomos enganados. Hoje, nós

agradecemos a Lula deixar esse decreto, porque hoje - até hoje - está valendo para a gente. E através desse conhecimento, eu também já fiz muito... já fiz vários encontros aí por Brasília, Mesquita (*Interrupção*) Maranhão, tudo por aí, eu já fui em discussão do quilombo do Andirá. Então, tudo por aí sabe que (*Interrupção*). Então, através disso, até o pessoal fez uma pergunta: "quem de vocês ganhou o livro da Maria Amélia?", "eu ganhei", "você já leu?", "não", "então como você vai saber a história?". Porque, dentro do meu livro, não é a minha memória; mas é a memória do meu pai, memória da minha tia, os contos que eles contavam para a gente, que eu aprendi, e eu (*Interrupção*) aí nesse livro. É (*Interrupção*) que tem. Então, não é inventado, é coisa que saiu da boca deles, da memória deles, e passou para mim e eu guardo até hoje essa memória deles.

Entrevistadora: Eu estou ansiosíssima por esse livro. Quando o Sr. Zacarias me mandou, eu falei: "meu Deus, deixa eu pesquisar, que eu tenho que ler esse livro". Mas vou ter que ir aí buscar.

Liderança: Sim.

Facilitadora Kalunga: tem várias, porque eu também quero um.

Liderança: Está (*Interrupção*) você encontra? Na universidade do Maranhão. No Maranhão, tem.

Entrevistadora: Chique demais, meu Deus.

Liderança: Lá tem.

Entrevistadora: Quando eu crescer, quero ser igual.

Liderança: Vocês sabem por que eu continuei a estudar? Eu comecei a estudar em 2010, porque quando eu recebi a missão de ser presidente, que eu fui eleita, os professores da universidade que eram contra mim, eles foram lá. Aí um primo meu, que era do lado delas, disse: "Maria Amélia, eu só quero te perguntar uma coisa: quem és tu para dar continuidade na Federação? Você é burra, você é pobre, você não tem ganho" - está no meu livro - "e se a minha tia, que foi presidente, é enfermeira e tem dinheiro imagina você", eu disse: "olha, meu irmão, se um dia você leu a Bíblia, o que foi que Deus respondeu quando o Satanás tentou ele para fazer a pedra transformar em pão? Pois é. Pois assim como o povo, ele confiou em mim e me botou em linha de frente para trabalhar com eles, eu vou dar meu jeito de dar a resposta para eles". Aí eu disse: "sabe de uma coisa? Eu vou estudar". Aí foi que eu comecei a estudar, e hoje estou no terceiro período aqui.

Entrevistadora: Que maravilhosa.

Facilitadora Kalunga: Maravilha.

Liderança: (*Interrupção*) disse: "ainda tem essa", que quando eu tive meu terceiro, aí eu fiquei imaginando: "eu vou convidar o cara que apontou no meu rosto dizendo quem eu era, só para ele sentir o choque que eu não fui o que ele imaginou".

Entrevistadora: Adoro.

Liderança: Ele foi no meu trabalho. Aí ele disse: "nunca pensei que você fosse me agradecer", e eu disse: "eu te agradeço, sabe por quê? Porque, através de você, eu estudei; através da nossa crítica, me construí; através da sua crítica, você está aqui ao meu lado, fazendo eu receber a minha (*Interrupção*) terceiro ano". Falei para ele: "e quero te dizer uma coisa: quando você precisa de mim, eu estou aqui pronta a lhe servir. Não guardo mágoa com você, eu lhe agradeço dia e noite".

Entrevistadora: Queria ser assim, mas não sou. Eu sou bruta.

Facilitadora Kalunga: Isso é uma maturidade e um equilíbrio muito grandes, porque eu ia ficar com sangue nos olhos.

Entrevistadora: E é engraçado, que são vários tipos de violência que vai sofrendo ao longo disso - violência psicológica, a pessoa chegar e falar isso. É tão destrutivo. Mas a senhora sofreu algum outro tipo de violência verbal, violência física, nessa trajetória toda?

Liderança: Eu sofri muita discriminação verbal. Em muitas reuniões, me humilhavam, me (*Interrupção*), mas eu sempre me defendi, nunca discuti com ninguém - só ouvindo. Eu digo: "eu quero dar minha resposta diferente", e eu dei a minha resposta para eles diferente. Mas eu fui, porque a minha prima me jogou contra os fazendeiros (*Interrupção*) dizendo, ela mandou me matar, porque se eu morresse, ela tinha (*Interrupção*) a demarcação das terras, falando que não existia demarcação. Aí só (*Interrupção*) muito assim, porque ela chegava na Comunidade e já: "já está tudo bem, o Incra vai trabalhar, vai ter... o Ministério Público". Quando eu assumi o trabalho, não era o que ela falava, era tudo mentira. Quando eu cheguei lá, o pedido da demarcação das terras estava num pedido de fechamento, aí eu disse: "mas não é isso que o povo quer. O povo espera demarcação e delimitação das terras" (*Interrupção*). Por causa disso que, quando eles foram atrás dela, aí ela disse: "não, eu deixei como vocês me pediram. Quem mexeu com o documento foi ela, foi a Maria Amélia, então ela que tem que responder para vocês". Aí eu só disse para ela: "me manda esse (*Interrupção*) comigo, que a resposta está feita para eles. Por que eu destranquei? Porque você foi uma mentirosa, você enganou o povo, e o povo não merece esse. Por que você não foi direto e deixasse de enganar o povo?". Dentro do município, existe - em toda parte - o cala a boca: "pega esse dinheiro, compra o que você quer

e engana o povo", e o povo não nasceu para ser isso, o povo não nasceu para ser enganado. O povo nasceu para ouvir a verdade, porque a coisa mais triste do mundo é você estar rindo, abraçando, e por trás, você estar fazendo coisas erradas pelas pessoas. Se a gente ama, diga de verdade; se não gosta, não gosta e pronto. Pois é. Então, ela ficou chateada comigo, mas eu oro por ela - toda noite, eu oro. Peço a Deus, entrego ela na mão de Deus: "Senhor, cuida dela, porque tudo que ela faz, ela mesma, um dia, vai sentir na pele".

Entrevistadora: E além da senhora, quantas lideranças a senhora tem conhecimento que já foram ameaçadas no território, seja ameaças de morte, perseguição?

Liderança: Acho que quase todas as Comunidades, eles são ameaçados, eles amedrontam. Porque quando eu...

Liderança: As pessoas (*Interrupção*) terra, vão (*Interrupção*) oprimidos ali. Então, tudo isso, eles têm medo, por causa que eles têm medo de falar, têm medo de serem mortos. Quando chega alguma coisa com eles.

Entrevistadora: Nossa, difícil.

Liderança: Então, eles já (*Interrupção*) ficar calados.

Entrevistadora: A senhora já teve que sair, abandonar o território para poder ficar no programa de proteção ou não?

Liderança: Hã?

Entrevistadora: A senhora já teve que...

Liderança: Fecha a porta aí, por favor.

Entrevistadora: Diante das ameaças, a senhora já teve que sair do território por recomendação do programa de proteção?

Liderança: Não, porque quando teve essas ameaças lá, o pessoal preferiu que eu viesse aqui para Manaus, para eu estudar, para sair de lá para ela ficar lá. Mas Manaus é na capital que a gente corre risco de morrer mesmo, porque a gente não conhece ninguém, e cada carro passa perto da gente, ninguém sabe. Mas eu só confio em Deus. A única coisa que faz me livrar é só Deus e mais ninguém.

Facilitadora Kalunga: É verdade.

Entrevistadora: Eu vou perguntar agora algumas coisas mais específicas de como isso tem afetado a saúde, está bom?

Liderança: Sim.

Liderança: Pode perguntar. Está bom.

Entrevistadora: Sobre problemas de saúde autodeclarados. Está dando para me ouvir?

Liderança: Estou.

Entrevistadora: Desde que a senhora se tornou liderança, esteve à frente de todo esse trabalho, a senhora já foi diagnosticada com algum desses problemas: hipertensão...

Ligação ficou muda

Entrevistadora: A senhora tem hipertensão?

Foi feito uma nova chamada

Liderança: A outra ligação estava (*Interrupção*), sabia? Não sei por quê.

Entrevistadora: Está melhor?

Liderança: Espera aí um pouquinho.

Entrevistadora: A senhora tem problema de hipertensão arterial?

Liderança: Não.

Facilitadora Kalunga: Ela pediu para esperar.

Entrevistadora: Ansiedade?

Liderança: Ansiedade?

Entrevistadora: É.

Liderança: Nada, bem.

Entrevistadora: E sintomas de depressão, a senhora já teve?

Liderança: Depressão?

Entrevistadora: É, depressão.

Liderança: Não.

Entrevistadora: Problema de gastrite, problemas do estômago?

Liderança: Não também. Graças a Deus, não.

Entrevistadora: Que ótimo.

Liderança: Graças a Deus.

Entrevistadora: Derrame, ataque cardíaco, também não?

Liderança: Também não. Deus me livre, não.

Entrevistadora: E algum outro problema que a senhora acha que foi relacionado a todo esse estresse, toda essa questão da violência? A senhora sentiu que teve algum impacto na saúde?

Liderança: Sobre isso, não, por causa que acontecia tudo isso, mas eu nunca botei para eu ficar com medo, botar na cabeça, não. Eu só (*Interrupção*) mesmo para ter a coragem para a frente. Eu ia na... para onde me chamavam, eu ia, discutia, falava, botava a verdade. Eu nunca fiquei com problemas de mental, não.

Entrevistadora: Aí perto das Comunidades, como é o acesso da saúde? Tem agente comunitário?

Liderança: Tem, as ECSs.

Entrevistadora: Isso.

Ligação ficou muda

Liderança: De primeira (*Interrupção*). Olha, sobre isso, nós temos as ECSs em todas as Comunidades Quilombolas. O que nós não temos é a UBS - nós não temos nas Comunidades - e também a doença que mais afeta as nossas Comunidades é no período da enchente. Dá vômitos, diarreias, febre. São essas as doenças que afetam muitas Comunidades Quilombolas; mas muitas vezes, eu já (*Interrupção*) assim, por causa de quando não tinha tratamento da água. Hoje em dia, já tem (*Interrupção*), elas já dão muita orientação e cuidam bem, trabalham direitinho. Então, (*Interrupção*) muito aquela preocupação de crianças passarem por isso.

Entrevistadora: E essas dificuldades todas...

Ligação ficou muda

Liderança: a coisa que mais ataca, que mais (*Interrupção*) dentro das Comunidades Quilombolas, são esse tipo de doença vômito.

Entrevistadora: Que é bem ligado ao saneamento básico, que é uma coisa essencial.

Liderança: É, sim.

Entrevistadora: E essa falta de saneamento que provoca todas essas doenças, a senhora acha que tem relação com a falta de titulação das Comunidades?

Liderança: Como?

Entrevistadora: Essa questão toda de falta de saneamento básico, e que dá esse tanto de doenças que são típicas, a senhora acha que tem relação com a falta de titulação ainda das Comunidades?

Liderança: Com certeza.

Entrevistadora: Deixa eu ver o que mais que falta. As Comunidades têm muitas práticas tradicionais de saúde, tipo benzedeiras, faz uso de chás?

Liderança: Nas Comunidades, todas as Comunidades têm benzedeiras, têm as pessoas que fazem o remédio de planta, medicinais. É muito de valor o remédio caseiro dentro das Comunidades Quilombolas. Então remédio caseiro de farmácia.

Entrevistadora: Que bom. As garrafadas...

Liderança: Benzedeira também. As parteiras já não fazem mais partos porque, hoje em dia, eles mandam para a cidade. Mas elas orientam tudinho bem para poder ir para a cidade.

Entrevistadora: Mas ainda tem parteiras nas Comunidades?

Facilitadora Kalunga: Eu nasci de uma parteira.

Liderança: Tem parteira, muita. Eu também.

Facilitadora Kalunga: Eu nasci com parteira, mãe Joana - chamava de mãe. A parteira, a gente sempre chama de mãe.

Liderança: Verdade. Eu também. O nome da minha mãe, que fez o parto da minha mãe, o nome dela era Teresa. Eu chamava de mãe para ela - mãe Teresinha. E além de tudo, era uma mão abençoada por Deus, que ela fazia remédio, fazia o parto. Nunca aconteceu nada de mau com elas, que alguém morresse de parto com criança. Não, nunca - elas cuidavam muito bem.

Entrevistadora: Que legal. É muito bonito isso. Então, dona Maria Amélia, eu falei que era bem simples minha entrevista. Então, eu já fechei aqui o que tinha que perguntar. Só uma coisa que eu esqueci: as Comunidades, a maioria das residências são de quê? De tijolo, madeira? Como são as casas nas Comunidades?

Liderança: É mista. Tem casa que é de madeira, tem casa que é metade madeira, metade alvenaria. É assim. Mudou - está mudando. No dia a dia, vai mudando, (*Interrupção*) as casas melhor. Se a gente usar (*Interrupção*), a casa não é mais... todas as casas são cobertas de palha, outras já de brasilit, já mudou muita coisa dentro das Comunidades.

Entrevistadora: Que bom. Tem território que ainda... acabei de receber uma notícia no Maranhão, era casa de palha, e pegou fogo. Uma coisa muito triste.

Facilitadora Kalunga: Recebeu agora?

Entrevistadora: Foi. E aí é um momento que a gente... uma das coisas do cuidado dessa pandemia é o uso do álcool. E como a gente manipula álcool numa casa de palha? Pegou fogo, foi uma coisa lastimável, mas a gente vai dar conta de ajudar. Eu já fechei aqui...

Liderança: já pensou?

Entrevistadora: É.

Liderança: Com certeza.

Entrevistadora: Eu queria saber se a senhora quer falar mais alguma coisa que a senhora acha que é interessante colocar no meu trabalho. O espaço está aberto para a senhora falar o que acha que é importante.

Liderança: Pois é. Então, muito bom você estar me procurando sobre o quilombo do Andirá. Acho que (*Interrupção*) é um quilombo que está de mãos abertas para esperar quem quiser vir para conhecer o quilombo. A gente está com construção dentro do quilombo (*Interrupção*) que nós ganhamos pela Cartografia Social da Amazônia. Então, tudo isso, a gente está organizando para, dia 20 de novembro - que é o Dia da Consciência (*Interrupção*) porque está com essa pandemia da doença; mas eu espero que Deus abençoe, que a paz vença o mal, e a gente vai poder se unir para conversar um perto do outro, para poder (*Interrupção*) do nosso direito e os nossos deveres como Quilombolas.

Entrevistadora: É verdade. Eu queria agradecer muito. A senhora está sendo fundamental para poder eu me formar. E aí eu agradeço muito, é uma oportunidade que não tem como descrever nem como agradecer, porque a gente está num lado que eu...

Ligação ficou muda

Entrevistadora: É uma realidade que a gente não conhece, principalmente quando a gente fala da região Norte do país, que a gente tem poucas informações, que a gente sabe que aí um dos lugares que as pessoas mais têm sofrido, mas têm sido perseguidas e pagado com a vida. Então, eu só tenho a agradecer a oportunidade. Eu agradeço imensamente a generosidade da senhora de deixar um pouquinho do tempo da família para falar com a gente. É um crescimento que não paga. Nada paga -nem título, nem nada na vida vai pagar essa experiência. E aí a Nahiane...

Facilitadora Kalunga: Isso é verdade.

Entrevistadora: agradeço

Liderança: eu que agradeço. Agradeço mesmo muito vocês terem me ligado. Eu estou também aqui, fico à disposição para qualquer coisa que vocês quiserem me perguntar, vocês podem me ligar que eu vou responder. Um dia conhecer e se abraçar.

Entrevistadora: Vamos sim.

Facilitadora Kalunga: esse momento complicado, vamos combinar para a gente ir lá, porque a gente vai, sim. E aí vai ser muito bom, porque a gente vai sentar e trocar muitas ideias sobre o nosso quilombo, porque embora cada região é uma região, mas a luta do nosso povo é a mesma, e a gente se fortalece muito se unindo e trocando ideias. E eu espero que a gente possa se conhecer, o dia que a senhora vir aqui em Brasília, a gente pode ir lá também no meu quilombo, fica a 300 quilômetros de Brasília. E aí a gente vai aumentando ainda mais o nosso conhecimento e conhecendo os nossos irmãos mais.

ANEXOS

ANEXO 1

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA FIOCRUZ - BRASÍLIA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONFLITOS FUNDIÁRIOS E AS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE DAS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS

Pesquisador: ANA PAULA DOS SANTOS SIQUEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 22066619.0.0000.8027

Instituição Proponente: FUNDACAO OSWALDO CRUZ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.639.665

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas de Saúde da EFG/Fiocruz Brasília, sobre como lideranças das Comunidades Quilombolas (Aldeia Velha, Marobá dos Teixeiras e Forte Príncipe da Beira) percebem as consequências da violência decorrente dos conflitos fundiários para sua saúde.

Objetivo da Pesquisa:

Primário: compreender como os conflitos fundiários podem influenciar na saúde das lideranças quilombolas e de suas comunidades.

Objetivos Secundários: a) apresentar o histórico dos conflitos fundiários nos territórios quilombolas e b) conhecer a percepção da saúde pelas lideranças quilombolas que estão vivenciando conflitos fundiários em seus territórios.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa apresenta riscos mínimos para os participantes. Por envolver relato de experiências vividas em episódios de violência e violações de direitos, os participantes podem se sentir desconfortáveis em momentos da entrevista, podendo haver crises de choro e alterações na pressão arterial, que quando identificados implicará na imediata paralisação da entrevista e somente será retomada com o consentimento do entrevistado. Devido a tensão de possíveis conflitos na comunidade no momento da entrevista, caso a mesma seja in loco, haverá o risco de

Endereço: Av L3 Norte Campus Darcy Ribeiro, Gleba A, SC 4 CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3329-4746 **E-mail:** cepbrasil@fiocruz.br

Continuação do Parecer: 3.639.665

impedimento para entrar nos territórios. Identificada essa possibilidade a entrevista será realizada em outro ambiente que proporcione segurança e conforto aos participantes.

Por se tratar de uma pesquisa, pouco explorada pela academia, a mesma trará grandes contribuições para a saúde das Comunidades Quilombolas e para a população negra em sua integralidade, haja vista a violência ser um fenômeno com impactos macros na saúde dessas populações. Oportunizará, ainda, o debate sobre a emergência na resolubilidade dos conflitos fundiários através da titulação dos territórios, bem como pretende-se elevar a discussão sobre a necessidade emergencial em garantir direitos as Comunidades Quilombolas através de políticas públicas transversais em níveis Federal, Estadual e Municipal.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta é direcionada à investigação sobre elementos do contexto e vivências de lideranças das Comunidades Quilombolas de Aldeia Velha, Marobá dos Teixeiras e Forte Príncipe da Beira, enfocando as percepções sobre consequências da violência decorrente dos conflitos fundiários para a saúde. No que diz respeito aos métodos a serem empregados, trata-se de uma proposta que utilizará abordagem eminentemente qualitativa. Considera-se que a proposta apresenta alinhamento entre seu objetivo e os métodos descrito e apresentou os elementos necessários para um julgamento dos seus aspectos éticos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto - Apresentada e conforme

Sumário do projeto - Apresentado e conforme

Projeto completo - Apresentado e conforme

Roteiro de entrevista - Apresentado e conforme

TCLE - Apresentado e conforme

Cronograma de Execução - Apresentado e conforme

Orçamento - Apresentado e conforme

Recomendações:

Recomenda-se a aprovação do projeto de pesquisa e a apresentação do relatório final ao CEP, após a finalização das pesquisas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram identificadas pendências ou inadequações do projeto ou dos termos de apresentação obrigatória.

Endereço: Av L3 Norte Campus Darcy Ribeiro, Gleba A, SC 4 CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3329-4746 **E-mail:** cepbrasil@fiocruz.br

Continuação do Parecer: 3.639.665

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com as Resoluções do CNS 466/12 CNS, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, e 510/16 c, Capítulo VI - V, os pesquisadores responsáveis deverão enviar ao CEP relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1398223.pdf	26/09/2019 13:48:19		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	26/09/2019 13:47:51	TATIANA OLIVEIRA NOVAIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/09/2019 19:32:08	ANA PAULA DOS SANTOS SIQUEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	23/09/2019 19:31:48	ANA PAULA DOS SANTOS SIQUEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASÍLIA, 14 de Outubro de 2019

Assinado por:
BRUNO LEONARDO ALVES DE ANDRADE
(Coordenador(a))

Endereço: Av L3 Norte Campus Darcy Ribeiro, Gleba A, SC 4 CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3329-4746 **E-mail:** cepbrasil@fiocruz.br